

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Vevila Junqueira da Silva

**O ESCÂNDALO DO MENSALÃO EM REVISTAS
SEMANAIS: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO**

**BAURU
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Vevila Junqueira da Silva

O ESCÂNDALO DO MENSALÃO EM REVISTAS
SEMANAIS: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração: Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Bauru, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Cesar Soares.

BAURU
2008

**DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP - Campus de Bauru**

Silva, Vevila Junqueira da.

O escândalo do mensalão em revistas semanais:
uma análise de enquadramento / Vevila Junqueira
da Silva, 2008.

140 f.

Orientador: Murilo Cesar Soares.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2008.

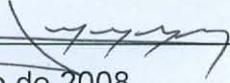
1. Revistas semanais. 2. Enquadramento. 3.
Mensalão. I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.
II. Título.

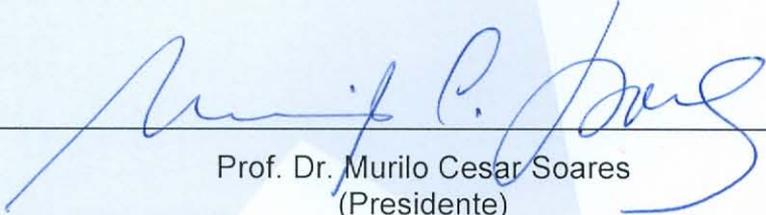
ATA DA DEFESA PÚBLICA DE MESTRADO DE VEVILA JUNQUEIRA DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO, UNESP - CAMPUS DE BAURU.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às quatorze horas, na Sala dos Órgãos Colegiados da UNESP - campus de Bauru, instalou-se a Comissão Examinadora da defesa pública de Mestrado, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Murilo Cesar Soares (presidente), docente do programa de pós-graduação em Comunicação da UNESP - campus de Bauru; Prof. Dr. Danilo Rothberg, docente do departamento de Comunicação da Universidade do Sagrado Coração - USC e Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, docente do programa de pós-graduação em Comunicação da UNESP - campus de Bauru, a fim de proceder à arguição pública de Mestrado de **VEVILA JUNQUEIRA DA SILVA**, discente do programa de pós-graduação em Comunicação, desta Faculdade, dissertação intitulada: "**O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**". Abertos os trabalhos, foi dada a palavra ao Prof. Dr. Danilo Rothberg que arguiu a candidata por quarenta minutos, tendo esta respondido em vinte minutos. Em seguida, o Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente arguiu a candidata por quarenta minutos, tendo esta respondido em vinte minutos. Finalmente, o Prof. Dr. Murilo Cesar Soares discorreu sobre o trabalho por vinte minutos. Logo após, reuniu-se a Comissão Examinadora tendo chegado ao seguinte julgamento que de público foi anunciado: Prof. Dr. Danilo Rothberg – conceito: "aprovado"; Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente – conceito: "aprovado" e Prof. Dr. Murilo Cesar Soares – conceito: "aprovado". A Comissão Examinadora

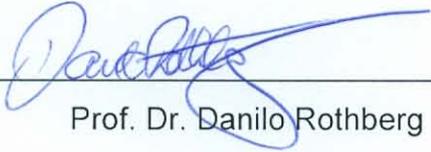


apresentou o conceito final: "APROVADO". Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai por mim assinada, Silvio Carlos Decimone

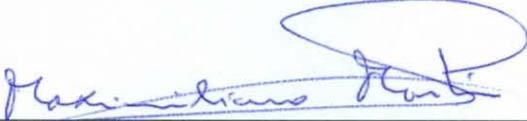

_____ e pela Comissão Examinadora. Bauru,
29 de agosto de 2008.



Prof. Dr. Murilo Cesar Soares
(Presidente)



Prof. Dr. Danilo Rothberg



Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Dedico esta dissertação à minha mãe, Marilda,
e ao meu pai, Sérgio, por serem o meu lar e o meu reduto.
Dedico ainda este trabalho à Rafaella, por representar força, coragem e alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual Paulista pela confiança depositada.

Ao meu orientador, Murilo Cesar Soares, por ter estimulado o trabalho autônomo e criativo, bem como pela serenidade, competência e engajamento que viabilizaram o encerramento desta dissertação a distância.

Aos professores do programa e funcionários da Secretaria de Pós-graduação da FAAC, Helder Gelonezi e Silvio Decimone.

Aos amigos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do mestrado da Unesp e do Conselho Federal de Medicina.

À Valéria Luz, pela amizade, pelo estímulo e pela identidade de valores, especialmente sobre a importância do conhecimento.

Ao professor Jorge Ijuim, por ser uma importante referência desde a graduação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

À Flavia Nebel, pela presença cotidiana e dedicada nesta jornada.

Ao meu pai, Sérgio Luiz, pela participação criativa e apoio incondicional, e à minha mãe, Marilda, pela permanente postura encorajadora.

A Bauru.

A Brasília.

A Deus.

RESUMO

Esta dissertação analisa como se comportaram as principais revistas semanais brasileiras – *CartaCapital*, *Época*, *Istoé* e *Veja* – a respeito da crise política do primeiro mandato do governo Lula que ficou conhecida como “Escândalo do Mensalão”. Trata-se de uma crise paradoxal e rica, do ponto de vista analítico, porque envolveu com denúncias de corrupção um partido cuja trajetória foi permeada pela defesa da ética e por se tratar de uma crise revestida de características de “escândalos políticos midiáticos”. Buscando evidenciar os tipos de contrastes apresentados, tratamentos e enquadramentos nas abordagens do tema, a pesquisa analisa as narrativas jornalísticas de 51 matérias das quatro revistas no período 13/06/2005 a 21/09/2005, considerado o pico de interesse público no tema e atenção da mídia. A análise indicou o nível de responsabilidade imputado pelas revistas ao Partido dos Trabalhadores, ao governo e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como o volume de críticas direcionadas a cada um deles, revelando diferenças significativas de tratamento e indicando nuances de enquadramentos relativos ao assunto. Existiu consenso, isolamento e conflitos de extremos, observados entre as revistas, caracterizando uma diversidade de pensamentos livremente expressados pelos veículos de comunicação. Lula foi um dos agentes mais referidos a respeito do escândalo, mas o percentual de críticas e enquadramentos negativos a respeito dele foi diferente entre as revistas. Existiu, no entanto, único consenso: a responsabilidade do PT no episódio.

Palavras-chave: Revistas semanais; Enquadramento; Mensalão.

ABSTRACT

This paper analyses how the main Brazilian weekly magazines – *CartaCapital*, *Época*, *Istoé*, and *Veja* – approached the political crisis of president Lula first mandate, which became known as the *mensalão*. It was a paradoxical and complex crisis, from a more analytical point of view, because a political party with a history of ethical principles defence was accused of corruption and because it was a crisis that presented “media scandal” characteristics. In search of bringing evidences about the kind of contrast that were presented, treatment and framings when tackling the subject, this paper analyzes the journalist narratives of 51 stories of the four magazines from the period of 06/16/2005 to 09/21/2005, taking into consideration the public interest and the media attention about the matter. The analysis indicated the level of responsibility that was attributed by the magazines to the Workers’ Party, to the government, and to president Luiz Inacio Lula da Silva, as well as the amount of critics directed to each one, revealing significant differences in the treatment of the subject and indicating framing nuances regarding the matter. There were consensus, isolation and conflicts between opposite sides, which could be observed among the magazines, which can show a diversity of thoughts that were freely expressed by the media. Lula was one of the most cited elements regarding the scandal, but the level of negative critic and framings about him was different in each magazine. There was, however, a sole consensus: the Workers’ Party (PT) responsibility in the event.

Keywords: Weekly magazines; Framing Analysis; Mensalão.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 Escândalos localizados e escândalos midiáticos	21
Tabela 2 CartaCapital: Número de expressões e frases por categoria	74
Tabela 3 Época: Número de expressões e frases por categoria.....	75
Tabela 4 Istoé: Número de expressões e frases por categoria.....	76
Tabela 5 Veja: Número de expressões e frases por categoria.....	77
Gráfico 1 Volume de páginas e parágrafos de cada uma das revistas estudadas	71
Gráfico 2 CartaCapital: Agente de maior crítica ou responsabilização	78
Gráfico 3 CartaCapital: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas).....	82
Gráfico 4 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT.....	84
Gráfico 5 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula	84
Gráfico 6 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo	85
Gráfico 7 Época: Agente de maior crítica ou responsabilização	86
Gráfico 8 Época: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas).....	88
Gráfico 9 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT	89
Gráfico 10 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula	89
Gráfico 11 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo.....	90
Gráfico 12 Istoé: Agente de maior crítica ou responsabilização.....	93
Gráfico 13 Istoé: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas).....	95
Gráfico 14 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT	96
Gráfico 15 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula	96
Gráfico 16 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo.....	97
Gráfico 17 Veja: Agente de maior crítica ou responsabilização.....	99
Gráfico 18 Veja: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas).....	100
Gráfico 19 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT	101
Gráfico 20 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula	101
Gráfico 21 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo.....	102
Gráfico 22 Percentual de enquadramentos negativos de Lula do total narrativo de cada revista.....	103
Gráfico 23 Percentual de enquadramentos positivos de Lula do total narrativo de cada revista.....	103
Gráfico 24 Enquadramentos negativos do PT: comparativo entre as revistas.....	114

Gráfico 25 Enquadramentos negativos de Lula: comparativo entre as revistas.....	114
Gráfico 26 Enquadramentos negativos do governo: comparativo entre as revistas	116
Gráfico 27 Enquadramentos positivos do PT: comparativo entre as revistas	117
Gráfico 28 Enquadramentos positivos de Lula: comparativo entre as revistas	117
Gráfico 29 Enquadramentos positivos do governo: comparativo entre as revistas.....	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÍDIA, POLÍTICA E DEMOCRACIA: CONSIDERAÇÕES	15
2.1 Pluralidade, cerne da Democracia	15
2.2 Comunicação mediática e democracia	16
2.3 Escândalos Políticos Midiáticos.....	18
2.3.1 O uso da Teoria de Thompson.....	18
2.3.2 O uso da teoria dos escândalos políticos neste trabalho.....	26
3 ENQUADRAMENTOS	28
3.1 Conceitos prévios de enquadramentos.....	28
3.1.1 Enquadramentos e pluralidade democrática	28
3.1.2 Janelas de Tuchman	30
3.1.3 Enquadramento <i>versus</i> objetividade	31
3.1.4 Enquadramento e agenda-setting.....	32
3.2 Conceito de enquadramento	35
3.2.1 Influência na audiência.....	40
4 CRISE E PODER NO GOVERNO LULA	43
4.1 Lula e o Partido dos Trabalhadores.....	43
4.2 O escândalo do mensalão na mídia	50
4.3 O cenário político da crise	54
5 METODOLOGIA	59
5.1 <i>Corpus</i> : as revistas estudadas.....	59
5.1.1 A revista <i>CartaCapital</i>	60
5.1.2 A revista <i>Época</i>	61
5.1.3 A revista <i>Istoé</i>	63
5.1.4 A revista <i>Veja</i>	64
5.2 A delimitação temporal.....	65
5.3 O método de análise.....	66
5.3.1 Observação	67
6 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO: AS REPRESENTAÇÕES DO ESCÂNDALO DO MENSALÃO NAS REVISTAS	70
6.1 Descrição.....	70
6.1.1 Descrição por revistas.....	77
6.1.2 Descrição por itens.....	102
6.1.3 O consenso em torno da responsabilidade do PT.....	112
6.2 Interpretação.....	118
7 CONCLUSÃO	124
8 REFERÊNCIAS	127
ANEXO	136

1 INTRODUÇÃO

No dia 6 de junho de 2005, o jornal *Folha de São Paulo* estampou a manchete “PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson”. Foi o estopim de um escândalo político midiático que dominou a mídia nos meses seguintes, capaz de causar forte abalo político e institucional, e cujos protagonistas foram o PT, o governo e o presidente Luiz Inácio Lula de Silva, que encarnavam os valores de um partido que alicerçou seu crescimento na defesa da ética e de alternativas de desenvolvimento e de gestão não comprometidas com as elites constituídas. Tratava-se de um partido que acabava de eleger, a custo de mais de vinte anos de amadurecimento, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de enquadramento jornalístico no contexto de crise política. Especificamente, analisamos as narrativas jornalísticas de quatro revistas semanais – *CartaCapital*, *Época*, *Istoé* e *Veja* – no que diz respeito às construções textuais e angulações concernentes a episódios do “Escândalo do Mensalão”, interpretando como os textos estão construídos, com base na teoria do enquadramento. Foram selecionados para a análise 10 matérias da revista *CartaCapital*, que somaram 349 parágrafos e cerca de 45 páginas; 10 matérias da revista *Época* (143 parágrafos e cerca de 45 páginas); 11 matérias da revista *Istoé* (69 parágrafos e cerca de 41 páginas) e 20 matérias da revista *Veja* (157 parágrafos e cerca de 92 páginas), no período estabelecido de 13/06/2005 a 21/09/2005, considerado o pico de atenção pública no tema.

Naquele contexto, os elementos que nortearam as representações dos acontecimentos foram bem demarcados por um rico contexto do ponto de vista analítico: de um lado, um partido cujo maior patrimônio era a defesa da ética, do questionamento do *status quo*, e que sugeria modelos alternativos de gestão; de outro, a mídia operando em concordância com a teoria dos escândalos políticos midiáticos de Thompson (2002), atacando a cota de reputação e confiança dos agentes envolvidos e desnudando o fato de ele estar reproduzindo conhecidos desvios de adversários políticos que sempre combateu.

Para empreender a análise, utilizamos o método de análise de enquadramento (*frame analysis*), investigando a construção textual das reportagens e de que maneira o

jornalismo representou os acontecimentos. A análise de enquadramento analisa os padrões de apresentação, de seleção, ênfase e exclusão textuais através dos quais os jornalistas organizam o discurso, escolhendo, separando, excluindo ou sublinhando determinados aspectos de uma realidade, promovendo uma angulação específica.

O trabalho começa com um capítulo destinado a discutir como se relacionam a mídia e a política em um contexto de governo democrático. Começamos colocando a busca do ideal democrático como fator positivo para uma expressão plural da atividade de comunicação, pois a pluralidade pressupõe um terreno favorável para diversidade de abordagens e para a liberdade para expressão de pontos de vista divergentes.

A comunicação jornalística é regida por regras de imparcialidade e objetividade. Defendemos que esses ideais constituem um norte importante para balizar a atividade jornalística, mas que a sua real aplicabilidade não acontece, pois a mídia é um elemento que se inscreve e até mesmo se confunde com a dinâmica política. É nesse sentido que colocamos a análise de enquadramento como frutífera para o estudo de como a mídia considera ou descarta determinados pontos de vista ou atributos em um contexto de crise política. Em outras palavras, o enquadramento constitui uma forma de poder ao se traduzir em lutas pela representação da realidade, em embates de pontos de vistas estampados. Situamos, então, nosso olhar sobre a influência dos veículos de comunicação pela construção da realidade social e pela modelagem de representações da realidade.

Ainda nesse capítulo, apresentamos a teoria dos escândalos políticos de Thompson, que dá uma diretiva sobre a qual trabalharemos. Fizemos um levantamento de fatores pertinentes de serem observados no comportamento da mídia sobre os escândalos, como o tratamento que ela dá à questão da dissociação das “más companhias”, à questão das reações dos adversários políticos, bem como fato de ela se valer do escândalo como um elemento que oferece ameaça à reputação etc.

No capítulo três, apresentamos o conceito de enquadramento e as considerações relacionadas ao tema: os enquadramentos como uma perspectiva de pluralidade democrática, colocando em questão se a mídia reproduz o poder constituído ou é protagonista ativa que dá voz a diferentes posições sociais; a analogia estabelecida por Tuchman dos enquadramentos como janelas; o declínio da objetividade jornalística como parâmetro de isenção; e a correlação dos conceitos de enquadramento e agenda-setting.

A história de Lula e do Partido dos Trabalhadores é abordada no quarto capítulo. Nele tratamos brevemente do trajeto que levou Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da

República e que rendeu uma mutação política que não escapou à percepção da mídia. Esse mesmo capítulo estabelece a reformulação partidária de 1980 como ponto de partida para se pensar a formação política brasileira contemporânea, a concepção do Partido dos Trabalhadores e as campanhas presidenciais que precederam a chegada de Lula à presidência.

Ainda nesse capítulo, em um segundo momento, abordamos como a mídia estampou os sintomas de uma crise política que estava por vir, ou seja, como foi o nascedouro midiático que deu origem ao “Escândalo do Mensalão”, assim como delineamos o contexto político e sócio-econômico que circunscreveu a crise.

A base que serve para sustentar essa dissertação se estende até o capítulo das análises propriamente, com uma apresentação das revistas estudadas. Nesse capítulo fazemos uma breve apresentação das revistas em termos de origem, proposta e configuração editorial, estabelecemos a delimitação temporal do nosso trabalho e expomos os critérios para essa decisão. O capítulo que antecede a análise também explica o método utilizado e a caracterização geral do conteúdo a ser estudado.

No último capítulo, se dão os processos de análise de dados da pesquisa, a descrição, bem como a interpretação. As fases preliminares nos permitiram estabelecer categorias capazes de inferir em que medida as revistas responsabilizaram e criticaram cada um dos agentes envolvidos: Lula, o PT e o governo e quais foram as nuances encontradas nesse sentido. Foi possível construir uma série de gráficos comparativos entre o comportamento das revistas, que, somados aos conceitos teóricos expostos no início do trabalho, nos permitiram traçar um panorama sobre os enquadramentos das revistas a respeito do “Escândalo do Mensalão”.

2 MÍDIA, POLÍTICA E DEMOCRACIA: CONSIDERAÇÕES

2.1 Pluralidade, cerne da Democracia

O conceito de democracia será a base desta dissertação. A importância dada a esse conceito se assenta no fato de só podermos discutir enquadramentos jornalísticos (o método de análise deste trabalho) na medida em que existe um modelo cultural – e constitucional, sobretudo – que garante a pluralidade. No Brasil, a Carta Magna estabelece, no seu Art. 5º, inciso IX, que é livre a expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura ou licença. Por mais que se façam ressalvas quanto à maturidade da nossa democracia e que seja corriqueiro apontá-la como incipiente – no sentido de suas poucas décadas de existência –, e paradoxal – por conta da contradição que reside na distância entre os seus princípios e a real aplicabilidade deles –, esse ensaio concebe a democracia como uma condição que se tem por fim. Podemos evocar uma analogia em relação às discussões sobre objetividade científica, colocada por LOPES (1990) como uma objetividade jamais alcançada, porém nem por isso menos pretendida: “A objetividade é entendida como limite ao qual se tende e a que nunca se chega terminantemente”. (LOPES, 1990, p.82). Nesse sentido, a democracia tal como foi idealizada constitui uma direção, um norte. Sua força reside na semente, pois ainda que deixe marcas em uma realidade verificável, existe mais em potência que em efetividade, tal qual a objetividade científica ou mesmo a objetividade jornalística.

Esse é o entendimento sobre a igualdade e distribuição eqüitativa de voz e poder proposta pela democracia, a forma de governo sobre a qual, hoje, projetamos nossos alicerces sociais. Na mesma medida, só é oportuno discutirmos enquadramentos jornalísticos tendo em vista as feições que a comunicação adquiriu a partir do momento em que o Estado constitucional moderno proclamou o princípio do caráter público do poder. Essa condição de transparência e visibilidade da democracia é tão pujante que é verificável em suas diversas concepções – desde a figura da assembléia dos cidadãos deliberantes até o atual modelo de democracia representativa, que transporta o entendimento acerca da visibilidade para o teor da forma contemporânea de comunicação que agora denominamos *comunicação mediática*.

2.2 Comunicação mediática e democracia

Dominique Wolton (2004) identifica a comunicação como cerne do paradigma da cultura ocidental e como um valor intrinsecamente relacionado à democracia. O conceito de Polistchuck e Trinta (2002) de que o paradigma prescreve um viés ideológico – e que adotar um paradigma significa firmar um ponto de vista, determinando o modo pelo qual se vai exercer um olhar –, sugere que o ângulo do qual os fenômenos da atualidade são observados ou considerados é a perspectiva da comunicação, mais especificamente a comunicação mediática, regida pelas regras da democracia. Rubim (1999) vai na mesma direção. Para ele, além do caráter político, a mídia dá feição à contemporaneidade.

Fazendo uma breve reflexão sobre o conceito, Bobbio (1986) entende democracia por:

[...] regime no qual o poder supremo (supremo na medida em que apenas ele está autorizado a usar em última instância a força) é exercido em nome e por conta do povo através do procedimento das eleições por sufrágio universal repetidas a prazo fixo” (BOBBIO, 1986, p.102).

Mas ele evidencia o aspecto paradoxal da democracia, ou seja, as dificuldades objetivas em promover uma correta aplicação do pensamento que preconiza a soberania popular. É o que ele chama de “insucessos” da democracia. E é na distância nebulosa entre a democracia formal e a democracia substancial que supomos haver terreno para condutas que privilegiam interesses que não sejam o da coletividade. É nessa distância que devemos considerar o papel político da mídia e a atuação dela como elemento que se inscreve e tem parte no circuito político (RUBIM, 1999).

A comunicação mediática é aquela que produz e divulga, por meios tecnológicos, bens simbólicos, que monopoliza a publicização e cuja forma é acusada, entre outras coisas, de descaracterizar o conteúdo (RUBIM, 1999).

O ato de publicizar (e seu tendencial monopólio) produz não só poder, mas possibilita o desenvolvimento de uma nova forma do homem ser e estar no mundo, de uma dimensão (pública) de sociabilidade, em muito distinta do antigo espaço público “burguês”, erigido na conjunção de praças, parlamentos, ruas, lugares de discussão convivenciada. Na verdade, ao tentar encarcerar e monopolizar o ato de publicizar, a mídia institui uma nova dimensão de sociabilidade. (RUBIM, 1999, p. 163-164)

A mídia quer legitimar o monopólio da publicização anunciando que promove a visibilidade necessária ao regime democrático, atua como vigilante e dá espaço a todos os pontos de vista. Mas tal afirmação tem sido objeto de controvérsias abarcadas na gama de paradigmas que balizaram o itinerário do conhecimento adquirido da comunicação. Esse acervo dos estudos e pesquisas traz muitas nuances à discussão sobre em que medida o conteúdo é descaracterizado, se a comunicação é livre ou está a serviço de uma ideologia, grupo político ou grupo econômico dominante, e em que medida ela é capaz de influenciar a audiência.

Essas questões sobre conduta e alcance da mídia sobressaem em uma era de overdose midiática. O que se busca é entender o papel de todo aparato de mídia na formação da opinião pública, e os critérios de representação das nossas sociedades operados por eles. São os veículos de comunicação, afinal, os grandes intermediários entre o cidadão comum e mundo. Ou seja, a sociedade contemporânea é uma teia mediática que molda a lógica do pensar. As empresas de mídia e a informação estão no âmago da questão e a dúvida é de que forma elas administram os discursos e referências divergentes.

Ainda que se questione a atuação da mídia na hora de considerar ou descartar determinados pontos de vista ou atributos – e está aí uma das concepções de enquadramento –, é bastante aceito o entendimento de que ela é um elemento necessário à composição das sociedades democráticas contemporâneas, e que ela é regida por preceitos que visam diminuir qualquer desproporção, a chamada busca pela objetividade jornalística. O fato de Wolton (2004) conceituar a comunicação como modelo cultural propício à troca entre elites, dirigentes e cidadãos supõe que, embora elites, dirigentes e cidadãos sejam à primeira vista esferas imiscíveis, existe um ponto de intersecção, um ponto de contato que é justamente o que ele chama de “laço estrutural”. É nesse sentido que os veículos de comunicação são instâncias estruturantes e é por isso que, apesar de pormos em causa o modo como eles definem a realidade social, continuamos a defender a presença da mídia e delegar a ela o papel vigilante.

Segundo o discurso legitimador da mídia e o próprio conceito de democracia, a comunicação mediática deveria abarcar toda a sociedade em sua diversidade e dar voz de maneira eqüitativa, o que, segundo nosso ponto de vista, constitui uma utopia. A gama de interesses que permeia a publicização do poder não pode deixar de ser considerada como elemento balizador no momento em que se imprime determinado

ponto de vista à construção da narrativa jornalística. Ainda que persigam regras de isenção, imparcialidade e objetividade, os veículos de comunicação constroem seus discursos em contextos históricos, ideológicos e institucionais que deixam marcas nos conteúdos.

2.3 Escândalos Políticos Midiáticos

2.3.1 O uso da Teoria de Thompson

Este capítulo propõe o uso da teoria do escândalo político midiático de Thompson (2002) como suporte para o estudo de “Escândalos Políticos Midiáticos”, aliado à análise de enquadramento. Uma análise anterior (SILVA, 2007) apontou que a mídia se prevalece, consciente ou inconscientemente, do “calcanhar-de-aquiles” do homem político que precisa construir uma imagem pública calcada na reputação e confiança, usando seu poderio para atacar justamente as fontes de poder simbólico que estão em jogo quando eclode um escândalo político. Parte-se da premissa de que as reportagens geralmente tratam o escândalo na perspectiva da *teoria social do escândalo*, colocando em questão a reputação e a confiança dos envolvidos, e trazendo à tona estratégias, por vezes questionáveis, de que os envolvidos se valem para tentar minimizar danos ou escapar da culpa. Tendo em vista esse fenômeno de que a mídia opera de modo concordante com a *teoria social do escândalo*, este capítulo vai sistematizar quatro pontos da teoria dos escândalos políticos de Thompson e propor quatro frentes de foco que nos auxiliam a empreender a análise de enquadramento. Chamaremos essas frentes de: fatores integrados, características dos escândalos políticos, estrutura seqüencial dos escândalos políticos e tipos de escândalos políticos.

2.3.1.1 Fatores integrados

No seu intento de desenvolver uma explicação analítica do escândalo político e delinear uma teoria social de suas condições e conseqüências, John B. Thompson (2002) faz um levantamento de fatores que permeiam os escândalos políticos como acontecimentos contemporâneos. Conceituando o escândalo político como “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002, p.296), ele aponta uma série de fatores que constituem o conjunto de forças relativas ao contexto em que essa “batalha” por gerir as “cotas” de reputação e confiança ocorrem. Os três fatores seguintes constituem os elementos diretamente ligados ao escândalo político: a visibilidade, a política da confiança e a busca da legitimação poder simbólico, através da administração da cota de reputação.

Em torno de visibilidade, é possível averiguar que o papel central da mídia na contemporaneidade criou novas formas de interação que ocasionaram uma transformação da vida social e política. Se atualmente os políticos podem recorrer à mídia para dar uma amplitude maior aos seus feitos, eles também estão mais expostos e portanto mais vulneráveis a terem os seus deslizes amplificados pelos holofotes midiáticos.

Com relação à política da confiança, nas democracias liberais, é possível entendê-la como resultado do declínio dos partidos políticos e do crescimento de votantes desvinculados de partidos classistas, que escolhem agora os seus representantes de maneira mais independente. Nesse quadro no qual sobrepuja a política da confiança, as eleições regulares pressupõem uma reafirmação periódica da legitimidade do poder simbólico exercido pelos homens políticos, na tentativa de angariar votos.

Com base no que foi dito, é possível fazer comentários a respeito de alguns itens que serão úteis para traçar guias úteis à análise de enquadramento.

2.3.1.2 Dissociação das “más companhias”

Muitas vezes não só a figura central de um escândalo político tem sua reputação prejudicada e sua carreira (ou mesmo vida pessoal) arruinada. Os danos podem se estender a outras pessoas implicadas em menor grau, ou mesmo instituições ou organizações políticas com as quais essas pessoas estiveram ligadas. Nesse sentido, é pertinente um olhar acurado sobre como a mídia retrata o se pode chamar de

dissociação das “más companhias”, ou seja, as referências feitas a um partido que tentar banir um membro que esteja com a imagem comprometida, um político que rejeita ligação com um aliado declarado, uma diretoria que é dissolvida para tentar salvar a imagem de uma instituição, etc.

2.3.1.3 Reação dos adversários políticos

Com o enfraquecimento da política baseada em partidos classistas que representavam interesses de distintas classes sociais, cresce a política de confiança.

Cada vez mais os partidos e seus líderes têm de lutar para ganhar o apoio de uma crescente parcela de eleitores não comprometidos – isto é, de eleitores cujas afiliações políticas têm menos probabilidade de passarem de uma geração a outra e que mais provavelmente irão tomar suas decisões baseados nas opções a eles oferecidas (THOMPSON, 2002, p.146).

Nesse contexto de disputa, grupos de interesse estão continuamente empenhados em atacar seus “concorrentes”. Qualquer infortúnio que venha a prejudicar o desempenho do adversário será celebrada pelo opositor. Por isso é importante estar atento às referências feitas às *reações dos adversários políticos*, ou seja, como a mídia retrata o comportamento de líderes de partidos opositores, por exemplo, inclusive às vezes assumindo declaradamente estratégias para se beneficiar do infortúnio que atinge o concorrente.

2.3.1.4 Ameaça à reputação e à confiança

“O escândalo, seja ele político-sexual, político-financeiro ou de poder, pode corroer e esvaziar essas fontes de poder simbólico, que são a reputação e a confiança” (THOMPSON, p.13-14). A mídia, consciente ou inconscientemente, acaba empreendendo um nítido esforço para ressaltar a questão do “esvaziamento” de credibilidade como forma de *ameaça à reputação e à confiança*.

2.3.1.5 Mídia: quem vigia o vigilante?

Acontecimentos escandalosos de várias espécies acompanham a história da sociedade civilizada. A diferença é que agora, porque a mídia passou a ocupar papel central nas sociedades, esses episódios se confundem eles próprios com a atuação da mídia, que adianta-se em denunciar, trazer a público, reunir provas etc. Nesse sentido, um ato de corrupção por si só apenas se transfigura em um escândalo político midiático quando tornado público pelos veículos de comunicação. Com base nesse fenômeno, é válido observar como a mídia aponta os *motivos da crise* e lida com o fato de ela própria ter comprometimento em tê-lo tornado público, como quando, por exemplo, uma revista traz à tona gravações de câmera escondida em que um funcionário aceita suborno, transfigurando um evento que tinha essencialmente caráter privado. Como o caso torna-se um acontecimento público, conhecido por milhões, e de caráter midiático, os próprios meios de comunicação, ao mesmo tempo em que imergem no escândalo e confundem-se eles próprios com a dinâmica dos acontecimentos, reunindo provas e delatando culpados, colocam-se como agentes externos, capazes de fazer julgamentos por vezes moralizadores, assim como arriscar *prognósticos e apontamento de conseqüências*.

2.3.1.6 Características dos escândalos políticos midiáticos

No empenho de apontar as características dos escândalos midiáticos, Thompson recorre a uma tabela contrastando os escândalos midiáticos com os escândalos localizados.

Tabela 1 Escândalos localizados e escândalos midiáticos (THOMPSON, 2002, p. 91)

Características	Escândalos localizados	Escândalos midiáticos
Tipo de transgressão	principalmente de primeira ordem	primeira e segunda ordem
Tipo de publicidade	publicidade tradicional de co-presença	publicidade midiática
Tipo de revelação	comunicação face a face	comunicação midiática
Modo de desaprovação	comunicação face a face	comunicação midiática
Base de evidência	relativamente efêmera	relativamente durável
Referencial espaço-temporal	localizado	sem local

Pormenorizando cada um dos itens referentes aos escândalos políticos midiáticos da Tabela 1, extraímos os elementos que devem ser considerados nas análises de enquadramento de escândalos políticos midiáticos e que podem ser focados para uso posterior na categorização. Os escândalos políticos midiáticos:

a) Envolvem transgressões de primeira e segunda ordem¹: No desenrolar do escândalo, é comum que as pessoas centralmente envolvidas se tornem prisioneiras de um processo imprevisível e incontrolável. Nesse contexto, são passíveis de serem percebidas as tentativas estratégicas por parte dos envolvidos de tentar conferir um rumo que seja o menos desastroso possível à avalanche de acontecimentos. É muito comum em escândalos políticos midiáticos que o foco seja desviado do fator que originou o escândalo e acabe direcionado a alguma dessas tentativas que tenha sido mal-sucedida – que Thompson chama de transgressões de segunda ordem –, como por exemplo um encobrimento ou negação que se revelem falsos ou mal-intencionados posteriormente. Nesse sentido, é importante o analista discernir a que *tipo de transgressão* os textos se referem;

b) Têm um tipo de publicidade que é preponderantemente midiática: O modo de difusão dos fatos e propagação do escândalo é provido pelos meios de comunicação, o que significa dizer que a dinâmica dos acontecimentos dispensa a interação face a face para estabelecer-se nos termos interacionais da comunicação midiática. Essa condição relaciona-se diretamente com o item seguinte;

c) São eventos revelados em âmbito midiático, através dos meios de comunicação: Essa revelação constitui o que Thompson chama de vazamento para regiões frontais de comportamentos considerados inaceitáveis, reprováveis ou incongruentes com as posições exercidas e imagens projetadas pelos envolvidos. Thompson toma o conceito de Goffman no qual os indivíduos adaptam seus comportamentos, projetando a imagem que desejam passar e prevalecer na região frontal, através da supressão de características da regiões de fundo que considerem impertinentes. Nesse sentido, é interessante que o analista verifique *como a mídia tratou essa revelação* – a migração do fato da uma condição privada, secreta e supostamente administrável da região de fundo para um teor público de região frontal – *e as possíveis reações dos envolvidos e da opinião pública* (choque, embaraço, indignação etc.);

¹ As transgressões de primeira ordem são as infrações propriamente que originam o escândalo. Elas podem originar as chamadas transgressões de segunda ordem, que não faltas secundárias como mentiras e distorções de que os envolvidos se valem para tentar minimizar as consequências do escândalo, mas que muitas vezes tomam proporções ainda maiores do que as infrações em si.

d) O modo de desaprovação se dá através dos meios de comunicação: O principal ônus de um escândalo político para uma pessoa pública é justamente a diminuição de sua “cota” de reputação. Se analisarmos os fatores integrados, elementos incorporados que integralizam os escândalos políticos, veremos que os pontos críticos são aqueles que se referem à visibilidade e à gestão de uma reputação que seja favorável à política da confiança, característica das atuais democracias. Nesse sentido, é importante que seja analisado *como a mídia manifesta sua desaprovação* – quer seja em suas próprias palavras em textos opinativos ou com referência a fontes em textos que se pretendem objetivos, com manchetes muitas vezes humilhantes, textos reprovadores, vexatórios, indignados, caricaturais etc.;

e) As bases de evidência são relativamente duráveis: Bases de evidência duráveis dizem respeito a documentos, fotos, imagens de câmera oculta ou câmeras de vigilância, gravações de conversas telefônicas etc. que sejam incriminadoras. Muitas vezes difíceis se serem negadas, são tomadas como conclusivas pela mídia. É interessante prestar atenção em *como a mídia usa esses materiais simbólicos como ferramenta incriminatória e moralizadora*;

f) O referencial espaço-temporal é diluído: Por não terem um referencial espaço-temporal localizado, os escândalos midiáticos podem se transformar rapidamente em acontecimentos nacionais ou globais. Nesse sentido, podem ser objeto de análise *uma possível atitude de super-dimensionamento do escândalo*, deslocando e promovendo (pertinentemente ou não, intencionalmente ou não), o fato de um contexto restrito a uma dimensão nacional ou global.

2.3.1.7 A estrutura seqüencial como aliada

Este capítulo propõe, ainda, o uso da estrutura seqüencial como aliada na análise de enquadramento. Embora seja marcado por um constante contar e recontar de histórias e consecutivas afirmações e contra-afirmações que podem se estender por dias, semanas, meses e até anos, os escândalos políticos midiáticos apresentam certa estrutura seqüencial. Isso se deve ao fato de ele ter um início – o estopim, evento ou circunstância que provoca a série de acontecimentos que constitui o escândalo – e um fim diagnosticáveis, ainda que esse fim possa se traduzir em um definimento até exaurir o interesse do público ou o interesse midiático no caso. O maior benefício de

tomar a estrutura seqüencial como parte da análise de enquadramento é situar o analista, de modo que ele não se perca na aparente desarranjo e desconexão de fatos relacionados ao escândalo. O analista também pode avaliar o comportamento dos veículos de comunicação nos termos da série estrutural de acontecimentos, que engloba quatro fases definidas por Thompson: pré-escândalo, escândalo propriamente, clímax ou desenlace, e conseqüências.

O pré-escândalo é caracterizada por fofocas, boatos, rumores e comentários de “bastidores”, fora do “espaço cênico”. Nesse sentido, o escândalo propriamente não começa com a transgressão em si mesma, mas com a revelação (midiática) que a torna objeto de conhecimento público. Nessa fase em que se torna público, os indivíduos envolvidos, auxiliados por seus conselheiros, assessores, advogados, defensores ou “padrinhos” se empenham em uma batalha estratégica (que será retomada no final do item) para dirigir o curso dos acontecimentos para um desenlace o menos catastrófico possível. A fase do clímax ou desenlace constitui o ponto crítico, às vezes revestida de poder simbólico, que estabelece os componentes para o resultado final do escândalo, como um julgamento, uma audiência ou evento de mídia transmitido ao vivo. Este ponto crítico interrompe o fluxo normal dos acontecimentos e cria uma atmosfera formal e solene, de alta expectativa. Na última fase do escândalo figuram as conseqüências. Esta fase é diagnosticável porque é conseguinte a uma confissão, renúncia, julgamento ou até mesmo se caracteriza pelo definhamento do caso. Geralmente neste momento menos “acalorado” é possível pensar retrospectivamente, e os jornalistas e até mesmo os protagonistas do escândalo se dedicam a uma reflexão sobre os acontecimentos e suas implicações.

A batalha estratégica travada durante o desenvolvimento do escândalo propriamente é um fator que tem muito a acrescentar se for levado em consideração pelo analista. Podemos chamar isso de *estratégias para driblar a crise*. Um olhar mais acurado do pesquisador sobre referências a tipos de atitudes estratégicas pode ajudar a manter o foco em questões pertinentes à dinâmica do escândalo. As estratégias citadas por Thompson são:

- negar firme e repetidamente o envolvimento nas atividades referidas
- trancar qualquer vazamento, impedindo de fazer-se pública uma notícia que não se deseja que seja divulgada
- prevenir toda evidência de incriminatória
- fechar linhas de investigação

- cortar o fluxo de informação
- reverter o jogo contra a imprensa, colocando em dúvida sua credibilidade e imparcialidade

É importante ressaltar que a mídia continua fazendo pressão contrária a essas estratégias e que em muitos casos elas podem inclusive se reverter contra as pessoas que as adotam. Quando, por exemplo, uma negação prova-se falsa posteriormente, fica irremediavelmente afetada credibilidade de quem tentou usar de maneira mal-intencionada esse recurso.

2.3.1.8 Tipos de escândalos políticos

Entender as motivações que fazem de um evento um escândalo político midiático proporciona um melhor entendimento do que está realmente em jogo quando eclode esse fenômeno. As normas mais suscetíveis a renderem escândalos são as que governam as relações sexuais, o exercício do poder e as transações financeiras. O autor separa então os escândalos políticos em três categorias: escândalo político-sexual, escândalo de poder e escândalo político-financeiro.

Os escândalos político-sexuais são eventos que “envolvem a divulgação de aspectos da vida privada que transgridem as normas e códigos de conduta sexual” (THOMPSON, 2002, p.154). Os escândalos de poder, por sua vez, são o que o autor chama de “a forma mais pura de escândalo político”, porque envolvem transgressões justamente às regras e convenções que regem a forma autêntica de poder, o poder político. Já os escândalos financeiros na esfera política abrangem atividades que violam regras que tratam da obtenção e destinação de verbas e recursos financeiros. Implicam muitas vezes conexão indevida e oculta entre poder econômico e político, que origina o escândalo aos se tornar pública. Esse tipo de escândalo tem maior probabilidade de envolver a quebra de leis e de resultar em instaurações de processos legais.

Embora as fronteiras que separam essas três categorias de escândalo sejam bastante fluídas e um escândalo possa conter elementos sexuais, financeiros ou de poder intrincados, via de regra será possível distinguir qual deles se sobressai. Para verificar a pertinência da classificação de determinado episódio em alguma das referidas categorias, é possível assinalar como diversos veículos conceituaram o episódio. Depois, em se tratando dessa conceituação, para delimitar em que categoria de escândalo o

episódio está, pode-se apontar quais os aspectos de poder, finanças ou sexo foram mencionados, e obter-se-á um indício importante a partir de qual deles for mais evidenciado.

2.3.2 O uso da teoria dos escândalos políticos neste trabalho

Este trabalho propõe a utilização da teoria do escândalo político de Thompson (2002) como instrumento auxiliar na análise de enquadramento de fenômenos entendidos como escândalos políticos midiáticos. Ao invés de operar sem uma diretiva, a proposta é que o pesquisador utilize a análise do referido autor para nortear o trabalho. Acredita-se que a tentativa de utilizar de maneira rígida os elementos constitutivos e caracterizadores dos escândalos políticos propostos por Thompson estaria predestinada ao insucesso, mas que o uso como guias, pontos de partida ou elementos-chave será bastante produtivo.

Com relação ao que chamamos de “fatores integrados”, ou seja, os elementos que configuram os atuais escândalos políticos, foi construído um repertório que guiou o levantamento de fatores interessantes de serem observados no comportamento da mídia sobre os escândalos: como esta retrata o empenho das figuras envolvidas em *dissociar-se das “más companhias”*, as *reações dos adversários* políticos frente ao malogro do concorrente, como ela enfatiza o escândalo como um elemento que oferece *ameaça à reputação e à confiança*, e como ela sugere os *motivos da crise*, o seu próprio *envolvimento no ato de trazê-lo a público* e arrisca delinear *prognósticos* e apontar possíveis conseqüências.

Se o escândalo político pressupõe vir à tona um ato digno de reprovação, é interessante o analista estar atento, por exemplo, a que *tipo de transgressão* os textos noticiosos se referem. Se os eventos são revelados através dos veículos de comunicação, há que se considerar *como a mídia trata essa revelação*, essa migração do fato de uma condição privada para um teor público e as possíveis *reações de choque, embaraço, indignação etc. dos envolvidos* e da opinião pública. Se o modo de desaprovação se dá por meios midiáticos, torna-se decisivo atentar para *como a mídia manifesta sua desaprovação*. Se as bases de evidência são relativamente duráveis, é interessante prestar atenção em *como a mídia usa materiais simbólicos como ferramenta incriminatória e moralizadora* e, ainda, se o referencial espaço-temporal é

diluído, pode ser um fator importante observar *como se dá uma possível atitude de super-dimensionamento do escândalo*, deslocando e promovendo o fato de um contexto restrito a uma dimensão nacional ou global.

Este capítulo sugere, em terceiro lugar, o uso da estrutura seqüencial do escândalo político como aliada na análise de enquadramento. A estrutura seqüencial auxilia o analista sobre as características da fase que é objeto de sua atenção (*pré-escândalo, escândalo propriamente, clímax* ou *conseqüências*), de modo que ele não se perca no aparente desarranjo e desconexão de fatos relacionados ao escândalo. Neste item, foi destacada a *batalha estratégica* encadeada durante o desenvolvimento do escândalo propriamente, como um fator que tem muito a acrescentar se for levado em consideração pelo analista. Essas *estratégias para driblar a crise* constituem atitudes como: negar o envolvimento nas atividades referidas, trancar qualquer vazamento, prevenir toda evidência de incriminatória, fechar linhas de investigação, cortar o fluxo de informação e reverter o jogo contra a imprensa, acusando-a de sensacionalista e parcial.

Por último, um critério que o pesquisador pode usar a seu favor é determinar em qual das três categorias – *político-sexual, de poder* ou *político-financeiro* – se encaixa o escândalo sobre o qual ele se debruça. Esse esforço o ajudará a entender as motivações que conferem a um evento o teor de um escândalo político midiático, deixando mais claro o que afinal está em jogo quando a mídia resolver investir seus esforços sobre ele, noticiando-o, acompanhando-o e envolvendo-se sobremaneira.

3 ENQUADRAMENTOS

3.1 Conceitos prévios de enquadramentos

3.1.1 Enquadramentos e pluralidade democrática

Em grande parte do mundo, existe o reconhecimento de que a democracia é essencial para o desenvolvimento social, político e econômico dos povos. A transparência das atividades governamentais e o respeito à liberdade de expressão e de imprensa estão entre os pilares democráticos. A mídia não tem poder deliberativo, mas tem função fiscalizadora e vigilante. Ela faz parte das instâncias que podem responsabilizar o governo ou titulares do poder político por desvios, se amparadas por aquelas contidas no próprio aparelho do Estado – partidos de oposição, Conselhos de Ética, Comissões Parlamentares de Inquérito, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Polícia Federal, Tribunais de Contas e Corregedorias.

Cremilda Medina (1988) lembra que o Direito Social à Informação e o Direito de Opinião constituem dois pilares da democracia contemporânea. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além de tratar da liberdade de comunicação em vários dispositivos do artigo 5º, dedica um capítulo todo ao tema.

No artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, está assegurada a livre manifestação do pensamento (inciso IV), o direito de resposta (inciso V) e a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (inciso IX). O artigo também assegura em seus incisos XIV e XXXIII o acesso à informação, o resguardo do sigilo da fonte, e o direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

No capítulo V, consagrado à Comunicação Social, está estabelecido que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação não sofrerão qualquer restrição (artigo 220). Esse artigo também veda toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Medina (1988) fala da contrapartida, no entanto. Ela defende alguns traços fundamentais para o perfil de um produtor de informação na democracia, entre eles a

ética profissional, capacidades técnicas para investigar a realidade presente e imediata, capacidade de relação com a realidade social, capacidade técnica e artística no domínio da linguagem, e acúmulo de informações e vivências a serviço do enriquecimento profissional (MEDINA, 1988, p.146-147). Na concepção da autora, o estágio técnico compatível com a sociedade democrática não foi atingido pela grande maioria do contingente dos profissionais nem pelo empresariado brasileiro.

Abordando de maneira crítica o jogo de interesses que permeiam a notícia enquanto produto de consumo, Cremilda Medina (1988) lembra que, com uma análise apurada, sempre será possível detectar tendências de angulação da empresa na codificação do jornalismo informativo, seja na seleção das pautas, na formulação do código lingüístico e visual, na orientação dos editores aos repórteres, ou na intenção declarada dos redatores de “fecharem” as páginas de acordo com a política jornalística da empresa, por exemplo. Ainda de acordo com a autora, essa angulação seria incorporada naturalmente pelos jornalistas, especialmente os recém-chegados, assumindo valores e comportamentos típicos da empresa, o que influencia todo o processo de captação de dados numa reportagem. (MEDINA, 1998, p.74). Para ela, a empresa está ligada a um grupo econômico e político que conduz o comportamento da mensagem da captação do real à sua formulação estilística.

Outros autores, no entanto, tratam os meios como além de esponjas permeáveis ao poder constituído, seja ele político ou econômico, mas como protagonistas ativos da esfera pública contemporânea:

Legitimando vozes em diferentes posições sociais, os meios pressionam as instâncias do Estado obrigando-as a abandonarem as tendências corporativas e a se explicarem diretamente à opinião pública, coibindo acordos e acomodações em circuito fechado, bem como as saídas astuciosas, baseadas em tecnicismos processuais. (SOARES, 2006, p.221)

De acordo com Soares (2006), o governo democrático é uma arena para confronto de grupos de interesses diversos. Ribeiro (2001 apud SOARES, 2006, p. 82) considera que a democracia é um meio de solucionar conflitos, porque aceita a diferença de opinião, a divergência, renunciando à unanimidade.

Sem dúvida, constrangimentos políticos, econômicos e institucionais estão em jogo quando se trata da representação da realidade operada pela mídia, mas é na não-submissão à unanimidade das avaliações, julgamentos e opiniões preconizada pela democracia que se baseia a pluralidade e o conceito de enquadramento como elemento que evidencia a gama de interesses que permeia o fazer jornalístico.

3.1.2 Janelas de Tuchman

A percepção da existência de *tendências de angulação* nos dirige ao conceito de Gaye Tuchman (1978) de notícias como janelas, aberturas para o mundo, que através de seus enquadramentos oferecem às pessoas conhecimento sobre si mesmas e sobre os outros, sobre seus porta-vozes e líderes, sobre suas instituições e outros referenciais de interesse geral para atribuição de sentido. Esse *sentido atribuído* aos conteúdos midiáticos é importante tendo em vista o papel central da mídia e a atuação dos meios de comunicação no que diz respeito ao entendimento que o público tem de episódios públicos (ou levados à condição pública). Em outras palavras, é importante considerar o papel que os meios de comunicação de massa assumem na disseminação das informações do mundo contemporâneo e como o feitiço dado a essas informações afeta a opinião pública.

Ainda de acordo com Tuchman (1978), a visão através de uma janela depende do seu tamanho e amplitude, se tem muitos ou poucos quadros, do quanto o vidro é opaco ou transparente, se a janela desvela uma rua ou um quintal. A cena desvelada também depende de onde o observador se coloca, o que determinará, literalmente, o seu ponto de vista.

Transportando o conceito de janela para a composição das notícias, acredita-se que o jornalista, ao redigir o texto, orienta, consciente ou inconscientemente, a “paisagem” que estará diante do leitor, o alcance do olhar, o ângulo, a vista, enfim, o panorama através do qual o fato será apresentado. Trata-se de uma analogia esclarecedora. A idéia de quadros, anexada ao conceito de narrativa jornalística, pode ser entendida como a gama de representações e percepções de um fato. A rua pode ser considerada o acontecimento intencionalmente público e o quintal pode ser entendido como ambiente *a priori* fora do alcance da grande audiência.

Se temos o entendimento de que o ponto de vista, a abordagem e os critérios de seletividade alteram a forma final das notícias ao serem estampadas na mídia, e que as narrativas jornalísticas podem manifestar-se sob variadas formas ou aspectos em situações ou contextos distintos, estamos interessados em como esse fenômeno se operacionaliza.

Concordando com a recusa esmagadora da metáfora do espelho para a relação

entre conteúdos de mídia e a realidade, questionamos que elementos tornam-se parte da construção do conteúdo jornalístico que nos é disponibilizado. Sob outra perspectiva, qual seria a configuração, a forma, o feitio do material que servirá de subsídio para que o cidadão possa, eventualmente, intervir na realidade social, relacionar-se politicamente (mesmo não sendo um agente que efetivamente intervém publicamente), enfim, exercer seu papel cívico.

As perspectivas teóricas envolvidas na análise de enquadramento são um caminho para analisar essas questões. Esse tipo de análise busca entender a atribuição de significados aos acontecimentos por meio das linguagens e o papel do jornalismo na construção das representações públicas sobre eventos, entre outros atributos.

3.1.3 Enquadramento *versus* objetividade

Uma corrente de estudiosos principiada por Hackett (1984 apud TRAQUINA, 1999) tem apontado que estudos centrados na falta de objetividade ou detecção de imparcialidade têm sido insuficientes para a abordagem do papel político e ideológico da mídia. Esses aspectos ideológicos, segundo essa corrente, se manifestam além do equilíbrio binário de elementos como tempo, espaço, apresentação de pontos de vistas e o equilíbrio de avaliações positivas, negativas e neutras. O entendimento é de que a objetividade pode encobrir um enquadramento ideológico subjacente.

De acordo com Soares (2006), a análise de enquadramento constitui uma abordagem particular para o estudo de conteúdo jornalístico por abandonar o paradigma da objetividade e se voltar às tendências implícitas na configuração noticiosa, subjacentes a materiais presumidamente objetivos. Abandonar o paradigma da objetividade significa contestar principalmente o pressuposto de que a mídia consegue refletir a realidade tal como um espelho. Significa contestar, em última instância, critérios como equilíbrio binário para determinar a objetividade. Esse equilíbrio binário de pontos de vista como indício de suposta objetividade jornalística é questionado por Tuchman (1972) ao afirmar que tratam-se, meramente, de “rituais estratégicos da objetividade”, incorporados como conjunto de atos e práticas próprias dos jornalistas para evitar transtornos com possíveis processos de difamação, advertência de superiores etc. Esse ritual não seria prescrito por doutrinas filosóficas pessoais; teria, sim, motivações de caráter prático-operacional com fins de evitar estorvos profissionais.

De acordo Hackett (1984 apud TRAQUINA, 1999), nos estudos de mídia, o conceito de imparcialidade abarca desde a falta de equilíbrio entre pontos de vista até a distorção deliberada. É entendida ainda como a intrusão da opinião do repórter ou da empresa jornalística, ou a indistinção entre a interpretação do autor e os fatos relatados. Alguns autores, no entanto, questionam a possibilidade de a linguagem ser neutra. Na mediação do mundo social, o trabalho jornalístico empreende, na significação dos acontecimentos, processos de rotulagem, demarcação. De acordo com David Morley (1976 apud TRAQUINA, 1999), a linguagem neutra é impossível porque “as avaliações já estão implícitas nos conceitos, na linguagem em função da qual se fazem observações e os registros” (MORLEY, 1976, p. 246-247 apud TRAQUINA, 1999, p. 107). Além de identificar e rotular, os aparatos de mídia atribuem um contexto ao acontecimento. Hall et al. (1978) diz que o rótulo é capaz de mobilizar todo esse quadro referencial, com todos os seus respectivos significados e conotações.

Assim, é bastante pertinente que os estudos se voltem a uma análise mais profunda acerca da imagem da sociedade que o noticiário constrói. Esse tipo de análise está subjacente à noção de enquadramentos noticiosos. Prefere-se então adotar conceitos como o de “enquadramento” e “seletividade”. O tratamento do aspecto da “seletividade” pode partir de uma nova abordagem de entendimento do “poder”, considerando, entre outros aspectos, até a capacidade de manter fora de visibilidade e fora da arena política assuntos potencialmente ameaçadores aos interesses de determinado grupo que exerce influência na mídia.

3.1.4 Enquadramento e agenda-setting

Tratar da correlação entre os conceitos de enquadramento (*framing*) e agenda-setting exige um traçado geral do desenvolvimento dos estudos em Comunicação. Como foi mencionado anteriormente, o acervo dos estudos e pesquisas em Comunicação busca predominantemente entender a inserção dos meios de comunicação em um meio social – especialmente as sociedades urbanas industrializadas.

Considerando a rota da história da pesquisa dos efeitos da mídia, os pressupostos do *framing* situam-se em uma fase contemporânea que considera que a influência dos veículos de comunicação se dá pela construção da realidade social e pela modelagem de representações da realidade.

Em linhas gerais, é possível delimitar a pesquisa dos efeitos da mídia em quatro fases. Na primeira delas, da propaganda de guerra das décadas de 20 e 30, pode ser destacado o trabalho de Harold Lasswell. O período é marcado pelo modelo hipodérmico (*bullet theory*), que julga que o processo de comunicação é assimétrico, com prevalência do emissor, e que os efeitos penetram no receptor de maneira estímulo-resposta, como que por meio de injeções subcutâneas – daí o nome.

O segundo estágio, das décadas de 40 até 60, pode ser representado por Paul Lazarsfeld, que coloca em questão as influências interpessoais para incorporação de idéias ou atitudes. Lazarsfeld propõe o conceito do líder de opinião (*opinion leader*), controvertendo a idéia de efeitos diretos da comunicação e trazendo a noção do fluxo de comunicação a dois níveis (*two-step flow of communication*). Trata-se de uma espécie de reemissão de conteúdos ou mesmo releitura por parte das pessoas bem informadas, instruídas e socialmente influentes, com potencial de contagiar o corpo social. De acordo com Wolf (1999), a obra que representa tais estudos e que inaugura esses conceitos é *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*², de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944.

A década de 70 é o período da terceira fase de investigações, chamada de estudo dos efeitos a longo prazo e cumulativos. De acordo com Wolf (1999), o tipo de efeito já não diz respeito a atitudes, valores e comportamentos dos destinatários. Ele se estabelece em uma dimensão cognitiva sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura. Esse período é marcado pelo surgimento da hipótese do agendamento (McCombs e Shaw) e pela teoria de Noelle-Neumann conhecida como espiral do silêncio.

O agendamento (agenda-setting) postula que a seleção dos temas expostos na mídia acaba por impor e coincidir com o temário do público:

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979, p.96 apud WOLF, 1999).

² A tradução seria “A opção das pessoas: como o eleitor elabora as suas próprias decisões numa campanha presidencial”

A espiral do silêncio, por sua vez, proposta por Elisabeth Noelle-Neumann no livro “The Spiral of Silence: public opinion – our social skin”, diz, em linhas gerais, que, se um indivíduo imagina que sua opinião poderia estar em minoria, ou poderia ser recebida com desdém, essa pessoa estaria menos propensa a expressá-la. Isso aconteceria em função da condição da vida humana em sociedade e do receio de isolamento. As pessoas tenderiam, portanto, a fundir-se ao pensamento da maioria dos que integram seu círculo social.

A quarta e atual fase, além de oferecer pressupostos para operacionalização do *framing*, abrange novas pesquisas que envolvem o conceito de agenda-setting. Gutmann (2006) faz considerações acerca da relação entre os conceitos de *framing* e agenda-setting que figuram nesse período.

Existe o entendimento de que o *framing* constitui um legado dos estudos da agenda-setting. Mas, de acordo com a autora, há uma fronteira entre o entendimento do enquadramento como um segundo nível do agendamento e da concepção original de Entman (1993) sobre esse conceito.

Convencionou-se relacionar o enquadramento ao conceito de agenda-setting porque inferiu-se que além de a mídia fornecer a agenda, existe um recurso complementar que é oferecer também perspectivas de abordagem dos temas tratados. Enquanto o primeiro nível do agendamento diz respeito a agenda de objetos, o segundo nível diz respeito a agenda de atributos.

Diferentemente, Entman designou o *framing* como o ato de promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, avaliação moral ou recomendar um tratamento, referindo-se aos quadros narrativos criados para os temas agendados. Nesse sentido, o *framing* refere-se a um dispositivo usado para representar um tipo específico de cobertura midiática, como, por exemplo, os enquadramentos identificados por Semetko e Valkenburg (2000): atribuição de responsabilidade (*responsability frame*), conflito (*conflict frame*), interesse humano (*human interest frame*), conseqüências econômicas (*economic consequences frame*) e moralidade (*morality frame*).

A principal diferença pode ser explicitada nas palavras de Gutmann: “No domínio do modelo teórico denominado enquadramento, a referência é ao tipo de cobertura, não ao conjunto de atributos destacados”. (GUTMANN, 2006, p.45). Mas, para a autora, o destaque a atributos na abordagem de um tema (segundo nível do agenda-setting), pode

ser pensado como parte da concepção original do *frame* em sua tarefa de enquadrar um problema.

Gutmann (2006) considera, então, que o *framing* e o agenda-setting devem ser entendidos como perspectivas complementares. Em se tratando de representações da realidade e narrativas jornalísticas, a conjunção da perspectiva de agenda de atributos com enquadramentos que estabelecem indicações que permitem situar um acontecimento se apresenta como uma abordagem fecunda para os estudos de mídia.

3.2 Conceito de enquadramento

O conceito acadêmico de enquadramento (*frame*) é, grosso modo, o mesmo do entendimento geral e comum que se faz sobre o ato de enquadrar (ENTMAN, 1993). De acordo com o dicionário da língua portuguesa Houaiss, para o cinema, a fotografia, e a televisão, enquadrar é “dispor e limitar, no visor da câmara, o que se deseja fotografar ou filmar, buscando a melhor composição”. No caso de relatos de acontecimentos noticiosos, a idéia de “dispor e limitar” permanece, mas em termos mais precisos. Nesse sentido, Tuchman (1976), que define os acontecimentos noticiosos como *estórias*, acredita que a análise de enquadramento (*frame analysis*) pode ser uma aliada nos estudos dos princípios de organização que estão na base na seleção e definição dos acontecimentos noticiosos. Esta concepção de notícia como estória chama a atenção para o fato de a notícia ser uma realidade construída detentora da sua própria validade interna.

O repertório oferecido por autores brasileiros engajados em estudos sobre análise de enquadramento (SOARES, 2006; PORTO, 2004; COLLING, 2001) inclui, de modo geral, Goffman (1974), Tuchman (1978), Gitlin (1980), Entman (1994) e Scheufele (1999) como referência no que diz respeito ao conceito e aplicação da análise de enquadramento.

De acordo com Porto (2004), Goffman (1974) concebeu a primeira articulação teórica mais sistemática sobre o *framing*, aplicando-o à análise das interações sociais; Tuchman (1978) fez a primeira aplicação mais consistente no campo da comunicação; e Entman (1994) e Scheufele (1999) foram os responsáveis pelas primeiras revisões sistemáticas da literatura sobre enquadramento.

De acordo com Reese (2001), o sociólogo Erving Goffman (1974) é o responsável pela noção introdutória de enquadramento, juntamente com o antropólogo e psicólogo Gregory Bateson (1972), a quem é atribuída a criação da metáfora (quadros, enquadres, enquadrar). Em sua definição inaugural, Goffman caracteriza enquadramentos como a seguir:

Eu acredito que definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos [...] e nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para me referir a esses elementos básicos à medida que sou capaz de identificá-los³ (GOFFMAN, 1974, p.10-11, tradução nossa)

De acordo com Porto (2004), essas primeiras sistematizações indicam que ainda falta clareza nos diversos usos do conceito. A construção de uma teoria abrangente e consistente é um trabalho em curso e tem se mostrado uma alternativa ao paradigma da objetividade e um complemento à teoria da *agenda-setting* – como foi frisado anteriormente.

De fato, o trabalho de Goffman é o elo entre as diferentes abordagens sobre o enquadramento. Embora questione-se a conexão dos estudos atuais com a formulação original, Reese (2001) defende que a qualidade interdisciplinar do campo da comunicação abarca uma diversidade natural de abordagens, levando a que alguns clamem por uma limpeza do paradigma do enquadramento, tornando-o teoricamente mais respeitável e coerente. Entretanto, para o autor, o potencial do valor do enquadramento independe de um domínio de pesquisa unificada. Depende, sim, de um modelo que ligue as partes de um campo que precisam estar em contato umas com as outras: quantitativo e qualitativo, empírico e interpretativo, psicológico e sociológico, e acadêmico e profissional. Para ele, o enquadramento é mais um programa de pesquisa do que um paradigma unificado, e a diversidade teórica tem sido benéfica para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla do processo (quicá, uma terminologia consistente). O enquadramento certamente tem o potencial de unir perspectivas disciplinares de maneiras interessantes.

Especialmente em estudos de mídia, tornou-se rotina tratar da escolha dos enquadramentos como um processo mais ou menos deliberado. Para Entman (1993) o conceito de enquadramento constitui um modo de descrever o poder de um texto

³ I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events [...] and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify.

comunicativo. Enquadrar envolve o ato de selecionar (escolher dentre várias alternativas) e de tornar saliente, distinguir, evidenciar. A famosa definição por ele estabelecida dá o tom:

[...] enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes num texto comunicativo de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento⁴ (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa)

Para Colling (2001), Entman pode ser considerado um dos principais estudiosos do *framing*.

Soares (2006) coloca que o trabalho de Gitlin (1980) – autor de um estudo clássico sobre a cobertura, pela mídia, da reação norte-americana contra a guerra do Vietnã – serviu de base para diversas pesquisas sobre enquadramentos da mídia. Todd Gitlin resumiu os elementos do enquadramento mais articuladamente em sua amplamente citada elaboração do conceito: “Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que tem importância⁵” (GITLIN, 1980, p.6, tradução nossa). Ainda conforme Gitlin, os enquadramentos noticiosos são “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual⁶” (GITLIN, 1980, p.7).

De acordo com Chong e Druckman (2007), Scheufele (1999) sintetiza 25 anos de pesquisas sobre enquadramento pela identificação de quatro processos: a construção do enquadramento (*frame building*), que enfoca a dinâmica de como são escolhidos enquadramentos específicos na comunicação como as formas de expressões da mídia; composição de enquadramento (*frame setting*), que se ocupa da influência dos enquadramentos da comunicação nos enquadramentos do pensamento, e o processo psicológico preciso que utilizam; nível individual dos efeitos de enquadramento (*individual-level effects of frames*), que se refere ao impacto dos enquadramentos no pensamento e o comportamento e atitudes subseqüentes; jornalistas como audiência

⁴ [t]o frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation.

⁵ Frames are principles of selection, emphasis and presentation composed of little tacit theories about what exists, what happens, and what matters.

⁶ Media frames are persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual.

(*journalists as audience*), que pesquisa como as ações dos cidadãos afetam o processo inicial de construção do enquadramento.

Gaye Tuchman (1978), embora menos freqüentemente citada, merece atenção por ter sido a primeira a fazer uma aplicação mais consistente do conceito de enquadramento no campo da comunicação. A autora estabelece uma analogia bastante esclarecedora entre o conceito de enquadramento e o entendimento de notícias como janelas para o mundo, mas o foco de seu trabalho é profissionalismo, rotina organizacional, ligações com instituições legítimas, e acontecimentos noticiosos como estórias. Tuchman afirma que “os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’ – nem mais nem menos⁷” (1976 in TRAQUINA, 1993, p.258). Ao transformar os acontecimentos em produto profissional, os jornalistas lançam mão de formas de “estórias” – os relatos de acontecimentos ou *news stories*. Para tanto, recorrendo a Goffman (1974), ela diz que os *frames* organizam essa fatia ou corte arbitrário do fluxo da atividade corrente. Similarmente às “estórias”, os *frames* delimitam, fixam os marcos e referências, e, portanto, definem a realidade social. A *frame analysis* pode ajudar no estudo dos princípios de organização que estão na base da seleção e definição dos acontecimentos noticiosos.

Assim, a análise de enquadramento (*frame analysis*) evidencia orientações e relações sistemáticas que, inevitavelmente, estruturam os relatos. Estão em jogo critérios de noticiabilidade, permeabilidade às informações das fontes, necessidade de contar estórias de modo inteligível e interessante (Tuchman), formas de aparência dos acontecimentos sociais e políticos e outros fatores que moldam o funcionamento dos *media* enquanto instituição ideológica.

A idéia de “quadros do mundo” supera os estudos mais convencionais em torno da parcialidade ao ir além da procura de favoritismo. A análise de enquadramento se volta à organização do discurso, ao enquadramento através do qual os acontecimentos são apresentados e em conseqüência do qual eles recebem um molde interpretativo capaz de agregar determinados significados.

De acordo com Soares (2006b), a análise de enquadramento pode oferecer um esboço, um mapa de raciocínio e intenções dos emissores, sendo preciso levar em conta

⁷ Tuchman frisa que o entendimento do acontecimento noticioso como uma estória não tem caráter antitético. Ela menciona que os repórteres têm que aderir a critérios de facticidade e objetividade, ou seja, têm que seguir normas, mas faz a ressalva de que algumas vezes alguns acontecimentos possam ser ignorados como notícias “porque o catálogo de antigos frames de estórias não contém um frame particular que se lhes possa aplicar”, ou, em outras, palavras, porque não se convencionou uma abordagem para se tratar tal tema.

o contexto de produção das notícias e dos veículos. Trata-se de uma ferramenta que ajuda a responder de que maneira o jornalismo representa os acontecimentos políticos, imprimindo a ele determinado feitio, dentre tantos possíveis. Em outras palavras, busca-se evidenciar padrões através dos quais os discursos são organizados, distinguir que escolhas textuais são feitas, que tipo de avaliações são apresentadas pelas fontes citadas pelos jornalistas e a que tipos de interpretações elas podem conduzir. Enfim, busca-se apontar que tipos de diferenças existem entre as abordagens e enquadramentos dos veículos, que principais controvérsias e enquadramentos relacionados a um determinado fato político podem ser identificados, quais são as narrativas jornalísticas, que novas palavras e expressões são criadas com a intenção de expressar de maneira simplificada questões políticas complexas, e sugerir a que tipo de encaminhamento na assimilação do público elas podem conduzir.

Assim, ao entender a ação da mídia usando o conceito de *framing* (também chamado de teoria, paradigma, modelo ou perspectiva), considera-se que um relato pode ser ideológico não por ser deliberadamente parcial, mas por estar circunscrito ao que se chama de “matriz ideológica”: “um conjunto de regras e conceitos destinados a dar sentido ao mundo que se encontra sistematicamente limitado pelo seu contexto social e histórico” (HACKETT 1984 apud TRAQUINA, 1999). Isso quer dizer que, embora não consideremos que valores de grupos dominantes embrenhem-se nos conteúdos midiáticos de maneira determinista, levamos em conta que a matriz ideológica reduz e limita o repertório jornalístico. É o acréscimo, ao conceito de parcialidade, da noção de “orientação estruturada”, que retira do âmbito do jornalista a ação voluntária de iludir ou manipular e atribui as escolhas narrativas a uma “estrutura profunda”, ativada inconscientemente, descartando o equilíbrio binário como indício primordial de imparcialidade – especialmente tendo em conta que o enquadramento mais importante pode não ser o mais freqüente.

Enquadramentos, portanto, definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem medidas reparadoras, sendo demarcados por pelo menos quatro balizas no processo comunicacional: o comunicador, o texto, a receptor e a cultura. É importante ressaltar que, se um incremento na saliência eleva a probabilidade dos receptores perceberem, distinguirem e apreciarem dada parcela da informação, armazenando-a na memória, o ato de encobrir ou obscurecer certos aspectos da realidade é igualmente importante. As omissões de potenciais definições de problemas,

explicações, avaliações e recomendações pode ser tão crítica quando as inclusões para a orientação das audiências.

3.2.1 Influência na audiência

O termo enquadramento designa o enquadramento de referência construído para os temas e acontecimentos midiáticos que, por sua vez, também é utilizado como referencial pela audiência na interpretação desses mesmos eventos. Os estudos de *framing* se preocupam, portanto, concomitantemente, com a construção das narrativas midiáticas em termos de enquadramentos e como esses enquadres dados aos conteúdos influenciam a percepção da audiência.

Estudos de recepção dos denominados “efeitos de enquadramento” têm demonstrado que os enquadramentos podem afetar as percepções da audiência sobre assuntos e eventos reportados, alterando a forma como eles são percebidos e compreendidos. Segundo esses estudos, para orientar-se e posicionar-se em um contexto político, por exemplo, as pessoas se apóiam em discursos elaborados e recebidos (ALDÉ, 2004), tendendo a empregar “atalhos cognitivos” ou o que Goffman chama de “chaves de leitura”, meios de acesso cognitivos. Nesse sentido, se os meios noticiosos enfatizam determinada perspectiva de um assunto, ele se torna disponível sob esta configuração à audiência e pode afetar sua opinião e atitudes.

Um trabalho de Kahneman e Tversky (1984) que formulava perguntas sobre possíveis programas de combate para uma hipotética doença asiática com potencial de matar 600 pessoas, mostrou que a adesão/apoio a um ou outro programa era afetada pelo modo como as opções eram enquadradas. Opções idênticas para tratar a mesma situação descrita tiveram revertidos os percentuais de apoio quando enquadradas em termos diferentes.

Apesar da considerável interferência, a avaliação que se faz é que a presença de enquadramentos no texto não garante por si só a influência no pensamento das audiências. Para Alessandra Aldé (2004), isso quer dizer que “o enquadramento é um recurso discursivo dos meios de comunicação, que pode ou não ‘colar’” (ALDÉ, 2004, p.132). Nesse sentido, o enquadramento, em seu ato selecionar, salientar, diminuir ou até ocultar aspectos de uma realidade, estimula sim entendimentos particulares sobre os assuntos, mas não em termos deterministas, como haveria de supor paradigmas

segundo os quais os meios de comunicação possuem um poder absoluto e os seres humanos obedecem a automatismos comportamentais, tais como o “modelo da agulha hipodérmica” ou teorias funcionalistas que situam a mídia em posição antitética àquelas ocupadas pelo indivíduo. A influência dos enquadramentos reside mais no fato de eles coincidirem com os quadros de referência já demarcados pela cultura do indivíduo ou serem mais assimiláveis.

Basta lembrar que a mídia, justamente por seu caráter de massa, divulga enquadramentos mais homogêneos que outros quadros de referência, como a experiência idiossincrática de cada um, as diferentes igrejas, ambientes familiares e profissionais. Num sistema informativo como o nosso, em que poucos canais dominam a emissão regular de comunicação de massa, as explicações que aí se repetem tornam-se especialmente acessíveis e freqüentes. (ALDÉ, 2004, p. 48)

A influência dos enquadramentos na audiência é uma preocupação inerente e contígua à própria análise do enquadramento, mas os estudos de configuração dos textos noticiosos através de seus enquadramentos e a forma como este texto é recebido e assimilado pelo público adquirem caráter distinto. Enquanto alguns autores como Alessandra Aldé (2004) se debruçaram sobre a recepção dos enquadramentos e sua influência ao dirigir a atenção para o aspecto desejado, guiar a interpretação e avaliação, e fornecer inferências que são a base das atitudes políticas, o conceito de enquadramento aqui apresentado provê exclusivamente uma análise da mensagem.

É importante destacar que o conceito de enquadramento vai além da mera análise de conteúdo (ou análise quantitativa do discurso), tendo sido convencionado o uso na escola norte-americana e brasileira para análise de texto informativo de jornalismo político. Trata-se de um conceito que engloba uma teoria e um método específico de análise de conteúdo, que consiste em captar e analisar empiricamente artifícios do enquadramento como metáforas, palavras-chave, expressões, ironias, sugestões, insinuações, substantivos, adjetivos e outros elementos que estejam diluídos no discurso, capazes de direcionar a construção de significados.

Para empreender uma análise de enquadramento, é importante levar em conta que os enquadramentos são mais aparentes nos textos interpretativos ou opinativos e menos explícitos nos textos jornalísticos noticiosos. Nesse último caso, o pesquisador deve prestar atenção, por exemplo, nas perspectivas das fontes (SOUSA, 2006). Além de se ater a referências que aparecem insistentemente na narrativa, o pesquisador deve se ater a referências ocultas, aspectos não mencionados de uma dada realidade,

igualmente importantes para a análise, já que o enquadramento também se caracteriza pela omissão. A melhor maneira de detectar essas “faltas” é trabalhar comparativamente.

4 CRISE E PODER NO GOVERNO LULA

4.1 Lula e o Partido dos Trabalhadores

No dia 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, é eleito novo presidente do Brasil, com aproximadamente 52 milhões de votos, 61,3% dos votos válidos. Conforme Rodrigues (2002), a vitória do candidato foi considerada um novo ciclo na política brasileira e sua trajetória símbolo da democracia plena, por ser escolhido para o cargo da Presidência da República um líder popular oriundo do sindicalismo, de origem operária e pouca instrução.

Embora tenha se projetado como líder sindical e político radical, a trajetória de Lula mostra uma mutação política ao longo das últimas décadas à qual é atribuído o seu ingresso à Presidência da República.

Vianna (2006) reforça o conceito de que a candidatura esteve condicionada a uma agenda política moderada. Ao comentar o primeiro mês do governo Lula, diz que a sensação foi de desalento por perceber que não se estava caminhando para o cumprimento da prometida descontinuidade, especificamente nas questões macroeconômicas. Ainda assim, o autor acredita que as mudanças foram favoráveis quando a República converteu em prática o que, até então, não passava de declarações abstratas de princípios de democracia:

O povo do exílio vivido no sertão do país cumpre a sua migração para o mundo dos direitos, onde, sem arrombar portas, se assenta e impõe sua presença de multidão já com algum treinamento obtido nestes 20 anos de democracia política, no sentido de traduzir seus recursos de cidadania em instrumentos de emancipação. (VIANNA, 2006, p.158).

Carreirão (2004) destaca o fato de, pela primeira vez na história brasileira ter vencido um candidato de um partido de esquerda, justificada por sua moderação:

A Uma coisa que parece ter sido fundamental para a vitória de Lula é que, nos momentos de declínio de Roseana ou Ciro, parte dos votos acabou indo para Lula: em grande parte isso se deu porque a campanha de Lula conseguiu neutralizar eficientemente dois aspectos centrais da rejeição ao candidato em outras eleições: de um lado, o “radicalismo” de Lula e do PT; de outro, o “despreparo” de Lula para governar. A sinalização clara de moderação por parte do PT e de Lula – coligação com o Partido Liberal; a escolha de um grande empresário para candidato a vice-Presidente; a Carta ao povo brasileiro, assumindo compromisso com a manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário – contribuiu para reduzir o medo de certas camadas em relação ao “radicalismo” petista e de Lula. (CARREIRÃO, 2004, p.183-184)

Para Kirchheimer (1966 apud AMARAL, 2003, p. 156) e Panebianco (1990 apud AMARAL, 2003, p.156), a diminuição da importância ideológica está diretamente relacionada ao aumento da competitividade eleitoral e é um dos principais elementos da transformação dos partidos de massa em agremiações profissionais-eleitorais⁸.

Entender a trajetória que levou Lula ao poder implica uma retomada da história política brasileira. Devemos considerar que mais de 180 anos se passaram desde a independência política do Brasil, em 1822. De acordo com Motta (1999), desde então, seis sistemas partidários diferentes acompanharam as mudanças da estrutura do Estado brasileiro ocasionadas por revoluções e golpes políticos.

Excede o propósito deste trabalho detalhar a história política brasileira, mas, para breve contextualização histórica, podemos tomar como ponto de partida a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. No dia 20 de dezembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lopp), que dissolveu os dois partidos políticos existentes, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criados em 1965 pelo Ato Complementar nº 4 do regime militar, que estabeleceu o bipartidarismo. De acordo com MOTTA (1999), o pluripartidarismo, então, serviu para diminuir a tensão política sobre o Estado após cerca de duas décadas de governos militares. Apesar de representar uma transição gradual para a democracia, o Estado ainda detinha o direito de legalizar ou não um partido político e estabeleceu uma série de exigências.

Outro motivo para a reformulação de 1980 ser considerada marco é o fato de as bases organizacionais dos sete partidos dominantes (PMDB, PDS/PPB/PP⁹, PFL/Democratas, PDT, PT, PTB e PSDB), os maiores nas eleições dos últimos anos, terem tido sua origem naquele período.

Enquanto o Partido Democrático Social (PDS), de viés governamental, constituiu-se uma continuação do ARENA, o campo oposicionista foi marcado por uma cisão que deu origem a quatro novos partidos: PMDB, PDT, PTB e PT.

⁸ Terminologia utilizada por Panebianco (1990).

⁹ O PP é oriundo do PDS, e resultado de duas frentes de fusões. A primeira delas, em 1993, fundiu o PDS com PDC (Partido Democrata Cristão), resultando no PPR (Partido Progressista Reformador). No ano seguinte, 1994, outro partido, o PTR (Partido Trabalhista Renovador) fundiu-se com o PST (Partido Social Trabalhista), formando o PP (Partido Progressista). Em 1995, essas duas legendas (PPR e PP) fundiram-se, dando origem ao PPB (Partido Progressista Brasileiro). No final do governo FHC, a Convenção Nacional do PPB, decide, em 4 de abril de 2003, retirar a letra B da sigla, ficando apenas PP.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pleiteava uma oposição unida, e representou uma continuidade do extinto partido das oposições, o MDB, acrescentando apenas a palavra partido ao nome, conforme obrigava a nova lei orgânica que regulamentou a organização partidária, a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), por sua vez, consideravam que a frente oposicionista era abrangente demais para se alinhar em um só partido.

O PDT tinha como expressão o líder Leonel Brizola. Seus próceres queriam registrá-lo como PTB (partido existente no período democrático de 1945 a 1965), em alusão ao Getúlio Vargas, apropriando-se do trabalhismo e do legado do influente político brasileiro. Mas a sigla foi concedida a outro grupo político, o atual PTB, também autodenominado getulista e que pleiteia a herança política de Vargas. De acordo com Motta (1999), o PTB pós-1980, embora mantenha posição de influência estável nos últimos anos, se afasta do oposicionismo por ter recebido apoio do governo na disputa pela sigla e pouco ter se assemelhado ao antigo PTB.

O PT, por sua vez, representou uma novidade no panorama político brasileiro, especialmente por ter sua origem fora do parlamento. Teve em sua concepção o envolvimento de líderes do sindicalismo em ascensão, intelectuais de esquerda e pequenos grupos marxistas, trabalhadores, parlamentares do MDB e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica. A fórmula, reforçada pela figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva, propiciou um contínuo crescimento eleitoral e político.

Mas o caminho de Lula à presidência custou treze anos se considerarmos as três eleições presidenciais (1989, 1994 e 1998) disputadas até que ele se elegeisse presidente da República, em 2002. Esse trajeto transformou o PT em um moderno partido eleitoral ajustado à ordem vigente, contrastando com o partido da década de 80, oriundo do contexto de formação de um operariado que se ampliava e se inseria politicamente em função das transformações econômicas e sociais do período de modernização do país (décadas de 60 e 70) e que cresceu do impulso do novo sindicalismo urbano, calcado no questionamento das organizações econômicas e políticas estabelecidas durante o regime militar.

Segundo Amaral (2003), o PT consolidou sua posição de importante agremiação de esquerda na história do Brasil, tornando-se ator central mais especificamente na década de 90.

As últimas eleições gerais da década de 90 encerraram um ciclo em que o PT indubitavelmente cresceu, ultrapassando o PDT no número de deputados federais, senadores e governadores, configurando sua preponderância entre os partidos de esquerda e seu papel central na política brasileira (AMARAL, 2003, p.131).

Para Motta (1999), o sucesso petista pode ser explicado pelo apoio de uma militância ligada a organizações sociais de prestígio, pela proposta social bem-recebida em um país pobre, pelo discurso crítico, colocando-se como uma proposta nova e não-comprometida com as elites sociais e políticas, e pela figura de Lula que genuinamente despertava a simpatia das massas.

Conforme descreve Amaral (2003), Lula passou a ser nacionalmente conhecido como porta-voz dos trabalhadores no contexto da Campanha de Reposição das Perdas Salariais, em 1977. Na época, era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD). A Campanha foi sucedida por uma greve, em 12 de maio de 1978, a primeira no país em dez anos por conta da proibição à realização de greves. Lula figurou como mediador das negociações.

O manifesto de fundação do partido foi aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980 e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. De acordo com o documento, as lutas do partido estavam centradas em levar o trabalhador para o centro de decisão política. À época, o partido mostrou uma posição crítica com relação ao modelo de desenvolvimento, como delineado no fragmento seguinte¹⁰:

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. (Manifesto de Fundação do PT).

Para Lacerda (2002), o PT nasceu com intenção consciente de ser um partido político diferenciado:

Possivelmente caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda descontentes com as possibilidades oposicionistas contidas no MDB, visto como uma oposição moderada ao regime autoritário-militar vigente. Aspirava ser radicalmente diferente dos partidos políticos, inclusive os comunista, até então existentes no Brasil, tal como eram percebidos pelos petistas: elitistas, de cúpula, nascidos de articulação parlamentar ou por indução de governos. O novo partido tencionava ser fruto

¹⁰ <http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf>

direto das lutas sociais, uma expressão destas no campo partidário. (LACERDA, 2002, p.48-49)

Em 1981, Lula foi eleito presidente do partido e no ano seguinte, em 11 de janeiro de 1982, o TSE concedeu registro definitivo à sigla, que acabou por se consolidar, no seu processo inicial, como um partido permeável à influência ideológica de grupos de esquerda. Como já foi mencionado, o viés esquerdista radical do PT vai se desbotando no decorrer de sua história política, culminando com a postura moderada de 2002 que levou Lula à presidência do país.

Isso que pode ser considerado um estremecimento de convicções ideológicas – no caso do PT, um desvio do caráter socialista e transformador do partido – é o tipo de fenômeno comum aos partidos operários, que Michels (1982) descreveu:

Por razões de maior parte eleitorais, o partido procura o apoio da pequena burguesia. Daí resulta uma série de conseqüências que imprimem ao partido modificações mais ou menos profundas. Em primeiro lugar, o partido dos operários torna-se o partido do “povo”. Seus apelos não se dirigem mais apenas aos ‘irmãos operários de uniforme’, mas a “todo povo que produz”, a “todo povo que trabalha”, expressões essas que se aplicam a todas as camadas da sociedade, salvo os ociosos que vivem das suas rendas. (MICHELS, 1982, p. 155 apud AMARAL, 2003, p. 40)

De acordo com Amaral (2003), entre 1989 e 1998, o programa de governo do PT deixa de tocar em temas polêmicos como a estatização dos bancos e a suspensão do pagamento da dívida externa. A partir de 1998, o partido estabelece foco no governo e em propostas no âmbito de projetos aplicados na administração, em detrimento de questões mais ideológicas. O PT sofre influência de suas experiências administrativas e do cenário político-econômico, e conquista espaço no Congresso Nacional e na esfera executiva. É intensificada a busca por ampliar a base eleitoral.

Colocando o processo em uma perspectiva menos circunstancial ou causal e mais calculada, Vianna (2006) comenta a mudança ocorrida:

Os temas clássicos da esquerda foram abandonados, e Lula busca o centro em um cálculo eleitoral que sempre foi clássico da social-democracia. Abandona-se também, nesse processo, o antigo modelo de campanha estruturada em uma militância engajada e politicamente comprometida com o candidato, utilizada durante toda a década de 80, em favor de uma campanha política profissionalizada, em que as principais decisões estratégicas são deixadas a cargo de uma equipe composta de marqueteiros e membros da direção nacional do partido. (VIANNA, 2006, p. 102)

Nessa perspectiva, Vianna (2006) diz não ter se surpreendido quando Lula afirmou nunca ter sido de esquerda, e propõe uma recapitulação da biografia política de Lula, que, segundo ele, não se contradisse porque nasceu no setor de mercado,

indústria, e começou sua carreira de líder sindical com uma posição anti-Estado, anti-Consolidação das Leis do Trabalho, enfatizando a idéia de negociação em detrimento da legislação:

O PT nasceu no mesmo lugar. O terreno foi o mesmo - São Paulo, mercado, liberalismo, anti-Estado. [...] O PT nasce, então, do social para a política. Mas, em vez de fazer mediação entre o plano social e o da política, ele quer apresentar à política toda a sua agenda sem maiores mediações, por pressão do social. Vai para Parlamento, mas não para fazer o jogo do Parlamento. É a presença das ruas. Não se mete com a política de forma estabelecida, não faz coalizão, não convalida as instituições. Não assinou a Constituição de 88. Essa é uma característica forte: não negociar e ter na autenticidade seu grande recurso estratégico. (VIANNA, 2006, p. 160-161)

De todo modo, o percurso petista foi bem marcado por transformações do ponto de vista político que puderam ser percebidas e indicadas.

No ano de 1989, em um contexto de críticas ao governo Sarney, cresceu a aderência ao partido, considerado oposicionista. Nas eleições presidenciais daquele ano, a primeira sob a égide da Constituição que devolveu ao país as instituições da democracia política, Lula perdeu o cargo para Fernando Collor, que recebeu 35.098.998 votos (53%) e, em uma disputa acirrada, ficou em segundo lugar, com 31.076.364 (43%). Na avaliação de Amaral (2003), a ideologização na campanha petista não foi casual:

Como verificamos, o programa é abrangente, trata das mais diversas áreas – do papel do Estado à educação sexista existente no Brasil – e aborda temas polêmicos, como a estatização de bancos. Esta abrangência faz parte de um objetivo claro que é a contraposição de modelos para o desenvolvimento do país em todos os aspectos, o que acarretou, inclusive, como afirmamos, na diluição das críticas ao governo Sarney. Outro ponto é a marcada intenção de se constituir como a principal força política de esquerda no Brasil, assumindo seu caráter socialista de forma aberta, embora ambígua e contraditória, o que condiz, inclusive, com a própria trajetória do país até então. (AMARAL, 2003, p. 96)

Em outras palavras, o pleito de 1989 inaugurou um novo ciclo democrático. Propostas para o encaminhamento da transição política se colocavam de forma marcadamente oposta e radical. Ainda assim, o PT, apesar da derrota de Lula, beneficiou-se desse quadro de ampla rejeição ao *status quo*, elegendo Luiza Erundina na cidade de São Paulo e prefeitos em 36 municípios, entre eles Porto Alegre, com Olívio Dutra, e Vitória, com Vítor Buaiz, além de importantes cidades industriais como São Bernardo do Campo, Santo André e Campinas.

Para Vianna (2006), a decisão dos partidos de esquerda de não buscar alianças com o centro foi a causa principal da vitória de Collor, e, paradoxalmente, contribuiu para

a falta de sustentação que culminou com o *impeachment* dele após denúncias de corrupção.

Nas eleições presidenciais seguintes, em 1994, ainda era forte a sensação de desconfiança e insegurança após o *impeachment* de Collor. A implantação definitiva do Plano Real, uma proposta do Governo Itamar Franco de estabilização da economia brasileira, idealizada pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi o divisor de águas. Graças ao Plano, a inflação caiu de 50,75% em junho, para 6,95%, em julho, e 1,65%, em agosto e o período foi marcado pelo crescimento de Fernando Henrique Cardoso na disputa eleitoral:

Enquanto o PT debatia-se para tentar reverter o quadro eleitoral, Fernando Henrique colhia os louros do sucesso do Plano Real e da forte articulação política que lhe dava sustentação. Se em 1989 a polarização havia sido entre esquerda e direita, em 1994 o quadro alterara-se substancialmente: unidos, centro e direita conseguiram, ao mesmo tempo, impedir a ideologização da campanha eleitoral e capitalizar o sucesso do programa antiinflacionário, o que levaria à vitória, ainda no primeiro turno, de seu candidato. Os números não deixam dúvidas. Terminada a apuração, Fernando Henrique contabilizou mais de 54% dos votos válidos contra 27% de Lula, vencendo em 25 Estados (AMARAL, 2003, p. 109-110).

Naquele momento, a consolidação das instituições democráticas e a continuidade do programa de estabilização da economia tornaram-se o eixo dominante da política brasileira, e fracassou o discurso oposicionista da esquerda, que continuava afastada do centro.

Paradoxalmente, em meio à crise financeira que se instalou em 1998, durante a terceira eleição presidencial da democracia política brasileira, aumentou o apoio a Fernando Henrique Cardoso e sua reeleição. A esquerda continuou refratária à ligação com o centro, preferindo uma aliança composta por PSB, PC do B e PDT, indicando Leonel Brizola para vice-presidente. Além disso, o PT mostrava inconsistência sobre medidas que seriam tomadas na área econômica. Fernando Henrique, por sua vez, ainda gozava do sucesso da estabilização econômica e política, e desfrutava da ampla base congressual conquistada, o que rendeu-lhe a reeleição já no primeiro turno, com 35.936.540 votos (53,06%). Lula ficou em segundo lugar pela terceira vez consecutiva, desta vez perdendo já em primeiro turno, com 31,71% dos votos válidos (21.475.218).

Quatro anos depois, na eleição que levou Lula a presidência do país, em 2002, Amaral (2003) aponta uma série de fatores que contribuíram para o êxito petista: a crise econômica e o alto índice de desemprego do final do governo Fernando Henrique, o fim da aliança centro-direita que dava sustentação àquele governo, o fim da

impermeabilidade do PT ao centro, a aproximação do PT a setores que tradicionalmente se encontravam em oposição e o marketing político altamente profissionalizado. Dados divulgados pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada em 2002, mostrou que o índice de desemprego aumentou de 6,1% para 9,2%. Com o compromisso de não realizar quebra de relações ou compromissos, o PT atraiu setores do empresariado e acalmou o capital especulativo, ganhando as eleições com 52.793.364 votos, 61,3% do eleitorado. O candidato da situação, José Serra, obteve 33.370.739 votos (38,7%).

Havia uma insatisfação da maioria do eleitorado com os rumos tomados pelo país sob FHC, especialmente em seu 2º mandato. Isso se devia, em parte, ao desgaste do governo após oito anos de mandato e à fragilidade frente às instabilidades externas (devida ao alto grau de endividamento, entre outras coisas); mas, fundamentalmente, era devido às altas taxas de desemprego e à manutenção de desigualdades sociais enormes: houve uma percepção majoritária de que o governo FHC não fez o suficiente para melhorar a vida das pessoas mais pobres. Assim, o percentual de eleitores que ainda avaliavam positivamente o governo fornecia combustível para que um candidato situacionista pudesse chegar ao 2º turno, embora dificilmente pudesse ganhar as eleições [...]. (CARREIRÃO, 2004, p. 181)

Milhões de militantes petistas e simpatizantes tomaram as ruas do país para comemorar a vitória de Lula. Uma multidão acompanhou a posse do novo presidente no dia 1º de janeiro de 2003 em um incontestável espírito de celebração popular. Algumas pessoas conseguiram driblar a segurança e tirar fotos com o presidente. O discurso de posse teve enfoque na perspectiva de mudança e no combate à fome (ROSSI, 2003).

4.2 O escândalo do mensalão na mídia

Embora tomemos como estopim do chamado “Escândalo do Mensalão” a manchete do jornal *Folha de São Paulo* de 6 de junho de 2005 intitulada “PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson” (LO PRETE, 2005), uma série de manifestações pontuais e esparsas foram ensaiadas pela mídia antes que o escândalo tomasse forma midiática.

A primeira evidência do que estava por vir no plano político de 2005 é datada do ano anterior, 22 de setembro de 2004, quando a revista *Veja* publicou em sua edição número 1.872 a seguinte matéria: “10 milhões de divergências” (OLTRAMARI; CABRAL, 2004) e subtítulo “Para ter o apoio do PTB, o PT ofereceu cargos, material de campanha

e 150.000 reais a cada deputado – mas, como o negócio não vinha sendo cumprido, os petebistas estão querendo o rompimento”.

O texto diz que apoio do PTB à reeleição da prefeita Marta Suplicy (PT), noticiado à época por ocasião das eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores naquele ano, teria sido um jogo de cena comprado por um trato mercantil de cerca de 10 milhões de reais. A denúncia, sustentada por fontes anônimas, era de que o negócio incluía apoio eleitoral em outras quatro capitais brasileiras, e o PT se comprometia a fornecer dinheiro e material para o PTB aplicar nas campanhas. Estavam envolvidos ainda cargos e a quantia de cerca de 150.000 reais a cada deputado federal do PTB. Até então, não haviam sido usados os termos mesada ou mensalão.

Apenas dois dias depois, em 24 de setembro de 2004, o *Jornal do Brasil* estampou a manchete “Planalto paga mesada a deputados”. De acordo com a matéria (LYRA, 2004a), que inaugurava os termos mesada e “mensalão” no âmbito da imprensa, o pagamento fixo para parlamentares votarem a favor do governo foi denunciado pelo ex-ministro das Comunicações, Miro Teixeira, confirmado pelo então líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA) e pela então senadora Heloísa Helena – que definiu a operação como “um balcão de negócios sujos para [o governo] manter sua base de bajulação”. O fenômeno do acordo entre petebistas e petistas denunciado pela revista *Veja* dá indícios, àquela época, de ter proporções maiores, englobando outros partidos, e sendo então batizado de “mensalão”.

Mas, naquele momento, o tema não se desenvolveu de maneira consistente. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* deu seqüência ao assunto dizendo que o então presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), havia determinado a abertura de um processo na Corregedoria-Geral e na Procuradoria da Câmara para apurar as denúncias. O jornal deu espaço a uma série de contra-afirmações de parlamentares que acabaram por diminuir e questionar a credibilidade da denúncia.

O próprio ex-ministro das Comunicações e deputado Miro Teixeira, apresentado pela matéria como o denunciador da prática, publicou, no dia seguinte, nota oficial negando que tivesse partido dele a denúncia formal sobre o caso. O mesmo fez a então senadora Heloísa Helena, negando em nota oficial que conhecesse o esquema em si, mas admitindo a existência de uma “metodologia nefasta de recompensar parlamentares que votam com o governo, com a distribuição de emendas no orçamento e cargos no governo” (LYRA, 2004b).

Em nossa avaliação, outro fator que contribuiu para o caso perder ímpeto foi a denúncia ter sido relacionada a especulações por conta do período eleitoral. De acordo com no *Jornal do Brasil*, o então ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo considerou o caso um “fato episódico”. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria dito que, do ponto de vista do governo, o assunto estava superado: “Ambos concordaram que, ‘durante o período eleitoral’, denúncias surgem e desaparecem com facilidade” (SOUZA, 2004).

O Relatório Final dos Trabalhos da CPI “dos Correios” (BRASIL, 2006)¹¹, por isso, só considera o estopim do “escândalo do mensalão” a edição 1.905, de 18 de maio de 2005, da revista *Veja*, que chamava na capa, em letras garrafais: “Exclusivo: O vídeo da corrupção em Brasília: A incrível seqüência do dinheiro saindo das mãos do corruptor para o bolso do corrupto”. No interior da revista, está a matéria “O homem-chave do PTB” (JUNIOR, 2005), na qual são transcritos diálogos de que participava Maurício Marinho, então diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ele foi filmado recebendo dinheiro dado por dois homens que se passaram por empresários – Joel dos Santos Filhos e João Carlos Mancuso Villela, orientados tecnicamente por Jairo Martins, um ex-funcionário da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) – em um arranjo montado com intenção de flagrá-lo (NASSIF, 2008; BRASIL, 2005).

Segundo as gravações, Marinho disse que, para entrar no rol de fornecedores da estatal, era preciso pagar propina. Ele disse ainda atuar em nome do PTB e sob ordens do deputado Roberto Jefferson (presidente do partido). Marinho fazia parte de uma cadeia de poder e influência de indicados de Roberto Jefferson no âmbito dos Correios.

Apesar de esta edição de *Veja* não tratar do “mensalão” propriamente, o relatório final dos trabalhos da CPI dos Correios a considera o estopim porque a partir deste episódio, o acusado, deputado federal Roberto Jefferson, que fazia parte da base de apoio e sustentação do governo, reage e ataca o governo Lula e a base aliada, manifestando publicamente a existência de um meio ilegal de cooptação política da base de apoio. Essas manifestações culminam com a matéria da *Folha de São Paulo* de 6 de

¹¹ A CPI dos “Correios” começou seus trabalhos com a finalidade de investigar o caso de corrupção envolvendo Maurício Marinho, chefe do Departamento de Contratação dos Correios. Citado por Maurício Marinho como o mentor de atividades ilícitas, o deputado Roberto Jefferson contra-atacou e denunciou o mensalão. A confirmação de testemunhas e a pressão midiática tornou o caso sólido o suficiente para que extravasasse a abrangência da CPI dos “Correios”. Foi criada, então, no dia 20 de julho de 2005, a CPI da “Compra de Votos”, chamada também de CPI do “Mensalão”, para “apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo”. (BRASIL, p. 778)

junho de 2005 intitulada “PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson”, a qual consideramos o marco inicial. A partir daí, o fenômeno ganhou vulto de “escândalo político midiático”¹².

Nesses novos termos, em que um deputado e presidente de partido, Roberto Jefferson, resolveu assumir a autoria das denúncias, vocalizando a existência do esquema, ainda que com a questionável intenção de desviar a atenção e passar de acusado a acusador, instaura-se o clima de perplexidade social e midiática que deu origem à seqüência de manchetes e chamadas de capa das revistas analisadas – *CartaCapital, Época, Istoé e Veja*.

Na ocasião da denúncia do deputado à *Folha de São Paulo*, o “mensalão” foi definido como uma mesada de R\$ 30 mil distribuída pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a congressistas aliados. Nas palavras de Roberto Jefferson, a lógica do esquema se assentava no fato de ser “mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder” (LO PRETE, 2005).

Embora o neologismo “mensalão” só tenha chegado à imprensa em 6 de junho de 2005, na entrevista que o então deputado Roberto Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concedeu ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ponto inicial da crise data de maio de 2005. A revista *Veja* divulgou uma fita de vídeo em que Maurício Marinho, um funcionário dos Correios, negociava o pagamento de propina com empresários interessados em participar de uma licitação. A partir daí, sucederam-se revelações de um grande esquema que envolveria o financiamento ilegal de campanhas eleitorais (o chamado “caixa dois”, o repasse de dinheiro a partidos em troca de apoio a candidatos, o desvio de verbas de empresas públicas e a compra do voto de parlamentares em troca de um pagamento mensal (o “mensalão” propriamente dito). (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p. 101)

O Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” (BRASIL, 2006, p.773), por sua vez, definiu o mensalão como “[...] um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de parlamentares e partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o qual, eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade” (p. 77).

Não constitui o propósito desse trabalho tratar o caso do “mensalão” do ponto de vista técnico ou compor detalhamentos cronológicos e operacionais. Do ponto de vista político, é importante destacar que este escândalo constituiu um episódio capaz de mobilizar a mídia e provocar considerável abalo institucional, colocando em cheque o estandarte ético do Partido dos Trabalhadores e agentes a ele relacionados – o governo e o PT – marcando historicamente o primeiro mandato do governo Lula, inclusive com a queda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

¹² Baseado no conceito de Thompson (2002).

Nosso foco será o tratamento dado pela mídia. Nesse aspecto, a partir da entrevista exclusiva do deputado à *Folha de São Paulo*, em 6 de junho de 2005, a mídia e as referidas revistas passam a dedicar amplo espaço à repercussão do caso já nas capas subseqüentes à entrevista e no decorrer dos meses seguintes. A edição nº 1.861, de 15 de junho de 2005, da revista *Istoé* traz na capa “A esperança encurralada” e diz que brasileiros – petistas ou não – se surpreendem com os descaminhos do governo. A revista *CartaCapital* (edição de 15 de junho de 2005) traz um grande ponto de interrogação e questiona na capa “O que está de fato por trás da história do mensalão”, dizendo que “O homem a quem o presidente Lula disse que entregaria um cheque em branco lançou o governo e o Congresso na mais profunda crise desde a posse, em janeiro de 2003” (WEBER; LIRIO, 2005, p.26).

A crise do chamado “mensalão” – pretensa esquema de propinas pagas regularmente a parlamentares federais, com dinheiro público desviado, para que votassem a favor do governo – foi, provavelmente, a mais estrondosa da história da República. (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p.98)

A *Época* (edição nº 369, de 13 de junho de 2005) considera que momento representa “Os piores dias de Lula” (chamada de capa), dizendo que o presidente previa meses de crise e admitia a possibilidade de desistir da reeleição. A revista *Veja* (Edição 1909, de 15 de junho de 2005), que já vinha denunciando corrupção no governo desde o ano anterior, questiona qual será o rosto do próximo escândalo e diz que PT vê desmoronar o seu discurso ético.

A comissão encerrou seus trabalhos em novembro de 2005 sem aprovar um relatório final e sem aprofundar devidamente todas as investigações (ENTENDA, 2005). Sem que tenha alcançado um ponto final, a crise arrefeceu no segundo semestre de 2006, com o encerramento dos trabalhos das CPI’s e a absorção das atenções pela campanha eleitoral. (MIGUEL; COUTINHO, 2007, p.101)

4.3 O cenário político da crise

Como foi indicado em um estudo prévio (SILVA, 2008), o tratamento dado pela mídia ao “Escândalo do mensalão” adota a perspectiva sociológica dos escândalos políticos midiáticos desenvolvida por John B. Thompson (2002). O que essa análise preliminar apontou é que o referido escândalo teve impressas em seu bojo características de escândalo político midiático. Ou seja, além de a mídia prevalecer de

uma série de abordagens visando colocar em questão a reputação e a confiança dos envolvidos, ficou evidente que o “Escândalo do Mensalão” não teria existido se não fosse, neste caso, denunciado, transformado em narrativa e repercutido pela mídia. Em outras palavras, a atuação da mídia como vigilante confundiu-se com o desenvolvimento do próprio escândalo, com o intuito legítimo de investigar, mas, sem dúvida, também interferindo no curso dos acontecimentos.

Levantar indícios e propor interpretações sobre comportamento e inclinações de enquadramento da mídia exige um traçado do contexto do escândalo do mensalão, um breve panorama do momento político à época. A tarefa deste item não abrangerá, no entanto, uma reconstituição crítica ou ampliada uma vez que não é objeto do trabalho. A intenção é apenas estabelecer algumas referências com base em autores.

De acordo com Vianna (2006), sabia-se, no início do mandato, que seria difícil cumprir a agenda da campanha eleitoral, cuja proposta era, além de promover a inclusão social, favorecer o desenvolvimento econômico neutralizando os entraves impostos pelo sistema financeiro nacional e internacional.

Com baixa representação do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional e com a forte preocupação em manter a estabilidade monetária, o governo optou tacitamente por compor uma base parlamentar de apoio heterogênea, uma cooptação com partidos que Vianna (2006) chama de “partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda) com seu programa de mudanças” (VIANNA, 2006, p. 222), dificultando uma clareza a respeito da orientação do governo (LIMA, 2003).

Mais importante, talvez, foi a incapacidade do governo em sufocar a crise. Enquanto seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, impedia a abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com uma base mais frágil no Congresso se viu obrigado a conviver com diferentes CPI's investigando seu governo durante meses. (MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, p.98)

Essa opção selou o destino do governo à época:

Significava, implicitamente, que o governo não recorreria à mobilização de movimentos e instituições da sociedade civil no sentido de realizar o seu programa de origem e que sua política obedeceria aos limites demarcados pela heterogênea base de sustentação parlamentar” (VIANNA, 2006: 222-223).

Ainda de acordo com Vianna (2006), a reforma da Previdência Social clarificou o caráter de continuidade neoliberal e a incongruência com os valores genuínos do partido.

Ainda assim, a gestão da economia se colocou como um aspecto positivo já no final do primeiro ano de governo. Embora seguisse os parâmetros herdados de Fernando Henrique Cardoso, contrariando o anterior discurso crítico, a política econômica foi bem avaliada por conta da necessidade de fortalecer e proteger a economia, e agradou setores estratégicos do cenário político. Os maiores partidos também aprovaram a conduta econômica, tornando o Poder Legislativo um terreno favorável.

Em dezembro de 2003, o saldo positivo seria a votação em segundo turno, pelo Senado, das emendas que introduziam mudanças nas áreas previdenciária e tributária, ainda que se constituíssem apenas em projetos em andamento (o projeto das PPPs foi sancionada apenas um ano depois, em 30 de dezembro de 2004). Mantinha-se, no entanto, uma política fiscal austera (RIBEIRO, 2003).

Nesse sentido, de acordo com Miguel e Coutinho (2007), existia a intenção de “evitar uma crise institucional e a contaminação da economia pela instabilidade política”.

Como soluções para a crise, ou formas de se evitar seu aprofundamento, foram defendidas, freqüentemente, uma maior imparcialidade do judiciário, uma separação dos poderes constitucionais mais clara e a manutenção da austeridade fiscal, entre outros. Entre as formas de diminuir os efeitos da crise política estava a adequação do campo econômico aos moldes neoliberais.(MIGUEL; COUTINHO, 2007, p. 109)

No âmbito administrativo, na metade do primeiro governo (anos de 2003 e 2004), destacaram-se ainda a mobilização em torno da reforma do Judiciário, da reforma Tributária, e do projeto de lei das PPPs (Parcerias Público-Privadas).

O ano também terminou com a “expulsão de quatro radicais” pela cúpula petista, em 14 de dezembro de 2004, com o intuito de amenizar os atritos internos do PT: os deputados João Fontes, Luciana Genro e João Batista de Araújo, o Babá, e a senadora Heloísa Helena. Houve ainda a desfiliação de intelectuais como o sociólogo Francisco de Oliveira, o filósofo Leandro Konder e o cientista político Carlos Nelson Coutinho. Naquele momento, começava a ser discutida uma alternativa partidária ao PT (GASPAR, 2003).

Por ocasião do Fórum Social Mundial, de 26 a 31 de janeiro, cerca de cem filiados ao PT em todo o país aproveitaram o para anunciar sua saída do partido. O economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, no partido há 25 anos, foi um deles. O presidente nacional do PT, José Genoíno, deu declarações que minimizavam a saída dos militantes (PETISTAS, 2005).

Enquanto eram avaliadas positivamente a gestão econômica e a gestão social, esta especialmente por colocar na agenda pública a questão da miséria, a gestão política em termos de orientação do governo e ações foi alvo de críticas:

Da perspectiva da economia, prevalecia uma ampla coalizão surda a envolver o governo e as elites políticas e sociais, em particular os empresários do mundo da produção e das finanças, enquanto no plano da composição do governo e de suas alianças parlamentares a coalizão propriamente política revestia-se de um caráter restrito – e vinha mingando ainda mais, com a passagem para a oposição, por motivos programáticos, de partidos simbolicamente expressivos com o PV, o PPS e o PDT. (VIANNA, 2006: 224)

A amplitude ideológica do governo foi resultado do número recorde de partidos aliados (NETO, 2006). O PT cooptou os partidos expressivos da esquerda brasileira – PSB, PPS, PDT, PC do B e PV, e alcançou também legendas como PL e PTB, e o PMDB.

Nas eleições municipais de 2004, o Partido dos Trabalhadores, pela primeira vez, foi o mais votado. Em São Paulo, a cidade mais importante do Brasil, aconteceu o embate mais expressivo das eleições. Marta Suplicy (PT), não conseguiu um segundo mandato e foi derrotada por José Serra (PSDB), que assumia cercado de expectativas. O cenário político nacional ficou bastante polarizado entre o PT e o PSDB.

Em termos gerais, após a desconfiança inicial que rondou o primeiro ano do governo Lula, esperava-se estabilidade política e institucional, mas, já no início do ano, no dia 13 de fevereiro de 2004, a revista *Época* estampou a primeira denúncia de corrupção do governo. O subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz, ligado ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi acusado de pedir propina e contribuições de campanha ao empresário de jogos do Rio de Janeiro, Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.

O ano foi pautado por uma série de incidentes. A tentativa de expulsão do correspondente americano Larry Rohter, do *The New York Times*, que escreveu, em 9 de maio de 2004, uma reportagem sobre o suposto hábito de beber do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (ROTHER, 2004) foi um deles. O governo ameaçou cancelar o visto do jornalista, aumentando a repercussão do caso.

Surgem outras asperezas como a divulgação, pelo *Correio Braziliense* de 17 de outubro de 2004, de fotos que seriam do jornalista Vladimir Herzog, morto em 1975 nas dependências do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), em São Paulo. Embora posteriormente tenha sido concluído que não era o jornalista que aparecia nas fotos, o jornal foi categórico na manchete “Exclusivo: Herzog, humilhação antes do assassinato” e o caso provocou uma

crise entre o Palácio do Planalto e o Ministério da Defesa, por conta de uma nota do Centro de Comunicação Social do Exército publicada no mesmo dia e repercutida por outros veículos dizendo que “As medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas” (CASO, 2004). O episódio culminou com uma retratação do Exército, a respeito da nota, e com a demissão do ministro da Defesa, José Viegas.

O período que precedeu o “escândalo do mensalão” também foi marcado por críticas a dificuldades relacionadas ao programa Fome Zero:

Houve falhas no Fome Zero. Primeiro, dois ministros em dois anos. Os comitês gestores, integrados voluntariamente por lideranças populares, foram constituídos em mais de 2 mil municípios em 2003. Hoje não existem mais. O “pacto federativo”, essa idéia esdrúxula de que a União só deve ser parceira de Estados e municípios, pôs os comitês de escanteio a partir da queda do ministro Graziano. Dizem que, agora, há intenções de resgatá-los. Creio que é demasiadamente tarde. A maior dificuldade do Fome Zero foi não ter logrado uma sinergia entre todos os ministérios. Até o Banco Central entendeu isso. Mas a orquestra não encontrou o tom e, hoje, quando a fome se agrava, segundo o Radar Social do Ipea, cada vez mais o Fome Zero é menos falado pelo governo. (LOYOLA, 2005).

Outras críticas ao programa se assentavam no fato de ele ter se convertido em transferência de renda isolada, como o Bolsa Família, e não exigir contrapartida dos beneficiados. Permaneciam ainda críticas à pouca articulação entre ministérios e secretarias e entre as diversas esferas de governo (ARNS, 2004).

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, terminou o ano de 2004 bem cotado, com notícias da expansão do PIB (nos primeiros 9 meses do ano, o PIB do Brasil teve crescimento de 5,3% em relação ao mesmo período de 2003), do crescimento da atividade industrial e da retomada do emprego (entre janeiro e novembro, foram criados 1,8 milhão de novos empregos). Mas havia críticas quando aos juros mais altos (a taxa Selic passou de 16,5%, em janeiro, para 17,75%, em dezembro (RETROSPECTIVA, 2004).

Em 1º de janeiro de 2005, tomaram posse os novos prefeitos. Previa-se um período de estabilidade após incertezas, acompanhando o ciclo de desenvolvimento da democracia. O ano se iniciava sob a expectativa de que a economia brasileira desse continuidade a algumas conquistas positivas de 2004 (NOVOS, 2005) e com esperanças relacionadas à recém-aprovada proposta das parcerias público-privadas (PPPs), em um acordo fechado na madrugada de 22 de dezembro de 2004 entre o governo petista e a oposição tucana. A expectativa era modernizar a infra-estrutura brasileira atraindo investimento privado para financiar obras públicas (UMA, 2005).

5 METODOLOGIA

5.1 *Corpus*: as revistas estudadas

As revistas *Veja* (Editora Abril), *Época* (Editora Globo) e *Istoé* (Editora Três) ocupam, respectivamente, as três primeiras posições no *ranking* das maiores circulações de revistas semanais do país, de acordo com informações do site da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)¹³.

No primeiro semestre de 2007, a quantidade média de exemplares de *Veja* distribuídos por edição foi de 1.096.731, com 29,36% de participação no mercado. A *Época* teve média de 423.746 e participação de 11,40% do mercado no mesmo período e a *Istoé*, 346.391 exemplares e 9,31% de participação no mercado. Ainda que ocupe vigésima posição no *ranking*, com média de exemplares de 33.738 e uma fatia de 0,90% do mercado, a escolha da revista *CartaCapital* se justifica pelo fato de ela ser uma publicação considerada importante e influente do ponto de vista político e que tem a particularidade de ter se declarado favorável à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha de 2002.

O Brasil é caracterizado pelo reduzido número de leitores (segundo dados do IBGE havia no País, em 2003, 11,6% de analfabetos e os indivíduos com mais de 10 anos de estudo não ultrapassavam 25% da população), mas alguns fatores motivam o estudo de veículos de comunicação impressa neste país. Primeiramente, conforme aponta Cervi (2003), o fato de eles serem fontes de notícias para rádios e emissoras de televisão em todo o território nacional, influenciando indiretamente o público não-leitor. Em segundo lugar, pesquisas de McCombs e Shaw (1972) mostraram que o poder de agenda dos veículos de comunicação impressa é maior que o dos eletrônicos. Ou seja, aquilo que é comentado, discutido e pensado na esfera social deve-se, em maior escala, aos conteúdos impressos: “Isso está relacionado à alta fragmentação dos conteúdos nos meios eletrônicos e a menor capacidade que o rádio e a tevê têm de aprofundar os debates quando comparados à potencialidade dos meios impressos” (CERVI, 2003, p. 4). Além disso, ao se tratarem de revistas destinadas a um público formador de opinião das

¹³ <http://209.85.215.104/search?q=cache:nviFy2pZQpMJ:www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp+http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>

classes A e B, suas abordagens têm penetração popular a partir da perspectiva do papel do formador de opinião para a construção da opinião pública. De fato, conforme aponta Azevedo (2006), o Brasil é caracterizado pelo surgimento tardio da imprensa, a baixa circulação de jornais, a orientação para as elites e a centralidade da televisão no sistema de mídia. Ainda assim, o autor aponta os pressupostos em que se assenta a influência dos veículos impressos:

Com uma circulação dirigida para os leitores da classe AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais [e publicações impressas de maneira geral], além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientada para a elite e os formadores de opinião estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais da televisão aberta (AZEVEDO, 2006, p. 5).

Três destas revistas (*CartaCapital*, *Istoé* e *Veja*) foram criadas pelo jornalista Mino Carta, cuja trajetória profissional confunde-se com a história da imprensa brasileira. O jornalista genovês iniciou sua história profissional no Brasil após ter atuado em Roma, em jornais italianos e como correspondente. Veio para o Brasil definitivamente em 1960, quando fundou a revista *Quatro Rodas*, pela Editora Abril, expressiva no segmento automobilístico até hoje. Além disso, fundou a edição de esporte de *O Estado de São Paulo*, e criou e dirigiu o *Jornal da Tarde*.

Em um intervalo de menos de dez anos fundou duas revistas líderes de venda no país: a revista *Veja*, da Editora Abril (1968) e a revista *Istoé*, da Editora Três (1976). De 1982 a 1988, foi diretor de redação da revista *Senhor*¹⁴, da Editora Três, e nos seis anos seguintes, de 1988 a 1993, da revista *Istoé*. Em 1994, fundou a revista *CartaCapital*.

5.1.1 A revista *CartaCapital*

A revista *CartaCapital* foi lançada em agosto de 1994 por Mino Carta, constituindo-se à época numa revista mensal de política, economia e negócios. Atualmente, Mino Carta é Diretor de Redação da publicação. De acordo a auto-descrição

¹⁴ De fórmula editorial muito original, a revista *Senhor* foi inventada pelo editor Nahum Sirotsky e circulou de 1959 a 1964.

enviada pela redação da revista (PACHECO, 2008), após sua criação, *CartaCapital* “passou a ocupar posição de destaque no mercado editorial brasileiro, sendo diversas vezes premiada como a melhor publicação nacional do gênero, e considerada leitura essencial pelas pessoas mais influentes e importantes do país”.

A própria revista diz se basear, desde o seu lançamento, em quatro princípios básicos que definem sua postura: “independência, coragem, espírito investigativo e confiabilidade” (PACHECO, 2008). A partir de seu segundo aniversário, em agosto de 1996, a revista passou a circular quinzenalmente. Cinco anos depois, em 2001, passou a incluir conteúdo de cultura e mudou sua periodicidade para semanal.

No editorial da primeira edição de *CartaCapital*, datada de agosto de 1994, o criador Mino Carta fala da concepção do nome da revista, indicando seu caráter voltado aos formadores de opinião. O qualitativo “Capital” não apenas significa principal, essencial, fundamental, decisivo, determinante, como também se apresenta como substantivo, indicando bem econômico aplicável à produção, centro administrativo, riqueza.

A escolha deste nome não indica mania de grandeza: explica simplesmente os propósitos de uma *CartaCapital* endereçada ao coração do poder. De fato, ela vai falar de e para aqueles que, nos mais diversos níveis, decidem os destinos da comunidade. Aqueles que teriam de dar o exemplo ao escolher as melhores rotas com os olhos voltados para os interesses da sociedade toda.¹⁵

5.1.2 A revista *Época*

Época é a mais nova das revistas estudadas, uma revista semanal de informação da Editora Globo que surgiu em 25 de maio de 1998, projetando-se para o segundo lugar no *ranking* da circulação das semanais. A revista circula em todo Brasil e no exterior.

O projeto gráfico é inspirado na revista alemã *Focus*, com a qual mantém um contrato de direitos autorais (tem um acordo de colaboração para a utilização de material fotográfico e editorial com exclusividade no Brasil).

Época se propõem em sua auto-descrição a ser informativa e isenta, “apresentando os fatos sem arrogância para permitir que o leitor julgue, interprete e

¹⁵ Transcrição enviada por e-mail referente ao editorial da edição nº 1 da revista. (PACHECO, 2008)

decida. Pontos de vistas são enfocados em entrevistas, colunistas e artigos assinados”. (REDAÇÃO, 2008)

O site foi criado junto com a revista, em maio de 1998, com acesso gratuito. A partir da edição nº 162 (25/7/2001), no entanto, só estiveram disponíveis no site alguns destaques. A Editora Globo está seguindo o modelo que vem sendo adotado pelo mundo editorial, cujo princípio é o web site oferecer mais do que a revista impressa (acesso a documentos, fotos, áudios, interatividades, coberturas on-line, serviços, links de compra) e, da edição da semana, a íntegra apenas de algumas seções ou reportagens, notas e entrevistas. Mas a partir da edição 203 (8/4/2002), o acesso às edições das semanas anteriores são irrestritos para pesquisas.

No editorial da primeira edição da revista, datada de 25 de maio de 1998, assinado por Roberto Marinho, referenda-se a maturidade representada por “instituições políticas consolidadas, moeda estável e total liberdade de expressão” (MARINHO, 1998, p.5). Segundo Marinho, as Organizações Globo viviam aqueles dias com grande confiança e entusiasmo que se projetaram no lançamento de uma revista com padrões editoriais até então sem precedentes no mercado editorial brasileiro, trazendo diagramação e tratamento de fotos, ilustrações, gráficos e tabelas até então, admitindo a arte como complemento à informação. No editorial que inaugurou a publicação, Marinho defendeu ainda a imparcialidade:

Assim se exprime o nosso respeito pelo leitor e por seu livre-arbítrio. Publicaremos os fatos e só os fatos, sem pontos de vista pessoais, que só aparecerão identificados em entrevistas ou colunas. A interpretação e o julgamento da relevância dos fatos na vida do leitor são prerrogativa suas. De mais ninguém. (MARINHO, 1998, p.5)

Na edição de lançamento, a matéria de capa falava de uma pesquisa do instituto Latinobarômetro que revelava que o brasileiro confiava no futuro, percebia os problemas contemporâneos e era admirado pelos países vizinhos. Ainda na chamada de capa, havia uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso sobre o caráter, as dificuldades e o futuro do Brasil. A primeira edição da revista deu destaque ainda a uma matéria sobre o MST intitulada “Uma organizada fábrica de conflitos: Saques no sertão e tensão nos canaviais. Por trás disso há uma eficiente estrutura nacional” (REINERT; ABRUCIO JR; CERQUEIRA, 1998, p.24).

5.1.3 A revista *Istoé*

Revista de informação lançada em maio de 1976. De acordo com a descrição no site da Editora Três¹⁶, a *Istoé* introduziu no país uma direção de arte que privilegia o dinamismo e a interatividade, além de uma cobertura mais ampla em assuntos como comportamento e tecnologia.

A revista *Istoé* possui sucursais e correspondentes em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e Nova Iorque.

No editorial da edição especial 30 anos *Istoé* (25/10/2006) o diretor editorial, Carlos José Marques, destaca que na capa número 1, a revista já clamava pelo fim do regime totalitário e pela volta à democracia. Diz ainda que Luiz Inácio da Silva, até então pouco conhecido, estreou na grande imprensa através de uma capa de *Istoé*, liderando uma greve no ABC paulista. Marques também atribui à revista declarações que culminaram com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, ao dar voz ao então desconhecido motorista Eriberto França, cujas revelações ligavam diretamente o dinheiro do empresário PC Farias às despesas pessoais de Collor (MARQUES, 2006).

O clamor pelo fim do regime totalitário aparece, na edição número 1, na forma de um ensaio de Jean François Revel. Em seu editorial de lançamento, Mino Carta escreveu:

Pois então, meus amigos, aqui está uma nova revista mensal. ISTO É, expressão afirmativa e ao mesmo tempo equivalente de "ou seja", isto é: espera aí, que a gente explica, troca em miúdos, esclarece. [...] Neste nosso tempo dado a introspecções, tende-se a achar que as verdades apinham as cabeças e as almas, cada ser carrega himalaías de verdades – o que, talvez, seja verdade. Mas eu me refiro à verdade factual, e esta, é bom dizê-lo é uma somente, e o seu contrário é a mentira. (CARTA, 1976)

Após cinco anos de negociação, a revista fechou uma parceria com o Grupo Time Inc. – uma das grandes companhias do mercado editorial americano. Pelo acordo, desde janeiro de 2006, o conteúdo de *People*, *Fortune* e *Time* – referências mundiais do modelo de revistas de informação – passou a ser incluído, respectivamente, nas páginas de *Istoé Gente*, *Istoé Dinheiro* e *Istoé*.

¹⁶ http://editora3.terra.com.br/publicidade_portugues/istoe/apresentacao.htm

5.1.4 A revista *Veja*

Veja é uma revista semanal de informação inspirada na revista americana *Time*, criada em 1922 por Henry Luce. É a primeira no gênero lançada no Brasil, em uma época na qual imperavam no mercado editorial as revistas semanais ilustradas, com grandes fotos e textos curtos. Trata-se de uma publicação da Editora Abril, considerada a maior editora da América Latina. Atualmente o presidente da Editora Abril e editor de *Veja* é Roberto Civita.

O editor Roberto Civita inclui aspectos publicitários e de alcance de assinantes como missão da revista, definida nos seguintes termos (SANTOS, 2008):

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos. (SANTOS, 2008)

O nome *Veja* sucedeu a designação *Veja e Leia*, título que já pertencia à Editora Abril, e que passou a circular em setembro de 1968. Desde o início o complemento “e *Leia*” foi grafado em letras menores, acabando por ficar em segundo plano e desaparecer.

A primeira edição da revista é datada de 11 de setembro de 1968, com tiragem de 695 000 exemplares, distribuídos por todos os Estados brasileiros. A marca milhão de exemplares foi atingida na década de 90 e o site da revista criado em junho de 1997.

Veja é considerada uma das maiores revistas semanais de informação do mundo, concorrendo com as americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*. No Brasil, em termos de mercado, concorre com as revistas *Época* e *Istoé*, e com a revista *CartaCapital* em termos de alcance político e influência da opinião pública.

A seção de entrevistas em *Veja*, conhecida também como “Páginas Amarelas”, é uma das mais lidas da revista. Seu papel é amarelo porque, quando a revista foi lançada, trazia um caderno inicial com notícias do mercado financeiro nessa cor. Quando o caderno foi suprimido e substituído pela seção Entrevista, a direção da redação achou melhor manter a cor das páginas para não fugir do projeto gráfico original da revista. A primeira entrevista nas Páginas Amarelas foi feita na edição de 4 de junho de 1969, com o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues (SANTOS, 2008).

5.2 A delimitação temporal

O “Escândalo do Mensalão” pode ser classificado como um dos grandes momentos da política brasileira. Consideramos que sua eclosão midiática se deu no ano de 2005, período em que o fenômeno tornou-se grande no sentido de repercussão midiática, no sentido importância política e pelos paradoxos que representou ao envolver um partido, um governo e um dirigente cuja trajetória simbolizava a ruptura com a condenável prática de corrupção exposta nas denúncias – e antes combatida por eles.

Conforme explicado, a denúncia de pagamento de “mesada” a deputados da base aliada passou ligeiramente pela mídia no ano de 2004, sem, no entanto, converter-se para o que conceitualmente chamamos de “Escândalo Político Midiático” (seção 2.3). A breve passagem da denúncia de pagamento para cooptação da base aliada foi sintetizada pela revista *Veja*:

Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao Jornal do Brasil, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao JB, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito. (VEJA, 15/06/2005).

A teoria dos escândalos políticos de Thompson explica que o escândalo político midiático não começa com a transgressão em si, mas a partir de sua revelação midiática. No nosso entendimento, a repercussão à época não foi considerável porque Miro Teixeira eximiu-se a aceitar o papel de denunciador, enfraquecendo o fulcro que daria sustentação às investidas midiáticas sobre o tema. Esse papel denunciante foi muito bem assumido por Roberto Jefferson nove meses depois, gerando um contexto bastante favorável para gerar uma publicidade midiática ao fenômeno, uma das características fundamentais de um escândalo político midiático.

No caso das referidas revistas, o critério de escolha temporal baseou-se no período de capas ininterruptas, das quatro revistas, alusivas ao tema (intercaladas por, no máximo, duas não-referentes ao escândalo). O critério da capa foi escolhido porque indica tanto a valorização que o jornal faz da informação quanto o modo como a atenção do observador é conduzida (SOUSA, 2001, p. 369), representando um pico de interesse da opinião pública no tema e grande mobilização dos veículos de comunicação para publicizá-lo. O período foi consideravelmente semelhante entre as quatro. Embora até a conclusão deste trabalho (2008) ainda haja referências do ponto de vista político e

mediático a respeito do “Escândalo do Mensalão”, entendemos que esse grande grupo de capas traduz o que podemos chamar de “boom” do fenômeno, o momento máximo de atenção pública voltada ao tema e de dedicação de mídia em explorá-lo.

O limite temporal ao *corpus* do trabalho abrange, portanto, as primeiras edições das referidas revistas que repercutiram as denúncias do então deputado Roberto Jefferson à *Folha de São Paulo* (LO PRETE, 2005) e suas catorze ou quinze edições subseqüentes, que se estendem até meados de setembro. Especificamente, as datas são, para *CartaCapital*, da edição 346 até a edição 359, de 15/06/2005 a 14/09/2005 (14 edições); para *Época*, da edição 369 a 383, de 13/06/2005 a 19/09/2005 (15 edições); para a *Istoé*, edição 1861 a 1874, de 15/06/2005 a 14/09/2005 (14 edições); e para a revista *Veja*, da edição 1909 até a edição 1923, de 15/06/2005 a 21/09/2005 (15 edições).

5.3 O método de análise

O modelo metodológico adotado neste trabalho segue o roteiro proposto por Lopes (1990), o chamado Modelo Metodológico da Pesquisa Empírica em Comunicação, que estabelece como fases da pesquisa os seguintes itens: definição do objeto, observação, descrição e interpretação. A definição do objeto se deu nos primeiros capítulos e abrangeu operações como formulação do problema e dos objetivos, bem como o estabelecimento do quadro teórico de referência. Conforme mencionado no texto introdutório, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de enquadramento jornalístico no contexto da crise política que dominou o noticiário brasileiro por mais de três meses no ano de 2005 – meados de junho a meados de setembro. O chamado “Escândalo do Mensalão” é paradoxal e, portanto, rico do ponto de vista analítico porque envolveu denúncias de corrupção capazes de controverter as expectativas consabidas a respeito da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, um partido que alicerçou o seu crescimento na defesa da ética e de alternativas de desenvolvimento e de gestão não comprometidas com as elites constituídas. Esse partido e esferas a ele contíguas (o presidente e o governo) foram envolvidos, no âmbito da crise, em acusações de repetir práticas de corrupção que antes combatiam, associadas ao “establishment”. Ainda conforme explicado, serão analisadas as narrativas jornalísticas de quatro revistas semanais – *CartaCapital*, *Época*, *Istoé* e *Veja* – no que diz respeito às construções

textuais e angulações concernentes a episódios do “Escândalo do Mensalão”, interpretando-as com base na teoria do enquadramento.

O tema pesquisado foi contextualizado considerando seus antecedentes históricos (a história de Lula e do Partido dos Trabalhadores, o escândalo do mensalão na mídia e o cenário político da crise). Fez parte ainda desta fase a fundamentação teórica, relacionando as perspectivas teóricas envolvidas na problemática (escândalos políticos midiáticos, assim como o conceito de enquadramento e noções afins). Essa fase exposta nos capítulos prévios abrangeu ainda a elucidação dos conceitos envolvidos (democracia e comunicação mediática).

5.3.1 Observação

A segunda fase, que aqui será exposta, é a observação, que reúne os métodos utilizados para a coleta dos dados. O objetivo desta fase é “coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de original” (LOPES, 1990. p.123). Nessa etapa, a presente pesquisa fez, preliminarmente, uma caracterização geral do conteúdo a ser estudado, através de uma leitura superficial de todo o *corpus* circunscrito no recorte temporal estabelecido. Foram anotados todos os itens e chamadas de capa, títulos, linhas-finas¹⁷, lead, legendas e destaques (boxes, quadros e dados textuais de infográficos).

Para facilitar as referências e associação ao posicionamento das revistas em relação às demais no recorte temporal estabelecido, os exemplares foram nomeados de acordo com a ordem que ocupam após a denúncia de Roberto Jefferson ao jornal *Folha de São Paulo*. Por exemplo, a primeira edição de *CartaCapital* subsequente à denúncia, datada de 15 de junho de 2005, é batizada *CartaCapital 1*. A segunda edição subsequente à denúncia de Jefferson, de 22 de junho de 2005, é batizada de *CartaCapital 2* e assim sucessivamente, até o número 14 para *CartaCapital* (14/06/2005), tendo sido usado o mesmo critério para as demais revistas: até o número 15 para a revista *Época* (19/09/2005), até o número 14 para a *Istoé* (14/09/2005) e até o número 15 para a revista *Veja* (21/09/2005). Nessa etapa, foram descartadas as

¹⁷ Frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto (definição Manual da Redação da Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_1.htm)

entrevistas, os editoriais, ensaios e outras manifestações que descaracterizassem a tradicional narrativa jornalística.

Foram levantados e anotados os títulos, linhas-finas, leads, legendas e destaques (boxes, quadros e dados textuais de infográficos) relacionados ao “Escândalo do Mensalão”, suas implicações e desdobramentos de: 49 matérias e boxes da *CartaCapital*, 51 matérias e boxes da *Época*, 99 da *Istoé*, e 82 da revista *Veja*, de forma a obter um panorama geral do material das revistas.

Após essa etapa preliminar, seguiu-se o que chamamos de uma “catalogação” das matérias julgadas produtivas do ponto de vista analítico, já em um sentido de qualificar, quantificar e classificar. Foram então “pinçadas” desse conjunto as “matérias-chave”. Todo o conjunto foi considerado como apoio para o empreendimento da análise de enquadramento, mas as matérias-chave é que serviram efetivamente de plataforma quantitativa e qualitativa. O critério de seleção foi privilegiar aquelas com maior grau de relação possível com o escândalo do mensalão e implicações ocasionadas para o PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governo. Essa etapa foi importante porque, naquele período, o mensalão foi um fenômeno contíguo a outras denúncias envolvendo o governo Lula, sucedendo a acusação de corrupção nos Correios, e tendo sido relacionado a denúncias de financiamento de campanha por meio de caixa dois, além de ter sido capaz de rememorar o então recente escândalo dos Bingos, ocorrido no ano anterior, assim como denúncias de corrupção na estatal federal IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e outros episódios inter-relacionados. O objetivo, então, foi tornar a análise o mais límpida possível a respeito dos enquadramentos das revistas sobre o “Escândalo do Mensalão” especificamente, e não, genericamente, diagnosticar posicionamentos sobre casos de corrupção no governo Lula.

Deste modo, foram selecionadas 10 matérias da revista *CartaCapital*, que somaram 349 parágrafos e cerca de 45 páginas; 10 matérias da revista *Época* (143 parágrafos e cerca de 45 páginas); 11 matérias da revista *Istoé* (69 parágrafos e cerca de 41 páginas) e 20 matérias da revista *Veja*¹⁸ (157 parágrafos e cerca de 92 páginas).

Ainda nessa etapa, com base em releituras e estudos que pudessem apontar os vieses mais produtivos, foram estabelecidos os “itens de observação” (aqueles que

¹⁸ Embora a *Veja* não tenha sido, numericamente, a revista com maior número de matérias relacionadas direta e indiretamente ao escândalo do mensalão na fase de caracterização geral do conteúdo (*Istoé* teve o maior número, 99, e *Época* e *CartaCapital* tiveram, respectivamente, 51 e 49 matéria sobre o tema), foi ela que apresentou matérias mais diretamente ligadas ao fenômeno, por isso teve o dobro de “matérias-chave” das demais revistas. O número maior não alterará o resultado da pesquisa, que será colocada em termos percentuais e de proporcionalidade.

proporcionam maior potencial analítico) e construídas listas de substantivos (conceitos), adjetivos, expressões, frases e outros elementos que serão os dados para a análise descritiva que será especificada a seguir.

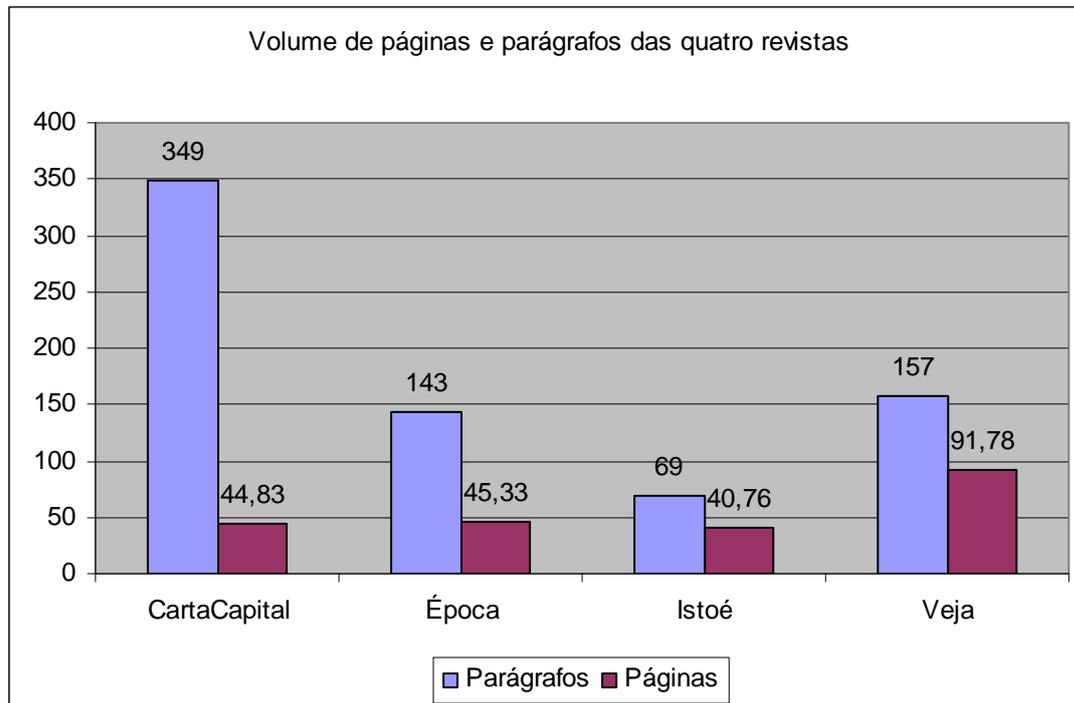
6 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO: AS REPRESENTAÇÕES DO ESCÂNDALO DO MENSALÃO NAS REVISTAS

6.1 Descrição

Tendo realizado as duas primeiras etapas propostas pelo modelo de Lopes (1990), a definição do objeto (teorização da problemática) e observação, passamos agora à primeira etapa da análise de dados na pesquisa: a descrição. Como foi dito, as etapas anteriores no âmbito da observação envolveram tanto a caracterização geral do conteúdo estudado (com anotação dos itens e chamadas de capa, títulos, linhas-finas, leads, legendas e destaques) como a posterior seleção das “matérias-chave” para a análise de enquadramento, permitiram enxugar produtivamente um *corpus* de 281 matérias para 51, dentro do período estabelecido de 13/06/2005 a 21/09/2005 e elencar “itens de observação” producentes.

Essas etapas iniciais também permitiram montar um primeiro gráfico a respeito do volume narrativo de cada revista escolhido para a análise, através da soma do número de páginas e parágrafos. Esse volume narrativo foi montado tendo como base as 10 matérias da revista *CartaCapital*, as 10 matérias da revista *Época*, as 10 matérias da revista *Istoé* e as 20 matérias da revista *Veja*. Foi possível inferir que *CartaCapital* teve o maior volume textual (número de parágrafos) por página (média de 7,78 parágrafos por página). *Época* teve média de 3,15 parágrafos por página, *Istoé* teve 1,69 e a média de *Veja* foi de 1,71 parágrafos por página:

Gráfico 1 Volume de páginas e parágrafos de cada uma das revistas estudadas



O panorama desvelado nas fases anteriores também indicou uma considerável conduta de imputação de responsabilidade por parte das revistas (ou, conseqüentemente, o seu oposto, a não-responsabilização, que geraram os “itens de observação” especificados a seguir:

1) LULA:

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Críticas ao presidente diretamente relacionadas ao “Escândalo do Mensalão”. O item abrange responsabilizações que indiquem possível ação conscientemente praticada que sugira deslealdade ou fraude, capazes até de justificar o *impeachment*.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Críticas à conduta do presidente da República (inação, omissão, incompetência administrativa etc.) que supostamente contribuíram para o surgimento do escândalo, para atrasar a elucidação dos fatos ou aumentar o sentimento de incerteza da população.

INOCENTE / LULA POSITIVO – Reforço de atitudes positivas do presidente da República a respeito do “Escândalo do Mensalão” que sugiram comportamento ou caráter pró-ativo, responsável, firme etc. – tanto no âmbito de suas qualidades gerais enquanto chefe do governo como reforço positivo de sua trajetória.

2) GOVERNO:

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Atribuição de responsabilidade ao governo, especificamente a referência direta ao substantivo “governo”, subentendendo o conceito relacionado ao poder executivo ou ao presidente e seus ministérios¹⁹.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Colocações que relacionem o escândalo político estudado a ações governamentais (atribuindo-lhes responsabilidade), como a escolha da base aliada, ou responsabilização de personagens ligados ao governo. Nesta categoria entram críticas e imputações de responsabilidade ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu²⁰, assim como críticas à política de alianças.

INOCENTE / POSITIVO – Afirmações, insinuações e argumentos que busquem ressaltar atitudes adequadas do governo a respeito do “Escândalo do Mensalão” (ou circunstâncias a ele relacionadas), colocando-o como esfera administrativa ativa, positiva, responsável, firme etc.

3) PARTIDO DOS TRABALHADORES

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Imputações diretas de responsabilidade e críticas à legenda; enquadramentos que reforcem o comprometimento, responsabilização ou culpa da sigla “PT”.

¹⁹ Embora a noção de governo possa ter uma significação de contigüidade conceitual com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os colocamos em categorias separadas porque julgamos que, durante o escândalo político, o presidente teve a particularidade de conseguir se desprender e distanciar de instâncias a ele adjacentes, como o governo e o próprio Partido dos Trabalhadores.

²⁰ Embora José Dirceu também tenha ligações com o Partido dos Trabalhadores (e até algumas revistas tenham preferido relacioná-lo ao partido), consideramos conveniente colocá-lo na categoria governo pela importância do cargo de ministro-chefe da Casa Civil, que tem entre suas atribuições a assistência e assessoramento direto ao Presidente da República, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e na integração das ações governamentais.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Imputação de culpa a pessoas específicas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, sugerindo a existência do que poderíamos chamar de “banda podre” do partido.

INOCENTE – Afirmações, insinuações e argumentos que busquem ressaltar tanto atitudes adequadas do partido a respeito do “Escândalo do Mensalão” (ou circunstâncias a ele relacionadas), como colocações que ressaltem os aspectos positivos da legenda.

4) DENÚNCIAS:

CRÍVEIS – Entram nesse item colocações que considerem procedentes as acusações do então deputado Roberto Jefferson, considerando-as críveis, coerentes, legítimas etc.

VERACIDADE QUESTIONADA – O oposto do item anterior: afirmações, insinuações ou argumentos que questionem a veracidade, credibilidade ou legitimidade das denúncias de “Mensalão”.

5) REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT – Este item foi estabelecido para que se possa fazer inferências a respeito de como a revista se relaciona com alguns conceitos relacionados à esquerda política e em que medida recorreu a eles.

6) REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS – Este item foi estabelecido para que se possa fazer inferências sobre como as revistas enquadram os eventuais adversários políticos ou a oposição constituída.

As categorias firmadas e a quantificação partiram dos próprios “itens de observação” estabelecidos. Foram montadas tabelas para cada uma das “matérias-chave” de todas as revistas.

Ao todo, foram selecionadas 1035 expressões e frases das revistas aptos a serem categorizados. Em certos casos, algumas frases e expressões serviram a duas ou mais

categorias²¹ e optou-se por usar esse recurso para não ter de desmembrar a frase e comprometer sua unidade de sentido.

Os resultados dessa categorização foram os seguintes:

Tabela 2 CartaCapital: Número de expressões e frases por categoria

CARTACAPITAL	RESULTADO
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	3
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	18
LULA: INOCENTE / POSITIVO	47
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	8
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	29
GOVERNO: INOCENTE / POSITIVO	25
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	37
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	63
PT: INOCENTE	5
DENÚNCIAS (CRIVEIS)	4
DENÚNCIAS (VERACIDADE QUESTIONADA)	18
REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT	3
REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS	63
	TOTAL: 323

²¹ Nesse caso, as frases foram contabilizadas o número de vezes em que foram categorizadas, resultando na soma 1035.

Tabela 3 Época: Número de expressões e frases por categoria

ÉPOCA	RESULTADO
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	12
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	26
LULA: INOCENTE / POSITIVO	25
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	10
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	22
GOVERNO: INOCENTE / POSITIVO	6
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	20
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	44
PT: INOCENTE	5
DENÚNCIAS (CRÍVEIS)	17
DENÚNCIAS (VERACIDADE QUESTIONADA)	3
REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT	0
REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS	30
	TOTAL: 220

Tabela 4 Istoé: Número de expressões e frases por categoria

ISTOÉ	RESULTADO
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	12
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	34
LULA: INOCENTE / POSITIVO	17
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	10
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	16
GOVERNO: INOCENTE / POSITIVO	2
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	30
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	26
PT: INOCENTE	2
DENÚNCIAS (CRÍVEIS)	24
DENÚNCIAS (VERACIDADE QUESTIONADA)	3
REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT	1
REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS	24
	TOTAL: 201

Tabela 5 Veja: Número de expressões e frases por categoria

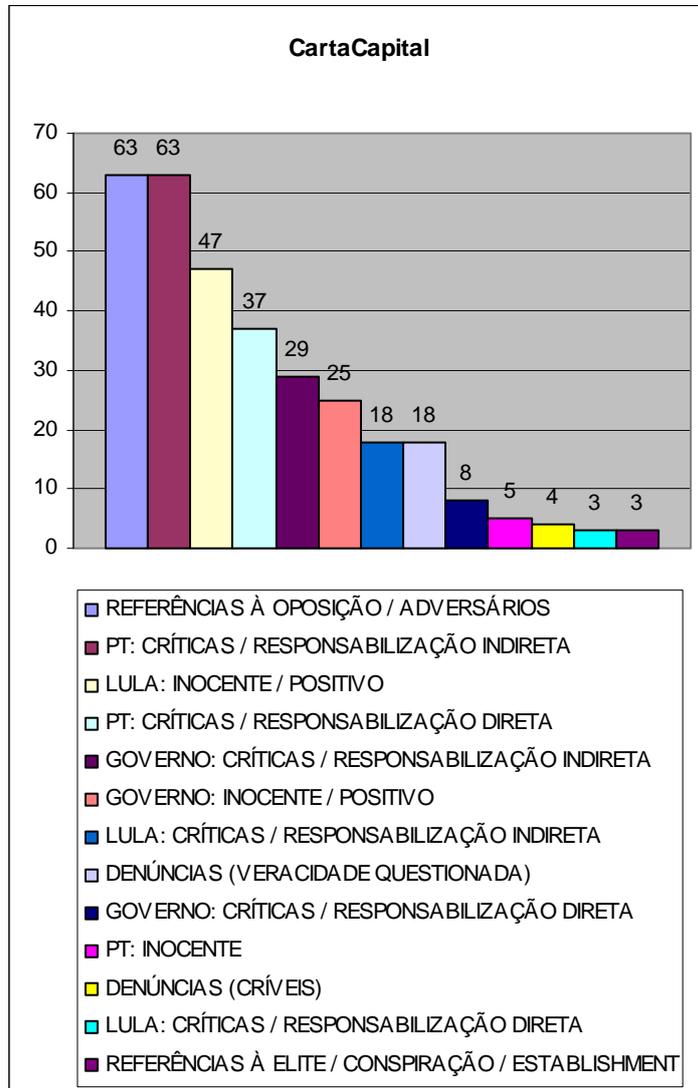
VEJA	RESULTADO
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	44
LULA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	65
LULA: INOCENTE / POSITIVO	11
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	22
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	20
GOVERNO: INOCENTE / POSITIVO	0
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	45
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	27
PT: INOCENTE	2
DENÚNCIAS (CRÍVEIS)	21
DENÚNCIAS (VERACIDADE QUESTIONADA)	2
REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT	11
REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS	21
	TOTAL: 291

Com base nesses números, foi possível estabelecer a qual agente foi mais criticado, a qual agente foi imputada maior responsabilidade pelo escândalo político do mensalão ou em que direção a revista empregou o seu maior esforço discursivo:

6.1.1 Descrição por revistas

a) Revista CartaCapital

Gráfico 2 CartaCapital: Agente de maior crítica ou responsabilização



Conforme aponta o gráfico, em termos de número de menções analisadas, a revista *CartaCapital* se refere, principalmente, à oposição (63 de 323 itens analisados, o que significa 19,5%). Nesse aspecto, *CartaCapital* enfatiza as reações estratégicas e calculadas dos adversários, que, segundo a revista, tentam se aproveitar do caos instaurado pelas denúncias de Roberto Jefferson para obter vantagens políticas e tentar (sem sucesso, segundo *CartaCapital*) “enredar” o presidente no escândalo. Abaixo, relacionamos alguns exemplos de expressões características desse enquadramento jornalístico, que apareceram na revista:

“Ele [FHC] orquestrou a reação, no fim do ano passado, com a batuta de um regente político [...]” (CARTACAPITAL, 29/06/2005).

“Tentaram, sem sucesso, sustentar-se no fato de Jefferson ter falado com o presidente sobre o mensalão para acusar Lula por crime de improbidade administrativa” (CARTACAPITAL, 15/06/2005).

“O PSDB teme que uma eventual radicalização dos ataques ao presidente acione o relé que liga Lula ao povo” (CARTACAPITAL, 15/06/2005).

“A temperatura política foi elevada pela disposição dos opositores de enredar o presidente Lula nas denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson” (CARTACAPITAL, 29/06/2005).

A motivação da oposição é colocada como sendo voltada para as eleições de 2006, empreendendo o que é chamado de uma “cruzada denunciadora”. Os adversários e a oposição – PFL, PMDB, PSDB e, no contexto da crise, o próprio acusador Roberto Jefferson, do PTB – também são bastante mencionados no reforço do que chamamos de “tese de problema estrutural” defendida pela revista, que relaciona a crise às debilidades do sistema político brasileiro, remetendo a falhas cometidas também pelos governos anteriores:

“Pode-se dizer que o escândalo que ameaça de impeachment o presidente é como a continuidade de uma política de corrupção eleitoral que começa bem antes e com sentido oposto – o de impedir a sua vitória em 1989, com uma plataforma política de esquerda” (CARTACAPITAL, 14/09/2005).

“Não é coisa recente. Mas, desta vez, o pântano em que se transformou o processo eleitoral abalou o partido dos trabalhadores” (CARTACAPITAL, 10/08/2005).

Ainda sobre as menções à oposição, a revista dá espaço a fontes que atribuem a crise a uma articulação intencionada para “sabotar” o governo Lula:

“Acho que há interesses na desestabilização do governo e uma certa antecipação no calendário eleitoral”, disse [Dilma Rousseff] (CARTACAPITAL, 29/06/2005).

Na mesma proporção de menções que faz à oposição, *CartaCapital* atribui a maior responsabilidade pela crise, indiretamente, ao PT, o que significa que a revista preferiu responsabilizar indivíduos ao invés de culpar a legenda. Os nomes citados são o do tesoureiro do PT, Delúbio Soares e do secretário-geral, Sílvio Pereira. A revista cita ainda o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; o então presidente da legenda, José Genoíno; e faz referências responsabilizadoras à “cúpula do PT”, a “integrantes do PT” e a “companheiros do PT”. Foram também 63 menções de 323 responsabilizando o PT indiretamente pelo escândalo do mensalão (19,5%), e colocando a legenda como maior responsável pelo momento político atravessado, mais especificamente no sentido de destacar a presença de uma “banda podre” no partido.

Críticas genéricas ao PT, no entanto, não faltaram. Em termos quantitativos, a revista foi mais crítica e responsabilizou muito mais o PT (direta e indiretamente) do que o governo ou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT foi atacado ainda outras 37 vezes de forma direta pela revista, especialmente no que diz respeito à corrosão do patrimônio ético, ao distanciamento que o presidente Lula preferiu tomar da legenda, às desfiliações, e sendo colocado como principal alvo das denúncias de corrupção:

“[...] atingiu em cheio o patrimônio ético construído nos últimos 25 anos pelo PT [...]” (CARTACAPITAL, 15/06/2005)

“Mas, se o presidente vai bem, o partido do presidente vai mal” (CARTACAPITAL, 13/07/2005).

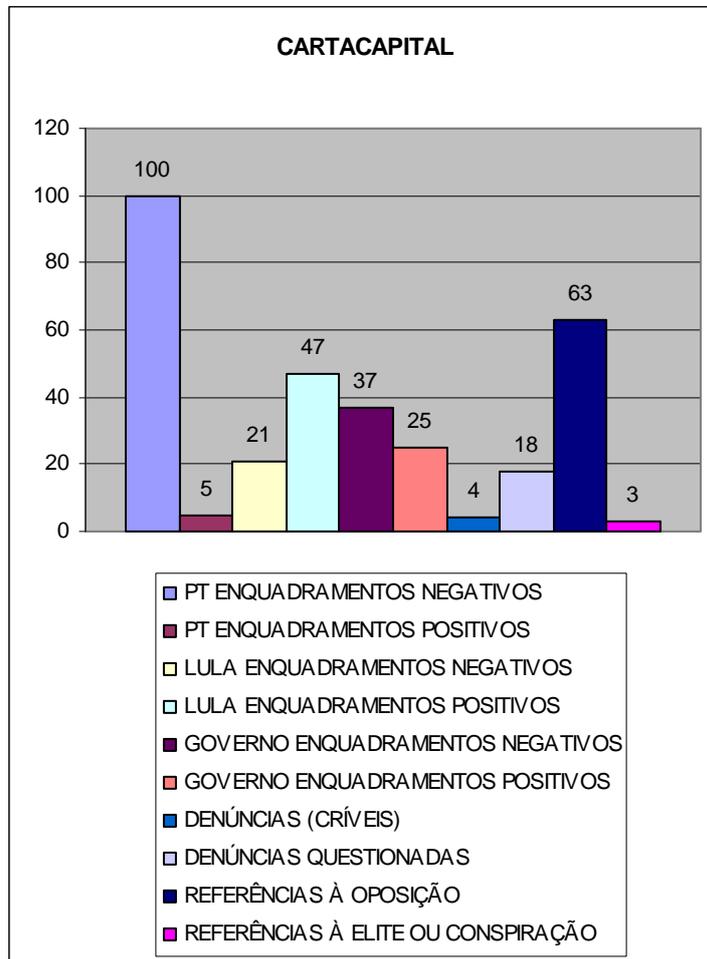
“Não sem razão teria ocorrido esse ‘deslocamento’ [de Lula em relação ao PT], na expressão usada no Palácio do Planalto” (CARTACAPITAL, 13/07/2005).

“Metido no atoleiro, o PT deixou inconsolável uma órfã: a ética” (CARTACAPITAL, 10/08/2005).

Se somadas as imputações de responsabilidade e críticas diretas e indiretas, a revista enquadrou 30,96% o PT como responsável (100 referências). O gráfico

(CartaCapital nº 3), a seguir, mostra o agrupamento dos enquadramentos que responsabilizam direta e indiretamente o PT, bem como o agrupamento dos enquadramentos que responsabilizam Lula direta e indiretamente, e dos enquadramentos que responsabilizam direta e indiretamente ao governo, assim como os respectivos contrastes com os enquadramentos positivos. No caso de *CartaCapital*, é possível inferir que o enquadramento da revista com relação ao PT é o mais polarizado de todos, se considerados os enquadramentos da revista com relação a todos os agentes envolvidos (Lula, governo e PT). A revista o enquadra negativamente 100 vezes e faz referências positivas apenas 5.

Gráfico 3 CartaCapital: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas)



O terceiro aspecto mais reforçado pela revista foram os pontos fortes de Lula (Gráfico nº 2), seja ressaltando uma atitude ativa – por exemplo, suspendendo a mesada após ter sido avisado por Jefferson – ou defendendo que Lula é um nome forte para as eleições que estavam por vir.

“O presidente reconhece falhas graves cometidas a seu redor e sem seu conhecimento, e espera punições exemplares” (CARTACAPITAL, 07/09/2005).

“No fundo, os bispos, na sua maioria, torcem em silêncio para que as denúncias não atinjam o presidente da República” (CARTACAPITAL, 24/08/2005).

“Cabe agora ao presidente dar nome aos traidores e conferir à crise as dimensões que ela realmente tem” (CARTACAPITAL, 17/08/2005).

Observando-se o gráfico nº 3, é possível, perceber que, inclusive, a revista faz mais menções positivas a Lula (47) do que críticas (21).

No que diz respeito ao governo, os enquadramentos da revista *CartaCapital* mostram pouco desnível entre enquadramentos negativos (37) e positivos (25). É importante considerar que o governo foi bastante atingido por conta do suposto envolvimento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. A quase totalidade dos enquadramentos de responsabilização indireta do governo foi relacionada ao nome de Dirceu e aos aliados, chamados de “más companhias”, embora a revista coloque-se contra esse argumento que foi evocado muitas vezes durante a crise:

“A questão é que ninguém no PT, nem mesmo integrantes das alas mais à esquerda, como Dutra, podem jogar exclusivamente a culpa pelos problemas nas costas dos aliados escolhidos pelo próprio partido. PTB, PL e PP, agora tachados de má companhia, têm dado grande apoio ao governo, mais até do que a bancada do próprio Partido dos Trabalhadores”. (CARTACAPITAL, 15/06/2005)

Comparando-se a proporção entre críticas versus menções positivas a respeito de Lula, do PT e do governo, é possível inferir que o agente mais responsabilizado e que recebeu mais enquadramentos negativos por parte de *CartaCapital* foi o Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 4 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT

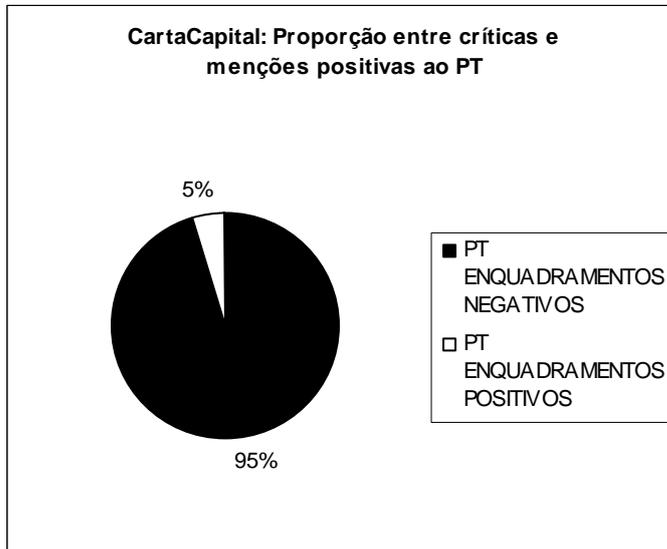


Gráfico 5 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula

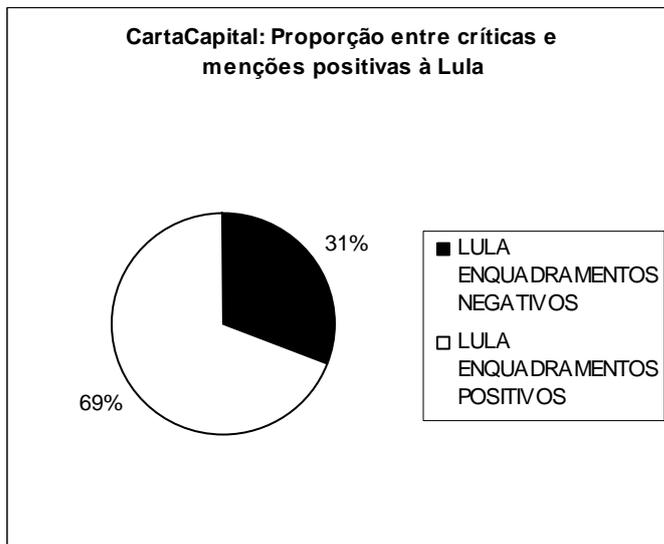
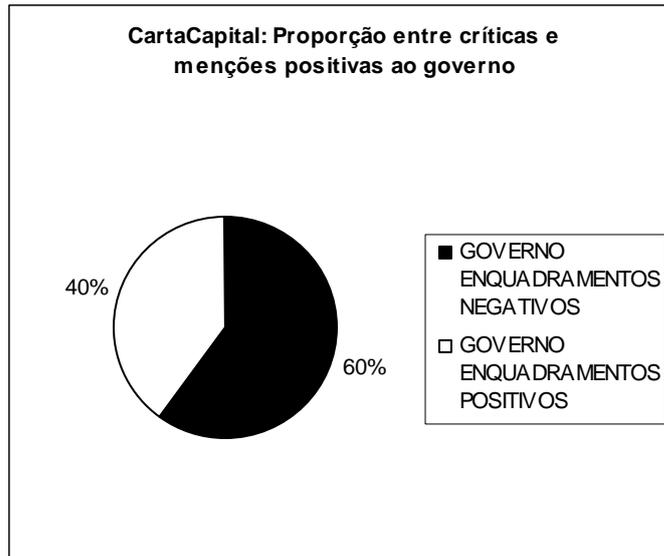


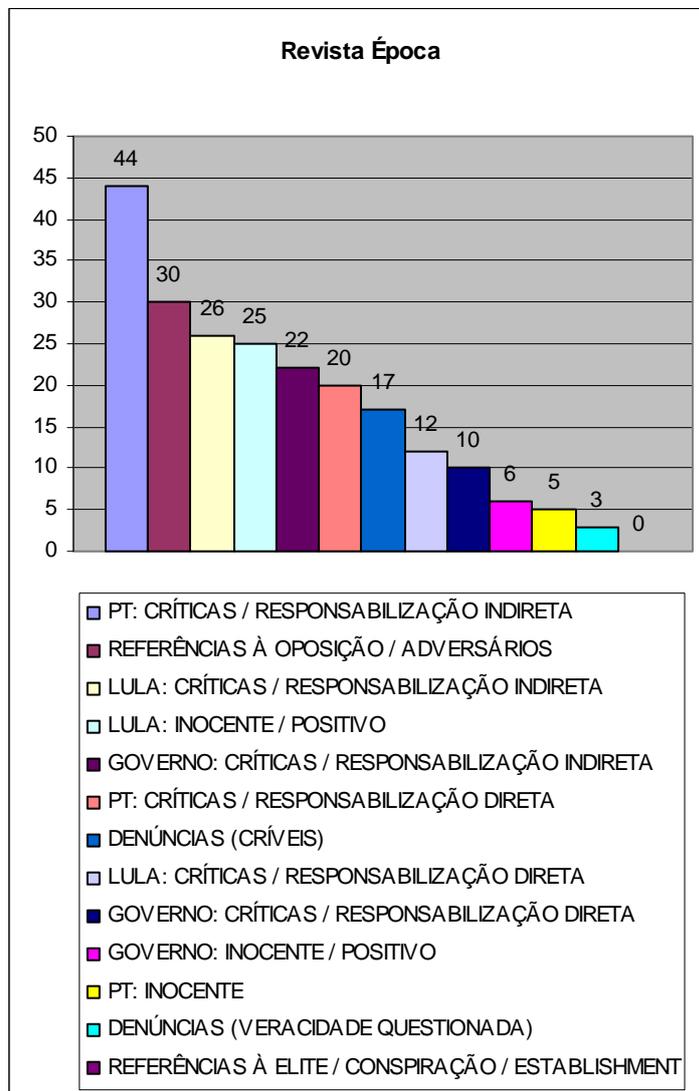
Gráfico 6 CartaCapital: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo



b) Revista Época

O gráfico relativo ao comportamento da revista *Época* mostra que, em termos numéricos, a revista responsabiliza principalmente o Partido dos Trabalhadores pelo “Escândalo do Mensalão”, com 44 menções à sua responsabilidade indireta (20%). A revista cita o tesoureiro Delúbio Soares, o secretário-geral Silvio Pereira, José Genoino, José Dirceu, e principalmente “dirigentes petistas”:

Gráfico 7 Época: Agente de maior crítica ou responsabilização



“Dirigentes do partido ouvidos por ÉPOCA contam que o clima de suspeitas e recriminações instaurado na cúpula petista é fruto da surpresa com o funcionamento do esquema” (ÉPOCA, 11/07/2005).

“Seus dirigentes [do PT] estão sob suspeita de terem montado um gigantesco esquema que envolveria corrupção e tráfico de influência” (ÉPOCA, 11/07/2005).

“Para constrangimento do partido, seus líderes foram flagrados em mentiras sucessivas” (ÉPOCA, 25/07/2005).

“As histórias de como a corte petista sucumbiu diante dos encantos mundanos e lobbies de Brasília” (ÉPOCA, 22/08/2005).

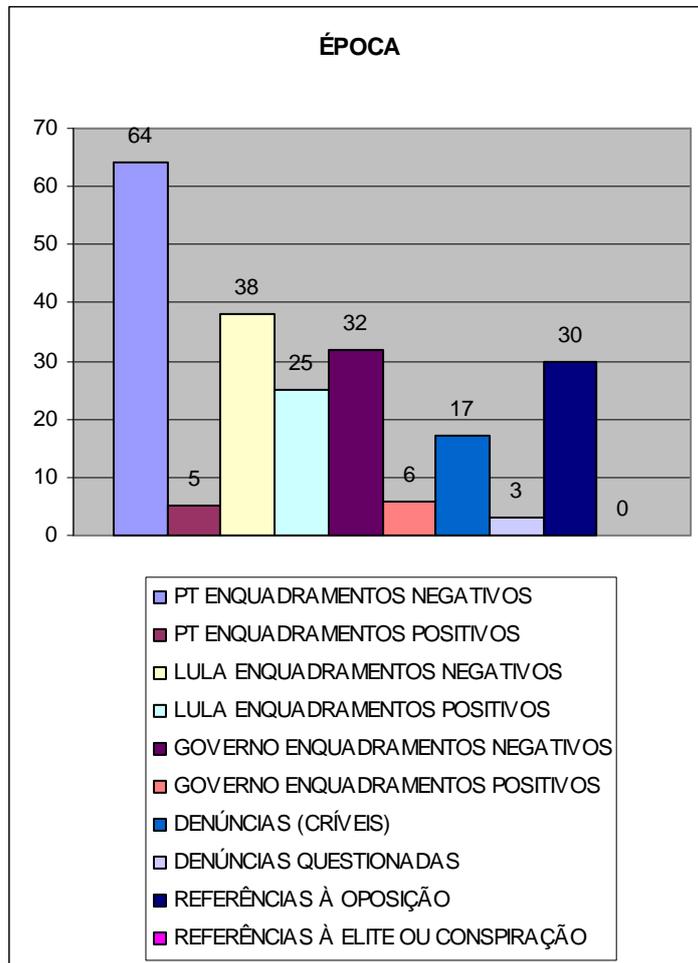
A revista *Época*, traz, proporcionalmente, grande número alusões à oposição, ficando em segundo lugar em termos das menções analisadas, referentes ao caso (30 referências ou 13,64%). Ela menciona atitudes estratégicas dos adversários e o reconhecimento, por parte da oposição, do potencial eleitoral de Lula:

“A cautela foi expressa pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com aliados: ‘O erro do PT foi não ter deixado Collor sangrar. Eles teriam vencido as eleições. Não vamos cometer o mesmo erro. Vamos deixar Lula sangrando e vencer as eleições’, disse FHC a aliados” (ÉPOCA, 13/06/2005).

“[...] depois de saber dos primeiros números da popularidade de Lula, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso avaliou que seu sucessor tem uma grande chance de sair fortalecido da crise. ‘O Lula não é um líder. É um símbolo’, definiu o ex-presidente” (ÉPOCA, 20/06/2005).

O reforço de aspectos positivos de Lula (25 menções) está praticamente no mesmo patamar da quantidade de responsabilizações indiretas (26). Entre os treze itens analisados, o número de referências que responsabilizam Lula, indiretamente, pelo “Escândalo do Mensalão” fica em terceiro lugar (11,82%), seguido de referências positivas sobre o presidente (11,36%). A soma das referências negativas diretas e indiretas dos agentes (gráfico a seguir) mostra que é pouco acentuado o desnível entre o número de enquadramentos positivos relativos ao presidente (25) e o número geral de críticas (38).

Gráfico 8 *Época*: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas)



É possível, então, atribuir, em termos de críticas e responsabilizações, às revistas *CartaCapital* e *Época* comportamento consideravelmente semelhante: ambas salientam, entre os agentes estudados, a responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, em uma postura bastante polarizada, apresentando muito mais aspectos negativos (100, *CartaCapital* e 64, *Época*) do que positivos (5, *CartaCapital* e 5, *Época*) sobre a legenda.

O gráfico nº 9 revela a proporção entre críticas e menções positivas ao PT por parte de *Época*, sendo possível perceber uma postura polarizada com relação à legenda. Do total de menções à legenda há um percentual acentuadamente baixo (7%) de pontos de vista positivos a respeito do partido em detrimento de considerável esforço fazer-lhe críticas (93%). O número de críticas / responsabilizações relativas ao governo também é desproporcionalmente maior em relação aos enquadramentos favoráveis. O gráfico também reitera o que foi dito a respeito dos enquadramentos de *Época* com relação ao

Lula: são quase equilibrados, tendo ficado quase meio a meio no gráfico 10, que exibe a contribuição de cada valor para o total. Do total de menções a Lula, 60% foram para criticá-lo/responsabilizá-lo e 40% para reforçá-lo positivamente.

Gráfico 9 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT



Gráfico 10 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula

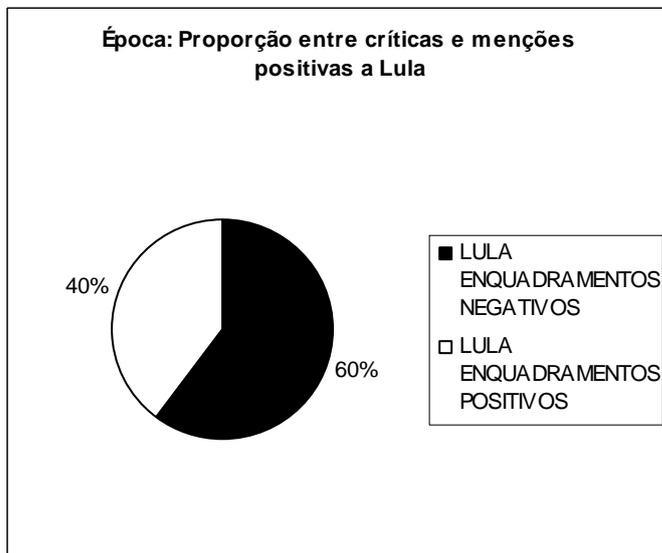
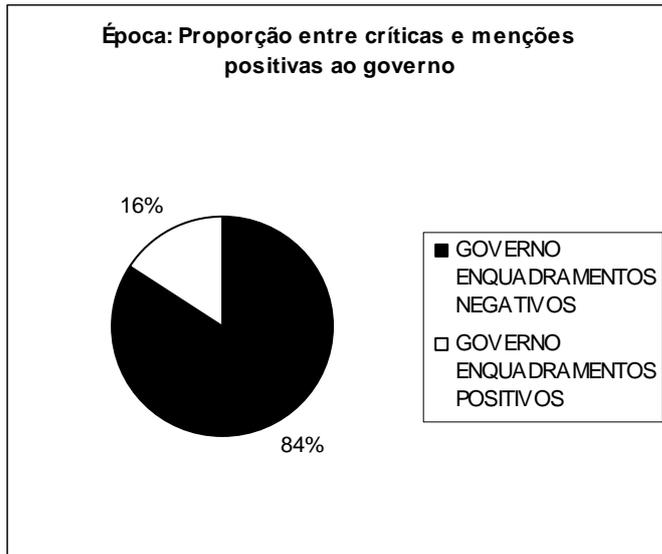


Gráfico 11 Época: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo



c) Istoé

Em termos de reforço de atributos, a revista *Istoé* colocou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como o principal responsável pelo “Escândalo do Mensalão” (Gráfico nº 12, a seguir). A revista atribuiu responsabilidade indireta ao presidente salientando 34 vezes aspectos desfavoráveis relacionados a ele, em um conjunto de 201 frases ou expressões analisadas, um viés que representa 16,92% das referências estudadas. A revista destacou a considerável ameaça ao projeto de reeleição, o fato de ele ter tomado conhecimento e não ter agido, a demora em implementar a reforma ministerial, a falta de foco em suas ações e o fato de ter precipitado a campanha eleitoral, entre outros, conforme alguns exemplos a seguir:

“Os números mostram que Lula, se quiser disputar a reeleição, terá de reverter os efeitos da crise que implodiu a alma de seu governo e reconquistar a confiança do eleitor que surfou na onda vermelha, sem ter muita afinidade com o PT” (ISTOÉ, 24/08/2005).

“Por coincidência, Lula e Severino patrocinaram, cada um a seu modo, as duas mais persistentes manobras para abafar a investigação e mitigar a punição” (ISTOÉ, 07/09/2005).

“Pela avaliação de todos, Lula não tem sido um bom presidente, tanto pela falta de um bom programa de governo quanto pela omissão nos episódios de corrupção” (ISTOÉ, 14/09/2005).

“O mais decepcionado deles é o petista número 1 do País, Lula, que já começa a admitir aos amigos mais íntimos o que ninguém imaginava antes do vendaval: ele pode não disputar a reeleição” (ISTOÉ, 15/06/2005).

Ainda de acordo com o gráfico nº 12, o PT aparece como segundo e terceiro colocado em termos de críticas e responsabilização, tendo sido destacado o seu comprometimento direto 30 vezes e o seu comprometimento indireto 26, numa soma que em termos percentuais atinge 27,86% dos enquadramentos da revista. *Istoé* destacou principalmente o sentimento de incredulidade causado pelo envolvimento do

PT em denúncias de corrupção, a degradação da bandeira ética tida como marca do partido, a ameaça de contaminar a imagem do presidente Lula e o sentimento de vergonha e constrangimento dos petistas:

“[...] o Brasil começou a se debater com uma dúvida impensável na crônica corrupção que assola o País: até tu, PT?” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“O governo vai sangrar, como já sangra o PT, com sua mística e sua história, perante o desencantado eleitor brasileiro” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“[...] mas a perda do estandarte ético no lamaçal do ‘mensalão’ pode ser uma trombada fatal com sua história e sua militância mais fiel” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“Para compensar, as galerias estavam cheias de petistas empunhando bandeiras vermelhas e entoando velhos hinos de guerra, que soavam forçados diante do constrangimento que consome o PT neste incêndio ético” (ISTOÉ, 22/06/2005).

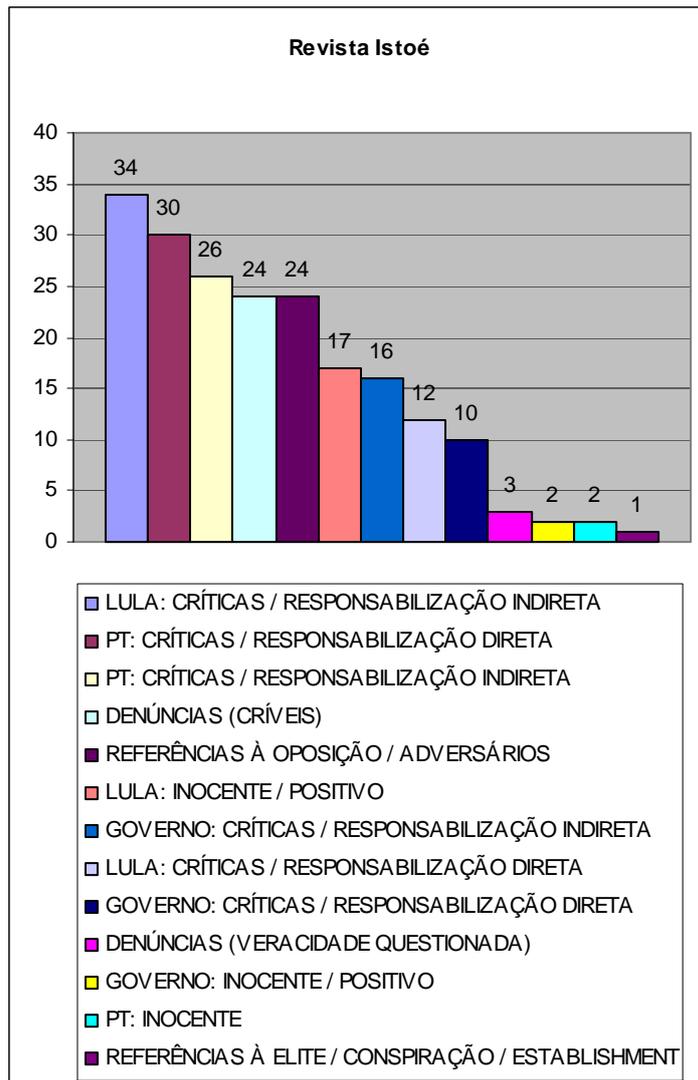
“Sem interlocutores dentro de seu partido, Lula trata de refazer as pontes para evitar que o PT se transforme na principal pedra a ser atirada nas vidraças do Planalto” (ISTOÉ, 13/07/2005).

“O presidente atribuiu a crise política a erros do PT e ao sistema de financiamento das campanhas eleitorais, que seria permeável à corrupção” (ISTOÉ, 27/07/2005).

“Chocado, o PT foi às lágrimas no plenário da Câmara” (ISTOÉ, 17/08/2005).

“Ao embarcar no vôo de São Paulo para Brasília, [...] o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) [...] sentiu a espinha gelar: ‘Eu estava com vergonha de tudo isso. Temia que alguém fosse fazer alguma piada comigo.’” (ISTOÉ, 15/06/2005)

Gráfico 12 Istoé: Agente de maior crítica ou responsabilização



As angulações, tanto a respeito do PT como do governo, foram significativamente polarizadas, como indicam os gráficos nº 13 e nº 14. Em ambos os casos, houve grande desproporção entre os enquadramentos negativos / atribuição de responsabilidade e os enquadramentos positivos. Dentro do universo de todas as menções analisadas a respeito do PT da revista *Istoé*, 97% foram negativas e apenas 3% positivas. Quadro similar se observa no comportamento em relação ao governo: do total, 93% negativas e 7%, apenas, positivas.

Com relação aos atributos e responsabilização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a revista apresentou, do total de menções analisadas, 73% negativas e 27% positivas. Conforme foi dito, a revista ressalta, principalmente, aspectos de incompetência do presidente. Com relação à culpa direta, ele chega a ser mais inocentado (17 menções) do que culpado diretamente (12). Em defesa de Lula, a revista

diz que ele se comprometeu a “cortar na própria carne”, que ele obrigou o PT a “engolir” a CPI, que ele “entregou a cabeça de seu primeiro-ministro” e que ele recebe apoio de “companheiros” e movimentos sociais:

“Ele ganhou da sambista Lecy Brandão um atabaque adornado com fitas brancas e vermelhas, as cores de Xangô, o orixá da Justiça na umbanda. ‘Nos preocupa a gente lutar tanto pelas mudanças e tudo isso ser ameaçado por algo que não é culpa do presidente. As respostas virão com as investigações’, disse Lecy. É o que se espera no rescaldo do incêndio. Saravá, presidente!” (ISTOÉ, 29/06/2005).

Gráfico 13 Istoé: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas)

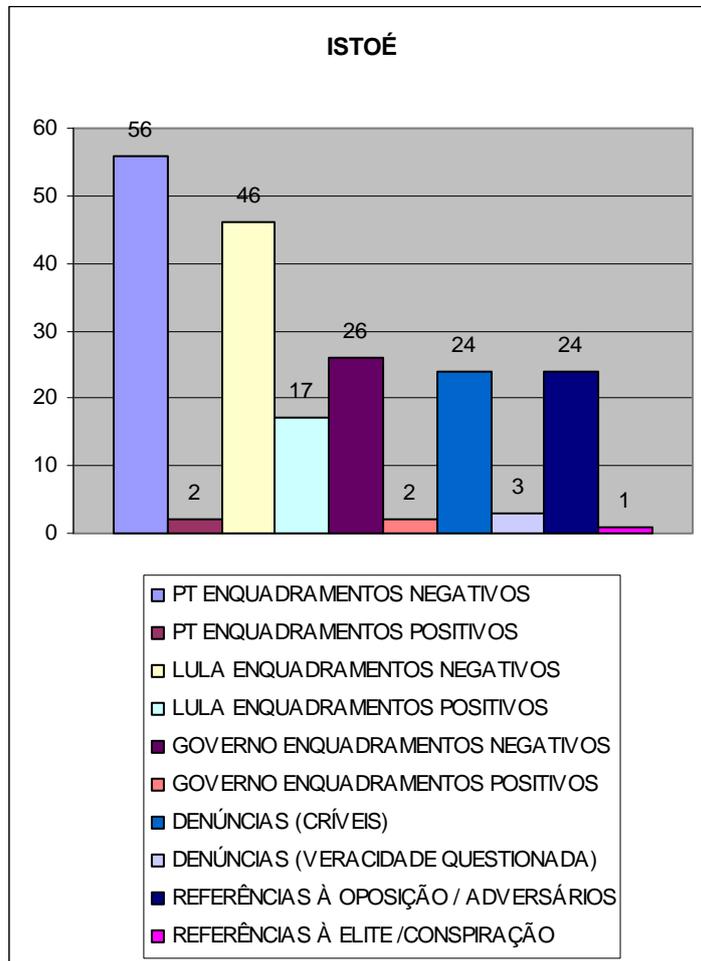


Gráfico 14 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT

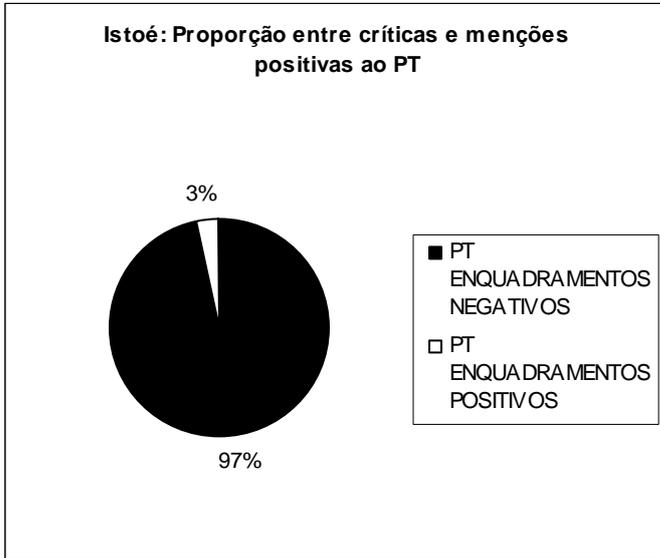
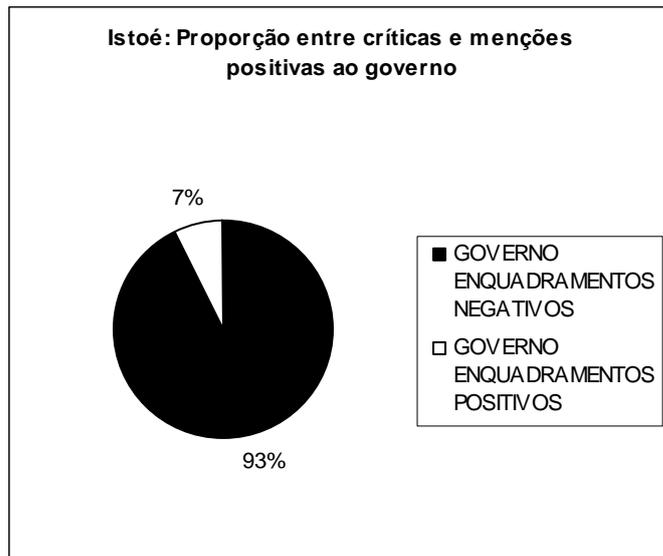


Gráfico 15 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula



Gráfico 16 Istoé: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo



d) Veja

Assim como a *Istoé*, a maioria de menções da revista *Veja* indicam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como principal responsável, indiretamente, pelo “Escândalo do Mensalão”. Foram 65 alusões, representando 22,34% das referências estudadas. Mas, enquanto *Istoé* menciona a palavra “impeachment” 5 vezes, colocando-o como um recurso a que se deve recorrer com cautela (por conta de demandar de um cenário político favorável e das incertezas a respeito das conseqüências políticas), a revista *Veja*, ainda que também tenha ressaltado os aspectos colocados por *Istoé*, usou a palavra 22 vezes e tratou a possibilidade de destituição do cargo como algo concreto, embora não a tenha defendido:

“[...] e que seu objetivo [de Lula], agora, teria passado a ser encerrar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment” (VEJA, 15/06/2005).

“Sim, falou-se na palavra impeachment, uma possibilidade que passou a ser discutida não apenas nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto” (VEJA, 15/06/2005).

“Se realmente foi informado de tudo e nada fez, o presidente Lula pode se tornar alvo de um processo de impeachment” (VEJA, 13/07/2005).

“Com essas palavras, o presidente Lula se dirigiu aos brasileiros pela televisão no 91º dia do escândalo que implodiu seu partido e colocou seu governo de joelhos e seu próprio cargo na linha de tiro do supremo instrumento punitivo da democracia, o impeachment” (VEJA, 17/08/2005).

“[...] a foto que ilustra esta reportagem [com bandeira escrito impeachment] foi feita pelo fotógrafo Celso Junior, da Agência Estado, e contestada em carta pela assessoria do Palácio do Planalto, ao que o jornal O Estado de S. Paulo respondeu: ‘Salvo melhor juízo, esta é a primeira vez na história da imprensa em que se tenta desmentir uma foto’” (VEJA, 14/09/2005).

De fato, a postura de *Veja* foi a mais polarizada de todas as revistas com relação ao PT, ao governo e ao presidente Lula, conforme indicam os gráficos nº 19, 20 e 21. Como indica o gráfico nº 21, a posicionamento mais radical e polarizado de *Veja* foi com relação ao governo, embora, sendo considerada a soma de críticas / responsabilizações diretas e indiretas, o governo tenha sido, dentre os três, o agente menos responsabilizado (109 menções ao presidente Lula, 72 ao PT, e 42 ao governo, como indica o gráfico nº 18).

Gráfico 17 Veja: Agente de maior crítica ou responsabilização

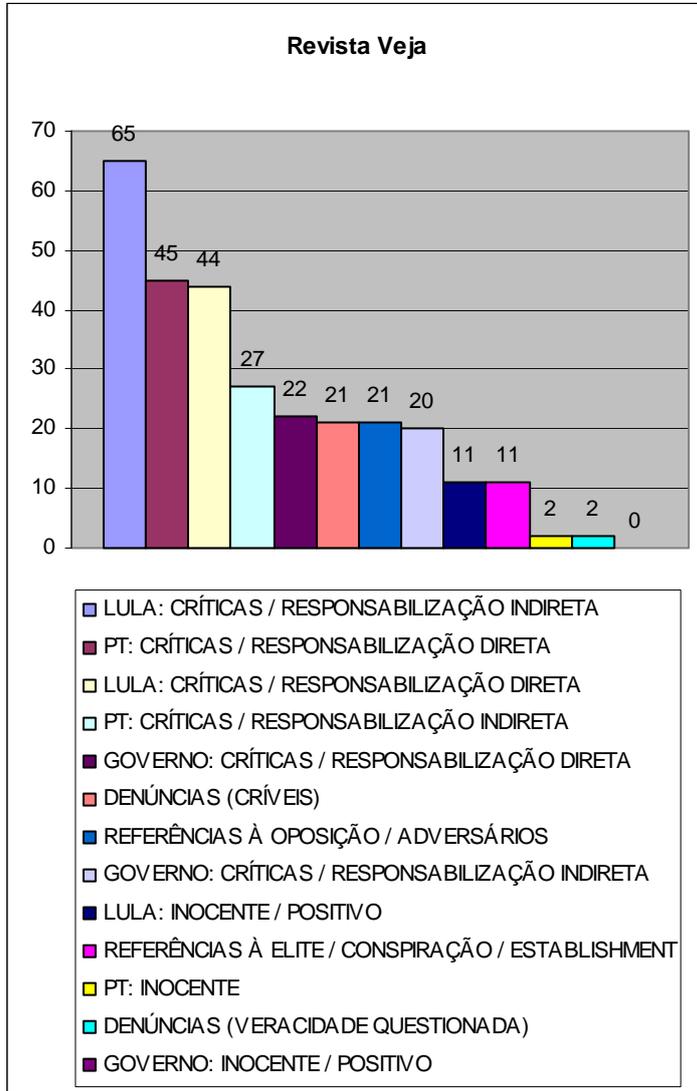


Gráfico 18 Veja: Contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos (agrupa críticas diretas e indiretas)

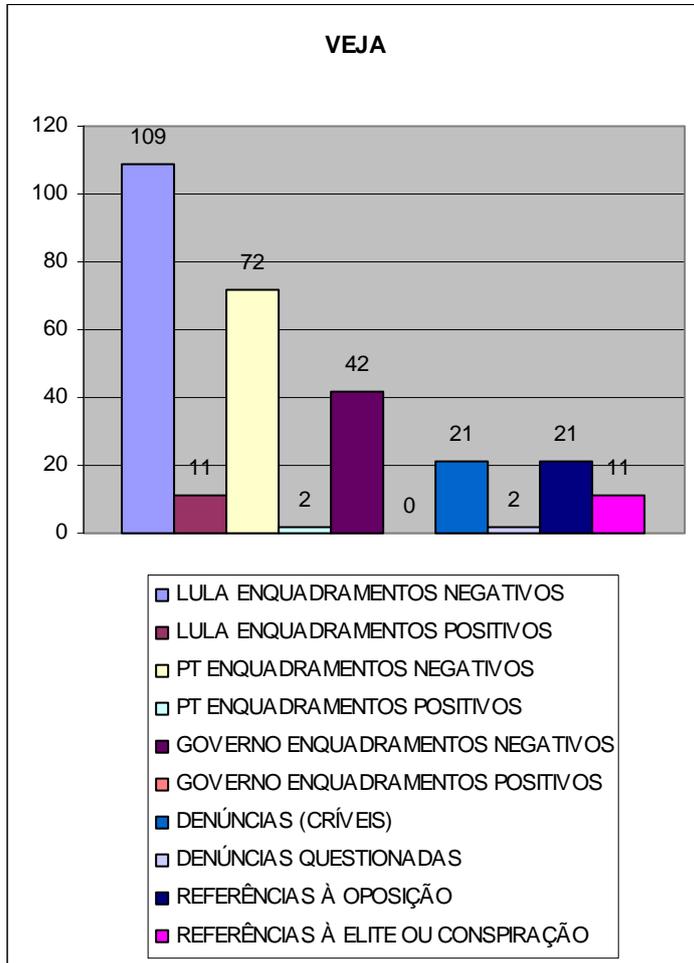


Gráfico 19 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do PT

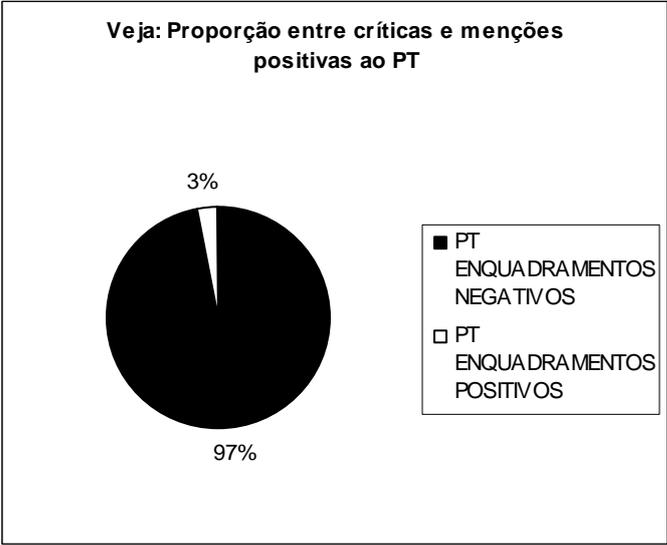


Gráfico 20 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Lula

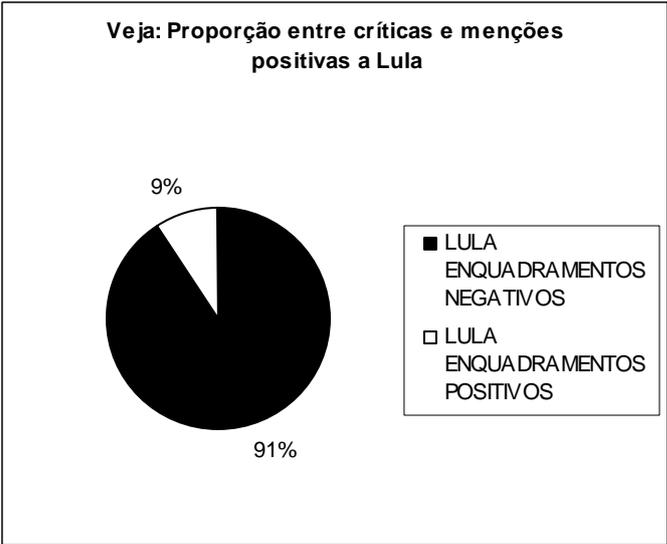


Gráfico 21 Veja: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo



6.1.2 Descrição por itens

a) Lula (críticas / responsabilização direta ou indireta)

Em termos percentuais, a revista *Veja* foi a que mais apresentou aspectos negativos em relação ao presidente da República, com 37,46% de enquadramentos nesse sentido (das 291 frases selecionadas, 109 foram menções negativas a Lula). A diferença é considerável se compararmos com a revista que menos enquadrava negativamente o presidente: *CartaCapital*. Do volume textual de *CartaCapital*, apenas 6,5% das menções foram nesse sentido.

Isso que podemos chamar de uma posição pró-Lula por parte de *CartaCapital*, é evidenciada, ainda, por ter sido ela a que mais sustentou argumentos, opiniões e pontos de vista favoráveis ao presidente: 14,55%. Na mesma medida, a posição “anti-Lula” de *Veja* é reforçada por ter sido ela a que menos empregou enquadramentos favoráveis ou positivos ao presidente, sendo apenas 3,78% de sua narrativa nesse sentido.

Se fosse estabelecida uma escala colocando nos extremos *CartaCapital* (pró-Lula) e *Veja* (anti-Lula), em termos de enquadramentos negativos do presidente, a revista *CartaCapital* se posicionaria no extremo esquerdo (6,5%), com menor percentual, sendo sucedida por *Época* (17,27%), *Istoé* (22,89%) e *Veja*, na extrema direita, com maior

percentual: 37,46%. *Época* estaria mais próxima a *CartaCapital* e *Istoé* mais próxima a *Veja*.

Gráfico 22 Percentual de enquadramentos negativos de Lula do total narrativo de cada revista

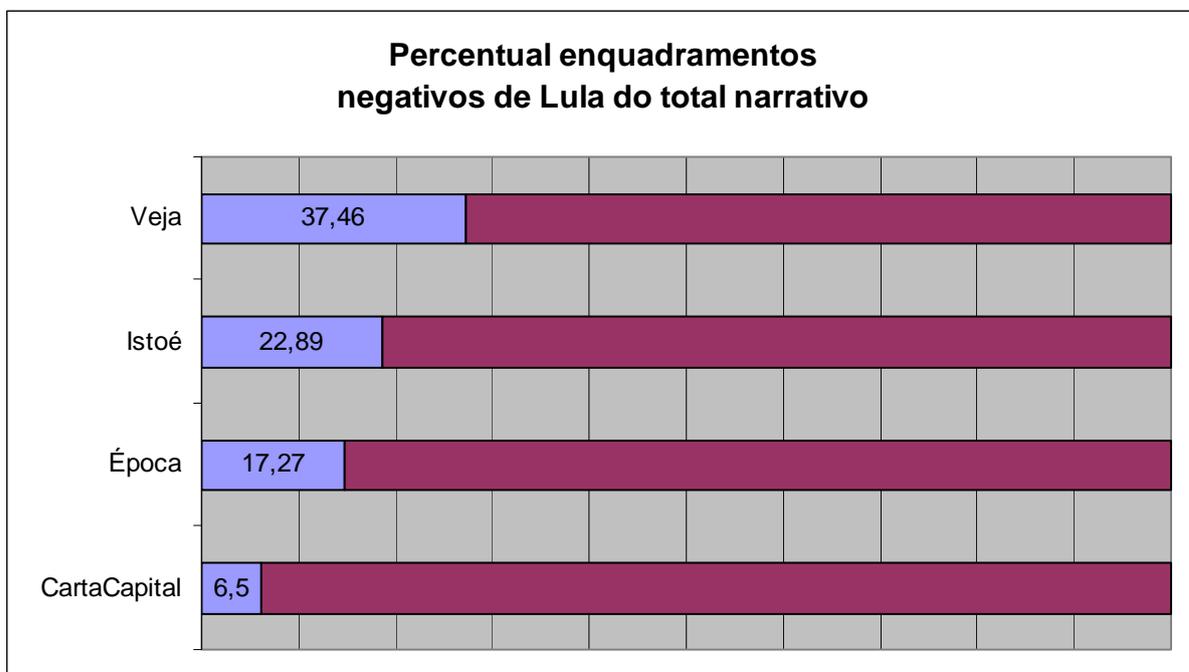
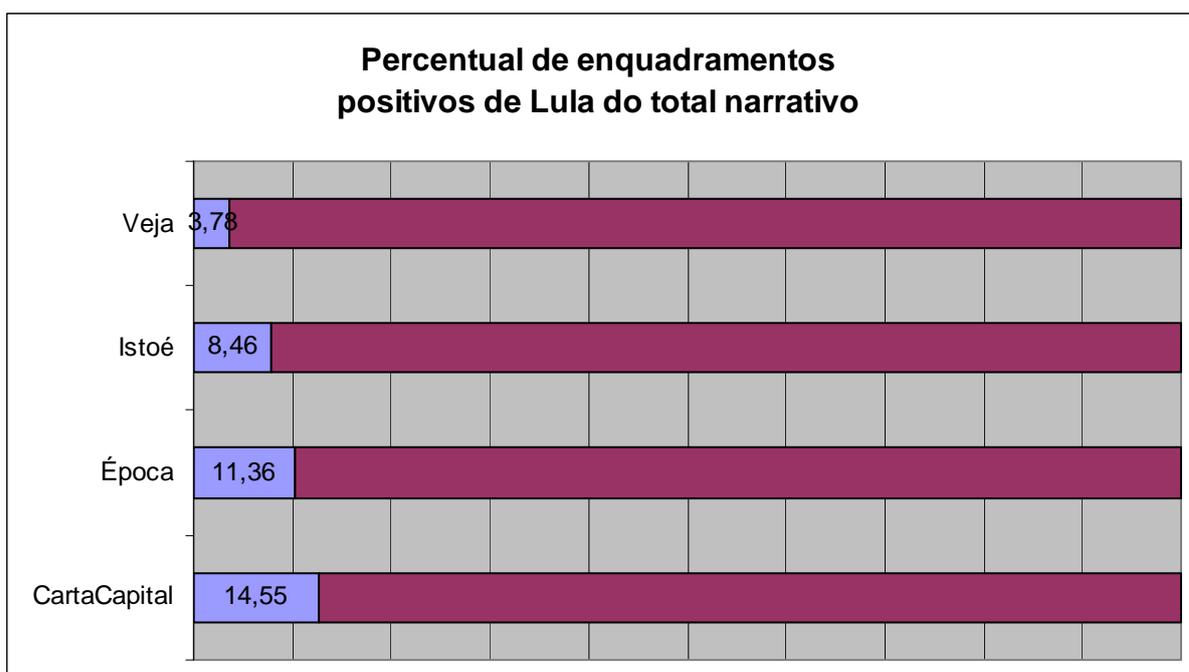


Gráfico 23 Percentual de enquadramentos positivos de Lula do total narrativo de cada revista



Um recorte separando “críticas / responsabilização direta” e “críticas / responsabilização indireta” relativos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostra que

ele foi o agente mais criticado, indiretamente – grosso modo, por incompetência, “más companhias” ou esvaziamento de credibilidade –, pelas revistas *Veja* e *Istoé* (gráficos nº 12 e nº 17).

Mas, se somadas as responsabilizações diretas e indiretas, somente *Veja* permanece tendo em primeiro lugar enquadramentos negativos a respeito de Lula em seu conjunto de referências analisadas. Para *Veja*, a soma de referências negativas / responsabilizadoras (diretas e indiretas) relativas a Lula ficam em primeiro lugar (109 menções), enquanto, para as demais revistas, o primeiro lugar fica para o PT (100 referências para *CartaCapital*, 64 para *Época* e 56 para *Istoé*).

De modo geral, o grande volume de críticas indiretas indica que todas as revistas em alguma medida apontaram defeitos na administração ou conduta do presidente Lula, mas a *Veja* se sobressaiu no que diz respeito a críticas diretas ao presidente (44 vezes ou 15,12%), relacionando-o diretamente ao “Escândalo do Mensalão”. Como foi dito anteriormente, *Veja* fez 22 vezes alusão à possibilidade de impeachment. Não o defendeu, propriamente, mas tratou-o como um temor (“fantasma”) e uma possibilidade concreta como instrumento democrático. É possível dizer que *Veja* não teve enquadramentos em defesa do impeachment nem disse que o cenário político que sucederia a destituição de Lula seria melhor ou mais promissor. O que a revista fez foi chamar a atenção com alguma frequência para essa possibilidade, em uma espécie de pressão coativa.

Veja assume posição de que, se Lula tomou conhecimento, ele já deve ser responsabilizado. E reforça a possibilidade de ele ter vindo a saber. A revista trata ainda da degeneração moral do presidente ocasionada pelas denúncias de corrupção, repercute pesquisas nas quais a população diz acreditar no envolvimento de Lula e faz referências à fragilidade da “blindagem” que o estaria protegendo na crise:

“A afirmação de que Lula não sabia de nada está se tornando dramaticamente inócua, pois o volume da roubalheira é tal que sua simples ignorância sobre os fatos já começa a comprometê-lo” (VEJA, 17/08/2005).

“As vaias a Lula rompem um dique de popularidade e carisma que outrora pareceu tão sólido – e de cuja robustez nenhum outro presidente da era democrática desfrutou” (VEJA, 14/09/2005).

Veja trata como verdadeiras as acusações de que Lula teria chegado ao Palácio do Planalto valendo-se de “operações financeiras clandestinas e fraudulentas”, o caixa dois, e de que ele endossou a tese de crime eleitoral para amenizar punições. Para os demais temas, no entanto (especificamente o “Mensalão”), *Veja* usa a conjunção condicional “se”, indicando hipótese ou condição, na perspectiva de “se for verdade, Lula estará em maus lençóis”:

“Se realmente foi informado de tudo e nada fez, o presidente Lula pode se tornar alvo de um processo de impeachment” (VEJA, 13/07/2005).

“No entanto, se as CPIs em curso no Congresso comprovarem a existência do mensalão e se for provado que o presidente foi informado de tudo, Lula estará numa situação crítica” (VEJA, 13/07/2005).

“Se Lula continuar deixando, a vida vai levá-lo aonde ele não quer ir. E aonde ninguém quer que ele vá” (VEJA, 10/08/2005).

A revista adota ainda a perspectiva de que as intenções de votos em Lula diminuíram (indicado por pesquisas), faz críticas à perpetuação da “barganha carguista” e à atitude populista, e diz que a governabilidade estaria ameaçada.

“Ao perpetuar esse ciclo perverso, que começa com a barganha carguista, passa pelo fisiologismo e acaba se degenerando na corrupção, o presidente Lula está perdendo uma oportunidade histórica de reformar antigos hábitos da política nacional” (VEJA, 29/06/2005).

Istoé, segundo lugar em enquadramentos negativos para Lula, por sua vez, trata o presidente como agente envolvido na crise, fala de decepção, insiste no prejuízo das “más companhias”, aborda a ameaça à reeleição e falhas administrativas, minando o arsenal de credibilidade do presidente. A revista chegou a dizer, em dada circunstância, que Lula desistiria da reeleição, mas depois reforçou o fato de que ele teria antecipado o calendário eleitoral. A revista reforçou ainda as acusações de financiamento irregular da campanha eleitoral de Lula, abordou a diminuição da intenção de votos diagnosticada pelas pesquisas e foi enfática ao delegar responsabilidade:

“‘Essa crise tem nome e sobrenome: Luiz Inácio Lula da Silva’, dizia um dirigente” (ISTOÉ, 22/06/2005).

“O mais decepcionado deles é o petista número 1 do País, Lula, que já começa a admitir aos amigos mais íntimos o que ninguém imaginava antes do vendaval: ele pode não disputar a reeleição” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“Várias cartas estão sendo colocadas na mesa de negociação para evitar o cerco total a Lula, uma delas a desistência do projeto de reeleição” (ISTOÉ, 03/07/2005).

“Só faltou a buchada de bode. A campanha presidencial de 2006 começou, de fato, na quarta-feira 3, quase um ano antes do que a lei permite, em Garanhuns, Pernambuco” (ISTOÉ, 10/08/2005).

“De repente, graças a Lula, a eleição distante dividiu manchetes com a ubíqua corrupção” (ISTOÉ, 10/08/2005).

“Mergulhado em denúncias de corrupção e acusado de paralisia política, Lula tenta sobreviver à CPI e à decepção de brasileiros” (ISTOÉ, 15/06/2005).

b) PT (críticas / responsabilização direta ou indireta)

O Partido dos Trabalhadores foi o agente que mais teve enquadramentos negativos pelas revistas na repercussão do “Escândalo do Mensalão”. É possível dizer que, além de ter recebido críticas, o PT foi, de fato, responsabilizado. Soma-se a isso, de modo geral, a postura das revistas com relação ao PT foi a mais polarizada de todas, ou seja, dentre todos os agentes analisados (Lula, PT e governo), foi maior a desproporção entre enquadramentos positivos e negativos relativos ao PT por parte de todas as revistas. A única que fugiu à regra foi a *Veja*, tendo como agente mais duramente atacado o governo, em termos de polarização (gráficos nº 19, 20 e 21). A revista não fez nenhuma menção positiva relativa a ele.

Qualitativamente, é possível inferir que a legenda foi responsabilizada *indiretamente* por *CartaCapital* e *Época*, que preferiram ressaltar o papel de membros específicos do partido como Delúbio Soares e Silvio Pereira, destacando o que chamamos de a “banda podre”, podendo ainda essa conduta ser evocada como referência às “más companhias” de Thompson (2002). Possivelmente, usou-se esse viés de reforçar uma conduta de “não colocar tudo no mesmo saco”, indicando que o PT poderia vir a ter salvação caso se dissociasse das “más companhias”:

“A cúpula do PT espera que o tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e o secretário-geral, Sílvio Pereira, entreguem seus cargos” (CARTACAPITAL, 22/06/2005).

“Certo ou errado, Dirceu, Delúbio e Pereira – integrantes do chamado campo majoritário – passaram a encarnar o ‘lado ruim’ do PT” (CARTACAPITAL, 13/07/2005).

“Apesar de ser uma vitória das acusações de Jefferson, a saída de Dirceu é considerada fundamental para a recuperação do PT” (ÉPOCA, 20/06/2005).

“O ex-secretário-geral Silvio Pereira, o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro Delúbio Soares montaram uma superestrutura no PT. Ela acabou engolindo o governo e provocando a crise que mina o poder do presidente Lula” (ÉPOCA, 11/07/2005).

As revistas *Istoé* e *Veja*, por sua vez, atacaram diretamente o PT (gráficos nº 12 e 17) tendo como alvo a reputação da legenda e atribuindo responsabilidade à sigla de modo geral.

c) Governo (críticas / responsabilização direta ou indireta)

Dentre os agentes analisados, o governo figurou nas últimas colocações em percentual críticas, enquadramentos negativos ou responsabilizações. No conjunto narrativo de *CartaCapital*, a proporção de responsabilização indireta do governo figura em 5º lugar (25 de 323 menções estudadas) e a responsabilização direta em 9º (8 de 323). É importante mencionar que, no caso de *CartaCapital*, os enquadramentos

positivos (25, em 6º lugar) quase alcançam o patamar de críticas / responsabilizações indiretas (29, em 5º lugar). A revista *CartaCapital* é a que apresenta maior equilíbrio entre críticas (60%) e referências positivas (40%) ao governo (gráfico nº 6). Já *Época*, *Istoé* e *Veja* apresentam considerável desproporção entre enquadramentos negativos e positivos (gráficos nº 11, 16 e 21), sendo *Veja* a mais polarizada de todas, com nenhuma referência positiva ao governo (gráfico nº 21). Para *Época*, dentre todas as referências ao governo, 84% são negativas e 16% positivas. O percentual apresentado por *Istoé* é 93% negativo e 7% positivo. *Veja*, por sua vez, apresentou 100% de enquadramentos negativos com referência ao governo.

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu foi o personagem que mais implicou o governo no “Escândalo do Mensalão”. Algumas revistas, no entanto, notadamente *CartaCapital* e *Época*, preferiram salientar a relação de Dirceu com o PT. Pelos critérios da análise, do total de 29 enquadramentos relativos à responsabilidade indireta do governo por parte de *CartaCapital*, 25 se referiam a José Dirceu (86,21%) e o restante às “más companhias” (base aliada ou membros do governo, como Gushiken). Para *Época*, o percentual de referências a José Dirceu no âmbito de culpa indireta do governo foi de 77,27% (17 de 22). As revistas *Istoé* e *Veja* seguiram padrão semelhante: 56,25% (9 de 16) e 75% (15 de 20), respectivamente para a implicação indireta do governo por conta de José Dirceu. Temos, novamente, o sentido explorado por Thompson (2002) de comprometimento por conta das “más companhias”. As revistas enfatizaram claramente a percepção, por parte dos envolvidos, da importância do afastamento de Dirceu para proteger Lula:

“Teatral, Jefferson produziu a seguinte frase: ‘Sai daí, Zé Dirceu. Sai daí rápido (*do Planalto*) para não fazer mal a um homem inocente, correto (*o presidente Lula, que, segundo Jefferson, desconhecia o esquema e, quando avisado, mandou interromper*)’” (CARTACAPITAL, 22/06/2005).

“Na noite anterior a seu depoimento no Conselho de Ética, Dirceu recebeu em casa uma romaria de ministros e dirigentes petistas. Oficialmente, foram todos demonstrar apoio. Na prática, boa parte aproveitou para dizer como seria bom para Lula se Dirceu deixasse a cena” (ÉPOCA, 08/08/2005).

“Para atenuar a crise, [Lula] deve anunciar uma reforma, que promete sangrar até os ‘companheiros’, como Dirceu e Aldo Rebelo Florência Costa e Luiz Cláudio Cunha” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“É difícil prever como o presidente Lula atravessará as investigações, para o bem de seu governo e de sua biografia. Embora ciente de que não tinha alternativa senão se livrar de José Dirceu, Lula manifestou certa perplexidade na semana passada” (VEJA, 22/06/2005).

d) Denúncias

Foi possível encontrar um padrão a respeito do enquadramento da credibilidade da denúncia de Jefferson. A análise indica que a maioria das revistas enquadraram as denúncias como críveis: houve 21 referências indicando veracidade e apenas 2 de questionamento, por parte de *Veja* (91,30% de aceitação); 24 indicando veracidade e 3 questionando, por parte de *Istoé* (88,89%); e 17 para veracidade e 3 para objeção, por parte de *Época* (85%). As revistas, inclusive, embasaram suas narrativas na denúncia de Jefferson à imprensa e em seus depoimentos formais às instâncias que investigavam o caso. Apenas *CartaCapital* apresentou tendência oposta, constituindo o que chamamos de isolamento: apenas 4 referências trataram as denúncias como críveis e 18 referências questionaram a credibilidade de Jefferson, reforçando sua performance teatral e seu convencimento pela retórica, entre outros atributos (apenas 18,18% de aceitação):

“Mesmo sem apresentar provas, o petebista venceu pela retórica. Até quando se incriminou, ao assumir ter recebido dinheiro para a campanha eleitoral sem declará-lo, foi tratado com condescendência” (CARTACAPITAL, 22/06/2005).

“Jefferson, acusador e acusado de corrupção, vai continuar a dar um show que já provoca cansaço” (CARTACAPITAL, 10/08/2005).

“O que pesa contra ele é a afirmação do deputado Roberto Jefferson de que ele era o chefe do esquema do mensalão, embora, como se viu [...], nada do que ele disse foi comprovado” (CARTACAPITAL, 14/09/2005).

“Mesmo sem apresentar provas e centrada em uma denúncia que já havia vindo a público no ano passado [...] a entrevista de Roberto Jefferson [...] desencadeou uma série de acontecimentos, cujas conseqüências estão longe do controle do Palácio do Planalto” (CARTACAPITAL, 15/06/2005).

“[...] o apartamento do presidente do PTB virou uma central de boatos [...]” (CARTACAPITAL, 15/06/2005)

e) Referências à elite / conspiração / establishment

Os gráfico nº 2, nº 7, nº 12 e nº 17 apontam baixa referência à elite, *establishment* ou tese de conspiração contra o governo Lula, figurando quase sempre nas últimas posições (0,93% para *CartaCapital* em 12º lugar entre as 13 categorias analisadas, 0% para *Época* em último lugar e 0,5% para *Istoé* em último lugar). *Veja* foi a que mais fez referências ao *establishment* (3,78% em 10º lugar entre as suas categorias). Considerada a perspectiva de Chibnall (1977, apud SOUSA, 2006) de que a sociedade lingüística é simbolicamente dividida entre “nós” e “eles”, sendo “eles” os que fazem coisas fora do consenso entendido como correto e estruturante da sociedade – os “marginais”, “subversivos” ou “criminosos” – e “nós” a categoria de pessoas dentro do consenso e do bom senso, *Veja* recorre ao artifício de responsabilizar “eles” por tese de conspiração contra o governo Lula. A revista critica ou ironiza essa tese, assumindo marcadamente enquadramentos críticos quanto a esses pensamentos:

“O outro sinal eloqüente da concepção petista apareceu na catilinária segundo a qual há uma conspiração em marcha contra o governo” (VEJA, 29/06/2005).

“O discurso de que se prepara um golpe branco para desestabilizar a administração petista serve para desviar a atenção pública do ponto essencial – a corrupção no governo –, mas também revela o clima partidista em que vivem os mais destacados líderes do PT” (VEJA, 29/06/2005).

“[...] o argumento, ao qual se agarram como a uma bóia os caciques petistas com medo de submergir na lama, de que tudo (as denúncias, os esquemas, as entrevistas bombásticas) não passa de um complô contra o ‘governo operário’ – complô das ‘elites’, decerto” (VEJA, 29/06/2005).

“[...] para não falar daquela malandragem de dizer que todas as acusações são ‘golpismo das elites contra o governo operário’ (operário ou de operadores?) – todos esses argumentos e justificativas pífios, se não convenciam, agora irritam” (VEJA, 13/07/2005).

A respeito de *CartaCapital*, nas três referências que faz ao conceito de “elite”, é possível estabelecer o entendimento de que a revista trata como plausível a existência de um estigma social, cultural, político e econômico que paira contra o presidente Lula:

“Com isso, como reafirma dom Luciano, o episcopado não teme o que os jornais, parte da elite e políticos da oposição chamam de chavismo, ou seja, que Lula busque apoio na população carente, tal como o presidente venezuelano Hugo Chávez” (CARTACAPITAL, 24/08/2005).

“Mas está cada vez mais convencido de que, a despeito dessas falhas de integrantes do partido, parte da investida contra ele [Lula] e o governo resulta de preconceito da classe” (CARTACAPITAL, 07/09/2005).

“Na história do País, a imprensa sempre amplificou crises. E sempre com o sentido de apoiar as forças mais conservadoras” (CARTACAPITAL, 14/09/2005).

Istoé, por sua vez, na única referência que faz ao tema, usa aspas para abrir os conceitos à conotação:

“[...] Lula recebeu no Salão Oval um manifesto de 43 movimentos sociais e ONGs que classifica as denúncias, carimbadas de ‘factóides’, como uma ‘tentativa de desestabilização política do governo’” (ISTOÉ, 29/06/2005).

f) Referências à oposição

CartaCapital foi a revista com maior número de menções à oposição, com 19,5% das referências estudadas, seguida de *Época* (13,64%), *Istoé* (11,94%) e *Veja* (7,22%).

Novamente em pólos opostos, *CartaCapital* e *Veja* enquadram de maneira antagônica o item. Conforme explicado anteriormente, *CartaCapital* frisou o que chamou de “deleite” da oposição com o infortúnio do adversário, a unidade de ação dos opositores em contraste com a desorientação petista (desorientação que denota ingenuidade, inocência ou simplicidade), a ação cautelosa deles por reconhecer a ligação de Lula com o povo, e a intenção de enfraquecer Lula aos poucos, entre outros aspectos.

Veja, por sua vez, reforçou o desejo de Lula de se aproximar da oposição (e resistência dos opositores quanto a isso), a contribuição da oposição para ajudar a preservar Lula (que pode ser subentendida como cautela ou, ainda, estratégia), assim como a falta de motivação, até um dado momento, por parte da oposição, para promover o impeachment.

“[...] presidente, cuja figura vinha sendo cuidadosamente preservada até pela maior parte da oposição” (VEJA, 27/07/2005).

“Apesar da notável piora da situação geral na semana passada, a oposição não parece motivada para promover o impeachment de Lula” (VEJA, 27/07/2005).

“Na última semana, o senador petista Delcídio Amaral sondou colegas da oposição, como os tucanos Tasso Jereissati e o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, e não encontrou disposição para tirar Lula do cargo” (VEJA, 27/07/2005).

6.1.3 O consenso em torno da responsabilidade do PT

Considerando-se os agentes mais criticados / responsabilizados pelo “Escândalo do Mensalão” – Lula e o PT – um gráfico comparativo a respeito do comportamento das

revistas mostra que, dentre eles, houve maior consenso ou percentuais próximos a respeito dos enquadramentos que imputam responsabilidade ao PT.

Os seis gráficos seguintes comparam as quatro revistas em termos de enquadramentos negativos e positivos para cada agente (Lula, o PT e o governo) expressos no âmbito narrativo de cada uma – composto, conforme já mencionado, de 10 matérias da revista *CartaCapital*, 10 matérias da revista *Época*, 11 matérias da revista *Istoé* e 20 matérias da revista *Veja*, que deram origem a 1035 expressões e frases aptos a serem categorizados.

É possível observar que, em relação ao enquadramento negativo ou responsabilização do PT, as colunas são as mais próximas (gráfico nº 24). Os demais gráficos, relativos aos outros itens, apresentam colunas díspares.

Em termos numéricos, para o Partido dos Trabalhadores, a diferença entre o maior percentual de críticas / responsabilizações (*CartaCapital*, com 30,96%) e o menor percentual (*Veja*, com 24,74%) é de 6,22 pontos percentuais, um desnível pequeno, como pode ser observado no gráfico nº 24. Já com relação a Lula, há um desnível consideravelmente maior: a diferença entre o maior percentual de críticas / responsabilizações (*Veja*, com 37,46%) e o menor (*CartaCapital*, com 6,5%) é de 30,96 pontos percentuais, como pode ser observado no gráfico nº 25.

Gráfico 24 Enquadramentos negativos do PT: comparativo entre as revistas

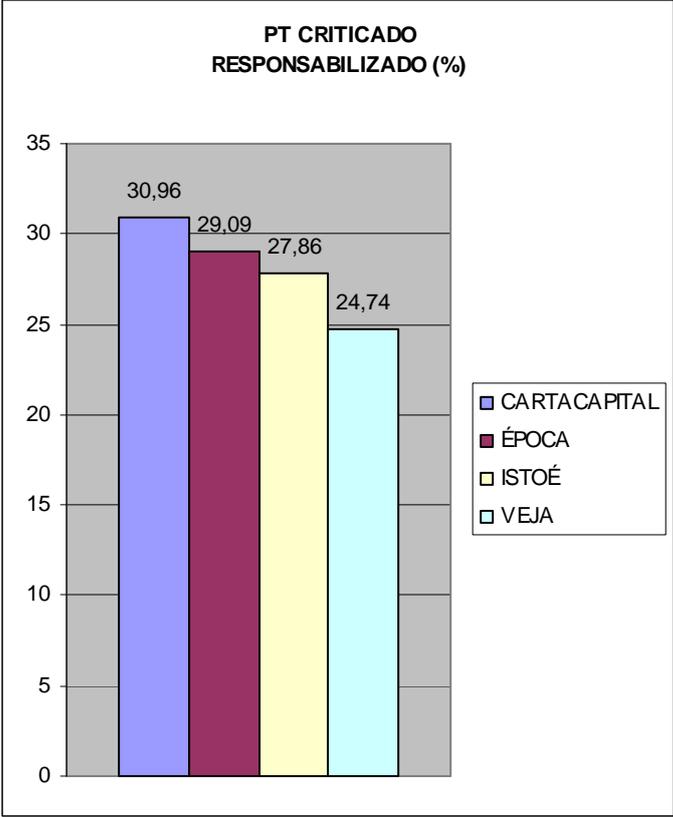
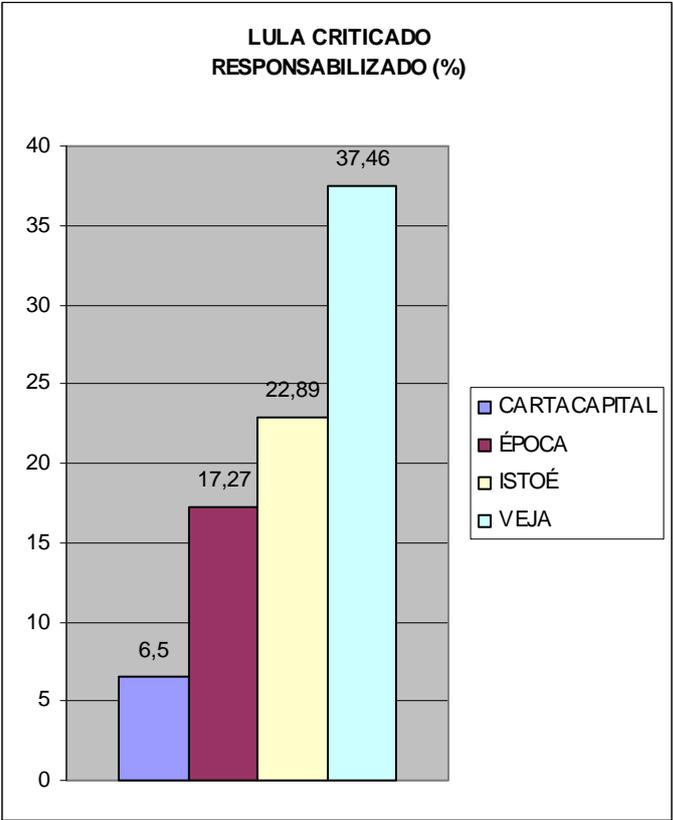


Gráfico 25 Enquadramentos negativos de Lula: comparativo entre as revistas



As revistas também apresentaram certa unidade quanto ao tratamento dado ao governo (gráfico nº 26), mas, entre os agentes analisados – Lula, PT e governo – ele figura como o menos referenciados pela crise (4º lugar para *CartaCapital* e 3º lugar *Época, Istoé e Veja*).

No que diz respeito aos tratamentos *positivos* para os agentes, as diferenças entre os maiores e menores níveis são da ordem de 1,58 ponto percentual para enquadramentos positivos do PT (gráfico nº 27), de 10,77 para enquadramentos positivos de Lula (gráfico nº 28), e de 7,74 para enquadramentos positivos do governo (gráfico nº 29). Em outras palavras, houve também proximidade (diferença de apenas 1,58 ponto percentual) entre os enquadramentos positivos dados ao PT (todos *notadamente baixos*).

Dessa maneira, pode-se apontar que os maiores desníveis de enquadramento se concentram no tratamento dado ao presidente Lula: para enquadramentos *positivos*, diferença de 10,77 pontos percentuais entre *CartaCapital* (a revista que mais teve referências positivas) e *Veja* (a revista que menos teve referências positivas) e diferença de 30,96 para enquadramentos *negativos* encontrados entre essas duas revistas, que figuram em pólos opostos.

Gráfico 26 Enquadramentos negativos do governo: comparativo entre as revistas

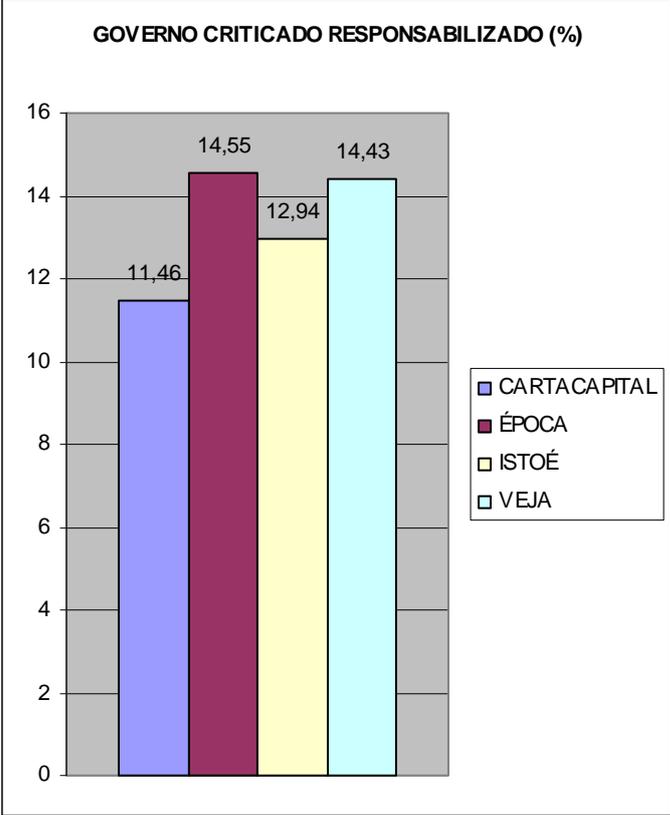


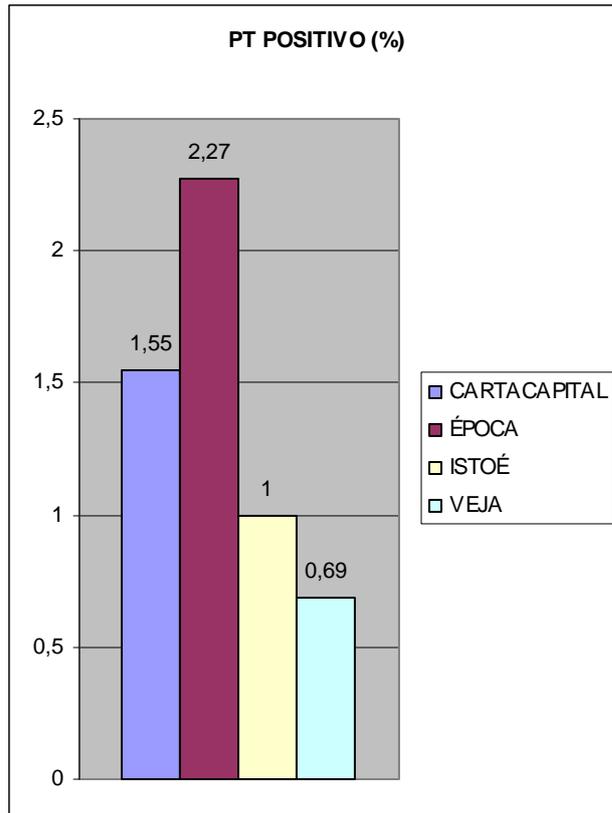
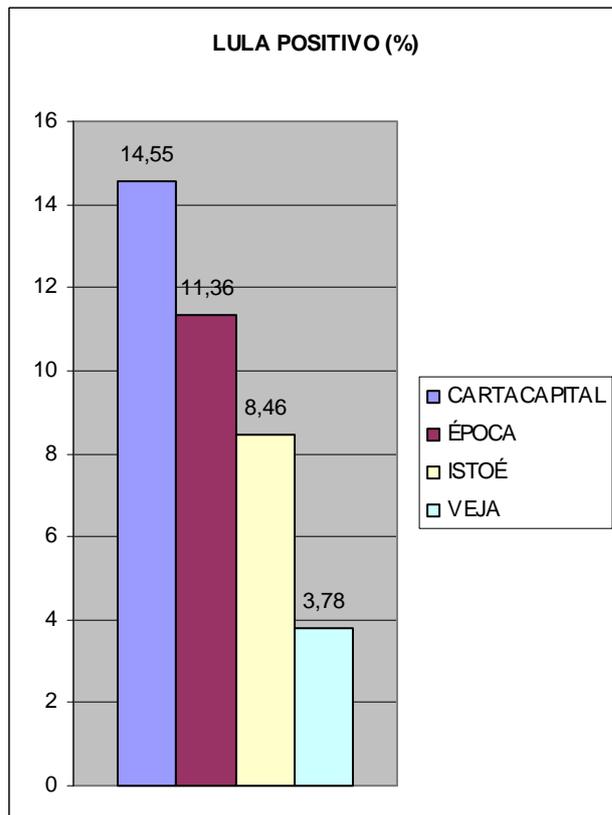
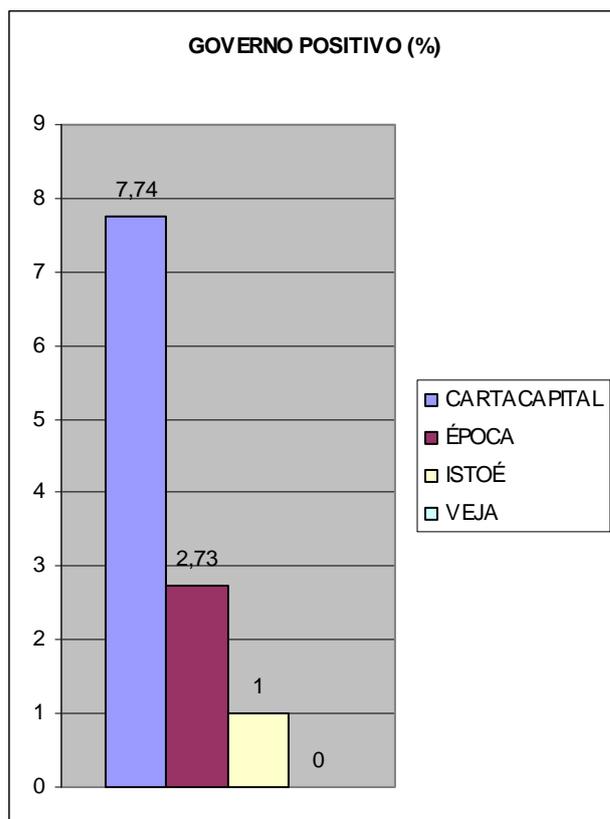
Gráfico 27 Enquadramentos positivos do PT: comparativo entre as revistas**Gráfico 28** Enquadramentos positivos de Lula: comparativo entre as revistas

Gráfico 29 Enquadramentos positivos do governo: comparativo entre as revistas

6.2 Interpretação

O fenômeno político de uma denunciada cooptação da base aliada do governo mediante pagamento, conhecido como “Escândalo do Mensalão”, provocou considerável abalo político-institucional e midiático, atraindo os holofotes da mídia brasileira por meses ininterruptos no segundo semestre de 2005. A maneira pela qual a crise se apresentou (denúncia na mídia) e se desenrolou (publicização midiática e modo de desaprovação midiático) a caracterizou como um “Escândalo Político Midiático”, o que significa que as reportagens trataram o tema da forma prevista na perspectiva da teoria social do escândalo. A análise de enquadramento empreendida nesta pesquisa veio, portanto, confirmar a teoria elaborada por Thompson (2002) a respeito de elementos característicos destes tipos de matérias, referentes a escândalo político midiático.

A análise do referido autor foi usada como diretriz para nortear o trabalho, sendo encontrados elementos que, de maneira geral, configuram os escândalos políticos, como a representação midiática a respeito do empenho das figuras envolvidas em dissociar-se das “más companhias” e o foco na representação das reações dos adversários políticos

frente ao malogro do concorrente. A *teoria do escândalo político* enfatiza ainda a propensão da mídia em reforçar e explorar o conceito do escândalo como um elemento que oferece ameaça à reputação e à confiança, bem como o comumente encontrado desvio do foco de atenção para transgressões de segunda ordem, entre outras características apontadas por Thompson (2002).

O “Escândalo do Mensalão” propiciou consideráveis referências ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tanto pelas suas atribuições enquanto chefe do governo como pela carga simbólica de sua trajetória política, alicerçada em preceitos de ética e ruptura – ou não comprometimento – com a chamada elite social, econômica e política do País. Lula foi o agente mais referenciado e de maior número de enquadramentos negativos. Conforme apontado nos gráficos anteriores, ele recebeu, sobretudo, críticas indiretas, a respeito de omissão, inação, “más companhias” ou incompetência – sendo consideravelmente menos recorrente uma responsabilização *direta* pelo “Escândalo do Mensalão”.

A crise tornou Lula um alvo de críticas – especificamente por parte de *Istoé* e *Veja* –, sendo grande parte das referências sobre ele a respeito do que Thompson (2002) chama de transgressões de segunda ordem. Conforme frisado anteriormente, as transgressões de segunda ordem constituem faltas secundárias ou derivadas, que podem até vir a tomar proporções maiores do que as infrações que propriamente originam o escândalo. É comum em escândalos políticos midiáticos que o foco seja desviado do fator que originou o escândalo. Nos enquadramentos a respeito de Lula, foi preponderante o número de referências à sua “inabilidade” para gerir a crise, seja por omissão, despreparo ou incompetência, segundo as revistas, como pelo erro de estar associado a “más companhias” ou suscetível a falhas políticas ocasionadas pela base aliada, que, para a maioria das revistas, foi escolhida de maneira não satisfatória.

Em consonância com a teoria social do escândalo, as revistas ressaltaram o esforço de Lula para se afastar de figuras comprometidas com a crise. Nesse sentido, a demissão de José Dirceu – figura que comprometia tanto o PT como o governo – foi um tema bastante explorado no sentido de “dissociação das más companhias”.

As revistas também trataram do distanciamento de Lula do Partido dos Trabalhadores, o agente mais responsabilizado pelo “Escândalo do Mensalão”. Tanto *Época* como *CartaCapital* enquadraram o PT como *indiretamente* responsável, apontando pessoas responsáveis, muito embora se possa questionar se foram nomeadas as pessoas certas ou se essa conduta foi uma estratégia para afastar a

responsabilidade de Lula. Os nomes mais citados foram o do tesoureiro Delúbio Soares e do secretário-geral Silvio Pereira.

Veja e *Istoé*, por sua vez, atribuíram responsabilização e fizeram críticas *diretas* ao PT. Ao contrário de *CartaCapital* e *Época*, cuja tendência foi destacar as pessoas comprometidas do partido, *Istoé* e *Veja* enfatizaram o escândalo como um elemento que oferecia ameaça direta à reputação da legenda, comprometendo toda a coletividade. Esse tipo de conduta (minar a reputação de pessoas e entidades) pode ser relacionada ao próprio conceito de escândalos políticos: “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002, p.296). No cenário atual, no qual sobrepuja a política da confiança, com eleições regulares que pressupõem uma reafirmação periódica da legitimidade do poder simbólico exercido pelos políticos, a mídia coloca em discussão justamente a reputação dos envolvidos. A história do PT, alicerçada em preceitos de ética, o tornou um alvo vulnerável a esse tipo de enquadramento diante de denúncias de corrupção.

Ainda nesse contexto de disputa, grupos de interesse estão continuamente empenhados em atacar seus “concorrentes”. Qualquer infortúnio que venha a prejudicar o desempenho do adversário será celebrado pelo opositor. Todas as revistas, em alguma medida, estiveram atentas a esse aspecto. *Carta Capital* foi a revista com maior número de referências às reações dos adversários políticos, mas todas as revistas, de modo geral, enquadraram a oposição como estrategista e cautelosa. Pode-se apontar dois tipos de enquadramento a esse respeito: a oposição agiu de forma ponderada por reconhecer o potencial de Lula e a ligação dele com o povo (*CartaCapital* e *Época*) ou agiu assim por temer que danos imponderados ao presidente poderiam fazer sobrevir o caos (*Istoé* e *Veja*).

Essas considerações a respeito da teoria dos escândalos, de Thompson (2002), ajudaram a complementar a análise de enquadramento, proporcionando entendimento das motivações que fizeram de um evento (acusação de pagamento para cooptação da base aliada) um escândalo político midiático (“Escândalo do Mensalão”) e proporcionando um melhor entendimento do que esteve realmente em jogo quando o fenômeno eclodiu.

A análise de enquadramento, aliada à teoria dos escândalos políticos, desvelou um panorama a respeito da organização dos discursos das revistas relativos “Escândalo do Mensalão”, enquadramentos através dos quais o acontecimento foi apresentado e em

conseqüência do qual os textos receberam um molde interpretativo capaz de comportar ou implicar determinados significados.

Embora partamos do ponto de vista de que o parâmetro de equilíbrio binário não deva ser a diretriz única de estudos de textos jornalísticos (e que porções niveladas no que diz respeito à medição de tempo, espaço e menções positivas, negativas ou neutras não significam necessariamente objetividade), fazer uso desse critério (conjugado a outros, como a teoria dos escândalos políticos e o tratamento do aspecto da “seletividade” – partindo de uma abordagem de entendimento do “poder” preconizada pela análise de enquadramento) foi importante para estabelecer o nível de partidarização de cada revista expresso nos enquadramentos observados.

Todas as revistas apresentaram posturas bastante críticas com relação ao PT, rigidamente orientada a enquadramentos adversos, com grande desproporção entre pontos de vista positivos e pontos de vista negativos (conforme evidenciam os gráficos nº 4, 9, 14 e 19). De modo geral, o PT foi bastante criticado sem a contrapartida de um ponto de vista divergente (favorável, no caso). *Veja* foi a mais radical de todas a respeito de todos os agentes: Lula, o governo e o PT. Como foi dito, *CartaCapital* deve uma tendência que podemos chamar de “pró-Lula” (com tratamento mais positivo do que negativo, como aponta o gráfico nº 5) e *Veja*, opostamente, teve uma tendência francamente “anti-Lula” (enquadramentos desproporcionalmente negativos, como evidencia o gráfico nº 20). *Época* criticou de maneira moderada o presidente da República (60% de críticas e 40% de aspectos positivos, como indica o gráfico nº 10), enquanto o comportamento de *Istoé* aproxima-se de um perfil “anti-Lula” (gráfico nº 15), embora não tão incisivo quanto o de *Veja*.

Pode-se dizer que os tratamentos dados ao mensalão por parte das revistas apresentaram nuances e, eventualmente, contrastes. Todas as revistas mostraram-se influenciadas por características peculiares ao seu universo institucional, político e ideológico.

Na nossa concepção, os contrastes em termos de seletividade de aspectos favoráveis ou desfavoráveis ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva constituem o viés que mais evidenciou a partidarização das revistas estudadas. Como foi dito, durante o escândalo, os holofotes estiveram em direção ao presidente da República, e as revistas empregaram sua narrativa em um tratamento deliberadamente negativo (*Veja*) ou francamente favorável (*CartaCapital*). Esta teve uma nítida propensão a destacar aspectos favoráveis ao presidente Lula (69%), deixando em segundo plano

enquadramentos que colocassem em discussão a responsabilidade do chefe de governo pelo que acontecia ao seu redor (31%).

Um dado importante da análise é que esses enquadramentos desfavoráveis a respeito de Lula, reforçados por *Veja* e *Istoé* estão relacionados principalmente ao que Thompson (2002) chama de “transgressões de segunda ordem” (no caso, inação, omissão, incompetência), o que significa dizer que em termos de *responsabilização* pelo próprio mensalão, o presidente foi preservado. Essa atribuição recaiu sobre o Partido dos Trabalhadores, que recebeu enquadramentos responsabilizadores por parte de todas as revistas, o que chamamos de *consenso*.

Apesar dos contrastes no tratamento dado ao presidente Lula, nenhuma revista propôs uma atitude saneadora ou drástica. Mesmo as revistas que mais “atacaram” Lula – *Istoé* e *Veja* – não chegaram a defender o impeachment. A análise qualitativa apontou que as críticas de *Veja* a Lula se mostraram calculadas na medida em que o impeachment não interessava às revistas. Em outras palavras, o estudo inferiu que as críticas ao presidente foram delimitadas por uma postura cautelosa, distante de um caráter saneador ou imponderado.

Se o que está em jogo quando eclode um escândalo político midiático são as fontes de poder simbólico, e se há o entendimento de que as eleições periódicas pressupõem uma reafirmação da legitimidade desse poder simbólico exercido pelos políticos, a vitória de Lula nas eleições do ano seguinte (2006) reforça o conceito de que a imagem dele foi preservada durante o “Escândalo do Mensalão”. No nosso entendimento, esse fenômeno tem causas complexas, mas é possível colocarmos em discussão três fatores aos quais ele pode ser atribuído:

- 1) Lula, de fato, é um símbolo político. Fez-se a personificação dos anseios e das condições da população brasileira e despertou o “prazer da identidade” (SCHWARTZENBERG, 1978) construído ao longo do tempo, servindo-se ainda da adesão que suscita por identidade. Terminou por conquistar, depois de 13 anos (se considerado o trajeto a partir das eleições de 1989), a chamada elite brasileira, desfrutando, na época do “Mensalão”, de considerável aprovação no âmbito da economia, o que lhe deu sustentação.

- 2) Falta de alternativas políticas convenientes ou sustentadas. Algumas revistas especificaram esse sentimento, conforme os exemplos a seguir:

“Isso significa que, enquanto não houver um candidato de oposição com grande potencial eleitoral, Lula continuará surfando sobre a crise” (ÉPOCA, 20/06/2005).

“O medo do PSDB é que, com o agravamento da crise, sobrevenha o caos, pondo por terra até mesmo os planos dos tucanos de vencer as eleições de 2006” (ISTOÉ, 15/06/2005).

“[...] Não interessa a nenhum de nós um fracasso completo das instituições, que só beneficiaria opções extravagantes e aventureiras de poder”, explica o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante” (ISTOÉ, 15/06/2005).

- 3) Grau de comprometimento da mídia com o poder instituído. A gama de interesses que permeia a publicização do poder não pode deixar de ser considerada como elemento balizador no momento em que se imprime determinado ponto de vista à construção da narrativa jornalística. Ainda que persigam regras de isenção, imparcialidade e objetividade, os veículos de comunicação constroem seus discursos em contextos históricos, ideológicos e institucionais que deixam marcas nos conteúdos. Por isso, as narrativas das revistas foram, em grande medida, pautadas pelo contextos institucionais, históricos e ideológicos atrelados a elas.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho, cuja proposta foi analisar os enquadramentos das quatro principais revistas semanais brasileiras – *CartaCapital*, *Época*, *Istoé* e *Veja* – a respeito do fenômeno político conhecido como “Escândalo do Mensalão”, produziu um panorama do comportamento das revistas a respeito dos três principais agentes selecionados para a análise: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo e o Partido dos Trabalhadores. Em consonância com a *teoria dos escândalos políticos*, esse panorama abrangeu ainda as abordagens e pontos de vista a respeito da oposição ou adversários, bem como do *establishment*. Foi objeto da análise ainda o tratamento a respeito da credibilidade das denúncias do então deputado Roberto Jefferson, capazes de propiciar um ambiente fértil para irromper um escândalo político midiático. Após entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, no dia 6 de junho de 2005, em que Jefferson denunciou o que foi chamado de cooptação da base aliada mediante pagamento, foram produzidas capas praticamente ininterruptas sobre o tema, de junho a setembro de 2005.

A análise de enquadramento empreendida neste trabalho sugeriu nuances – e contrastes significativos – entre as quatro revistas estudadas. A intenção não foi atribuir-lhes um padrão ou rótulo comportamental, mas estudar especificamente suas narrativas relativas ao “Escândalo do Mensalão” e seus principais agentes – Lula, o governo e o PT. Nesse sentido, foi estudado como a mídia considera ou descarta determinados pontos de vista ou atributos em um contexto de crise política.

Levamos em conta que a democracia criou um terreno favorável para diversidade de abordagens e para a liberdade para expressão de pontos de vista divergentes, mas que muitas vezes a narrativa jornalística é influenciada por fatores e valores diversos àqueles preconizados pela democracia e pela objetividade jornalística. É possível dizer que as nuances e contrastes a respeito do tratamento dado ao “Escândalo do Mensalão” reforçaram o entendimento de que constrangimentos políticos, econômicos e institucionais estão em jogo quando se trata da representação da realidade operada pela mídia.

Levando em conta o papel vigilante da mídia e o próprio conceito de democracia, entendemos que a comunicação midiática deveria abarcar, senão toda, ao menos grande parte a sociedade em sua diversidade e dar voz de maneira equitativa, o que,

segundo nosso ponto de vista, apesar de constituir uma utopia, não pode deixar de ser um ideal.

Foram encontradas diferenças de tratamento entre as revistas, mas, no âmbito interno de cada uma, o espaço a diferentes vozes se mostrou limitado por uma tendenciosidade – ou o que podemos chamar de partidarização – sugerida por uma análise quantitativa e confirmada por uma análise qualitativa, ambas no âmbito da análise de enquadramento. Os relatos não foram deliberadamente parciais, mas estiveram circunscritos ao que se pode chamar de “matriz ideológica” (HACKET, 1984 apud TRAQUINA, 1999). Ou seja, cada revista reduziu e limitou o repertório jornalístico e tornou as escolhas narrativas limitadas pelo seu respectivo contexto social, histórico e político-ideológico.

Esta pesquisa contribuiu para traçar um panorama das representações operadas pelas quatro principais revistas semanais brasileiras a respeito do “Escândalo do Mensalão”. O trabalho ofereceu elementos para a reflexão a respeito dos enquadramentos das revistas sobre o tema, partindo do entendimento de que o ponto de vista, a abordagem e os critérios de seletividade alteram a forma final das notícias ao serem estampadas na mídia. Nosso estudo indica uma partidarização política das principais revistas semanais brasileiras, expressa em enquadramentos distintos de um escândalo político, notadamente no que diz respeito as seus principais agentes – Lula, o governo e o PT, com destaque para Lula. Existiu consenso (por exemplo, a respeito da responsabilidade do PT), isolamento (de *CartaCapital*, ao questionar a veracidade ou credibilidade das denúncias) e conflitos de extremos (*CartaCapital* configurando-se como “pró-Lula” e *Veja* como “anti-Lula”), observados entre as revistas, caracterizando tanto uma diversidade de pensamentos livremente expressados pelos veículos de comunicação como um repertório jornalístico delimitado pelos contextos históricos, institucionais e político-ideológicos das revistas.

Os resultados apresentados limitam-se aos itens estudados e critérios estabelecidos, e às circunstâncias espaciais e temporais estabelecidas, mas foram importantes para a percepção de como esse fenômeno se operacionalizou especificamente para as quatro revistas no contexto do “Escândalo do Mensalão”. Por serem históricos, os resultados e considerações desse trabalho podem vir a ser redefinidos a qualquer momento.

É possível dizer que panorama estabelecido atendeu aos objetivos a que se propôs essa pesquisa e trouxe contribuições importantes a respeito do relacionamento

da mídia com o poder a partir da representação que faz de um importante fato político do ano de 2005: o “Escândalo do Mensalão”. Novas pesquisas sobre Escândalos Políticos Midiáticos precisam ser feitas, comparando a atuação de veículos de comunicação a respeito de diferentes escândalos, bem como pesquisas sobre a história e atuação das revistas *CartaCapital*, *Época*, *Istoé* e *Veja*, a fim de compreendermos melhor o processo de partidarização das revistas semanais de informação brasileiras e seu papel no processo político nacional. É preciso ainda que se coloque em discussão os limites dessas representações, estudando em que medida elas poderiam vir a influenciar o processo de recepção.

8 REFERÊNCIAS

AITH, Marcio. Palocci na linha de tiro. *Veja*, São Paulo, n. 34, p. 60-68, 24 ago. 2005.

ALDÉ, Alessandra. A construção da política: democracia, cidadania e meios de
AMARAL, Oswald E. A estrela não é mais vermelha. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

ARNS, Zilda. Superação das desigualdades sociais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3112200409.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo ou UOL.

AULER, Marcelo. Uma prece silenciosa. *CartaCapital*, São Paulo, n. 356, p. 36-37, 24 ago. 2005.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: CONGRESSO DA BRASA, 8., 2006, Nashville.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”. Brasília, DF, v. 2, abr. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Senado Federal. Transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva dos depoentes Jairo Martins de Souza, Edgard Lange e José Fortuna. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/jairo_lange_fortuna05jul.htm>. Acesso em: 12 ago. 2008.

CABRAL, Otávio. A chantagem. *Veja*, São Paulo, n. 30, p. 58-60, 27 jul. 2005a.

CABRAL, Otávio. A pátria mandou recado. *Veja*, São Paulo, n. 37, p. 84-85, 14 set. 2005b.

CABRAL, Otávio. Duda: A verdade que arrasa. *Veja*, São Paulo, n. 33, p. 58-64, 17 ago. 2005c.

CABRAL, Otávio. Morte da ética em Severino. *Veja*, São Paulo, n. 36, p. 56-58, 07 set. 2005d.

CABRAL, Otávio. Nocaute. *Veja*, São Paulo, n. 25, p. 46-53, 22 jun. 2005e.

CABRAL, Otávio. O assalto ao Estado. *Veja*, São Paulo, n. 26, p. 58-67, 29 jun. 2005f.

CABRAL, Otávio. O PT assombra o planalto. *Veja*, São Paulo, n. 24, p. 52-63, 15 jun. 2005g.

CARNEIRO, Marcelo; LINHARES, Juliana. Da utopia ao caos. *Veja*, São Paulo, n. 38, p. 44-51, 21 set. 2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 179-194, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a13.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

CARTA, Mino. Carta ao leitor. *Revista Istoé*, n.1, p.7, mai. 1976.

CARVALHO, Ana. Lula encolheu. *Istoé*, São Paulo, n. 1871, p. 26-29, 24 ago. 2005.

CASO Herzog: Confira as duas notas divulgadas pelo Exército. *Época*, São Paulo, 10 out. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG67052-6009,00->

CASO+HERZOG+CONFIRA+AS+DUAS+NOTAS+DIVULGADAS+PELO+EXERCITO.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

CERVI, Emerson. A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais 2002. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/cervi-emerson-imprensa-eleicoes-2002.html>>. Acesso em: 17 ago. 2006.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. *Journal of Communication*, vol. 57, p. 99-118, 2007.

CHOQUE de realidade. *Veja*, São Paulo, n. 33, p. 56-57, 17 ago. 2005.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 14, abr. 2001.
comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CÔRTEZ, Celina; FILHO, Francisco Alves. Educação é a saída. *Istoé*, São Paulo, n. 1874, p. 44-47, 14 set. 2005.

COSTA, Florência. Declaração de guerra. *Istoé*, São Paulo, n. 1862, p. 26-30, 22 jun. 2005a.

COSTA, Florência. Punhaladas. *Istoé*, São Paulo, n. 1865, p. 31-33, 13 jul. 2005b.

COSTA, Florência; CUNHA, Luiz Cláudio. Desencanto petista. *Istoé*, São Paulo, n. 1861, p. 26-36, 15 jun. 2005.

CUNHA, Luiz Cláudio. Guerra de palanque. *Istoé*, São Paulo, n. 1869, p. 26-32, 10 ago. 2005a.

CUNHA, Luiz Cláudio. Lula reforça a blindagem. *Istoé*, São Paulo, n. 1870, p. 26-32, 17 ago. 2005b.

CUNHA, Luiz Cláudio. O fio da navalha. *Istoé*, São Paulo, n. 1873, p. 26-30, 07 set. 2005c.

CUNHA, Luiz Cláudio. Querosene na fogueira. Istoé, São Paulo, n. 1863, p. 30-34, 29 jun. 2005d.

DIAS, Mauricio. Com gosto de sangue. CartaCapital, São Paulo, n. 348, p. 34-36, 29 jun. 2005b.

DIAS, Mauricio. O fator reeleição. CartaCapital, São Paulo, n. 350, p. 24-28, 13 jul. 2005a.

ENTENDA a CPI do Mensalão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71874.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo ou UOL.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, n. 43, v. 4, p. 51- 58, 1993.

ENTMAN, Robert. Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the Kal and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, v. 41, n. 4, p. 6-27, 1991.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. In: LEVY, Mark, GUREVITCH, Michael (Eds.). *Defining Media Studies: Reflections on the Future of the Field*. New York: Oxford University Press, 1994.

GASPAR, Malu. Esquerda não cabe mais no PT. *Veja*, São Paulo, n. 51, 24 dez. 2003 Disponível em: <http://veja.abril.com.br/241203/p_046.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

GITLIN, Todd. *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: Harper, 1974.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? *Contemporanea Revista de Comunicação e Cultura*, v. 4, n. 1, p.25-50, jun. 2006.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999, p.101-130.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999, p.101-130.

HALL, Stuart. et al. *Policing the Crisis: mugging, the state, and law and order*. London : Macmillan, 1978.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUNIOR, Policarpo. O homem-chave do PTB. *Veja*, São Paulo, n. 20 , 18 mai. 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180505/p_054.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choice, values, and frames. *American Psychologist*, 39, p. 341-350, apud ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, 1993.

KRIEGER, Gustavo; LOYOLA, Leandro. Esqueçam da gente. *Época*, São Paulo, n. 383, p. 34-38, 19 set. 2005.

KRIEGER, Gustavo; MEIRELES, Andrei. A turma do acordão se mexe. *Época*, São Paulo, n. 381, p. 26-31, 05 set. 2005.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a unidade partidária como problema. *Dados*, Rio de Janeiro, v.45, n. 1, p. 39-76, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/218/21845102.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2008.

LAZARFELD, Paul; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's Choice*. New York: Columbia University Press, 1944.

LIMA, Maurício. O momento do presidente. *Veja*, São Paulo, n. 31 , 06 ago. 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/060803/p_042.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

LIRIO, Sergio. Lula, o PT e a saúva. *CartaCapital*, São Paulo, n. 358, p. 30-32, 07 set. 2005.

LO PRETE, Renata. Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200502.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo ou UOL.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990.

LOYOLA, Leandro. As alianças espúrias. *Época*, São Paulo, n. 369, p. 24-28, 13 jun. 2005.

LYRA, Paulo de Tarso; MARQUES, Hugo; PARDELLAS, Sérgio. Miro denuncia propina no Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 2004a. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2004/09/23/jorbra20040923004.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

LYRA, Paulo de Tarso; PARDELLAS, Sérgio. João Paulo vai investigar mesada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 2004b. Disponível em:

<<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2004/09/24/jorbra20040924004.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

MACHADO, Matheus; MENDONÇA, Ricardo. Sexo, mimos de poder. *Época*, São Paulo, n. 379, p. 38-42, 22 ago. 2005.

MACHADO, Matheus; ULHÔA, Raquel. A conexão Bahamas. *Época*, São Paulo, n. 378, p. 36-38, 15 ago. 2005.

MAIORIA acha que ele sabia. *Veja*, São Paulo, n. 28, p. 60-63, 13 jul. 2005.

MARINHO, Roberto. Um novo conceito de revista. *Época*, São Paulo, n. 1, p. 5, 25 mai. 1998.

MARQUES, Carlos José. Uma trajetória de jornalismo. *Istoé*, São Paulo, n. 1931, 25 out. 2006.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, n. 36, 1972, p. 176-187.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MENDONÇA, Ricardo; BRUM, Eliane. Era uma vez o PT. *Época*, São Paulo, n. 373, p. 30-35, 11 jul. 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, jun. 2007. Disponível em:

<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/arquivo_artigo_revista.php?art=172>. Acesso em: 12 ago. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução a história dos partidos políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NASSIF, Luis. O araponga e o repórter. *Observatório da Imprensa*. 01 abr. 2008.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=479IMQ003>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

NETO, Octavio Amorim. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NOVOS prefeitos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jan. 2005. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0101200501.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da *Folha de S. Paulo* ou UOL.

OLTRAMARI, Alexandre. As cores da crise. *Veja*, São Paulo, n. 32, p. 56-59, 10 ago. 2005a.

OLTRAMARI, Alexandre. Fábrica de fraudes. *Veja*, São Paulo, n. 30, p. 66-73, 27 jul. 2005b.

OLTRAMARI, Alexandre; CABRAL, Otávio. 10 milhões de divergências. *Veja*, São Paulo, n. 38, 22 set. 2004. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/220904/p_044.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

PACHECO, Milene. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vevilajunqueira@hotmail.com> em 14 abr. 2008.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. O PT no seu labirinto. *CartaCapital*, São Paulo, n. 359, p. 20-27, 14 set. 2005.

PETISTAS anunciam desfiliação em massa. *Época*, São Paulo, 31 jan. 2005. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG68676-6009-350,00-PETISTAS+ANUNCIAM+DESFILIACAO+EM+MASSA.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Hacker Editores, 2004, p. 73-104.

REDAÇÃO, A. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vevilajunqueira@hotmail.com> em 17 abr. 2008.

REESE, Stephen D. Prologue – Framing Public Life: a bridging model for media research. In: REESE, Stephen D.; GANDY, Oscar H.; GRANT, August E. *Framing Public Life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Lawrence Erlbaum Associates, publishers: London, 2001.

REINERT, Helô; ABRUCIO JR., Milton; CERQUEIRA, Patrícia. Uma organizada fábrica de conflitos, *Época*, São Paulo, n. 1, p. 24-25, 25 mai. 1998.

RETROSPECTIVA 2004. *Época*, São Paulo, 22 dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG68160-6014-345,00-RETROSPECTIVA.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

RIBEIRO JR, Amaury; FILGUEIRAS, Sônia. A hora do pânico... ..do pesadelo... ..do desconhecido. *Istoé*, São Paulo, n. 1867, p. 26-29, 27 jul. 2005.

RIBEIRO, Antonio. A crise é menor vista de fora. *Veja*, São Paulo, n. 37, p. 66, 14 set. 2005.

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. A farsa. *Veja*, São Paulo, n. 30, p. 62-63, 27 jul. 2005a.

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. A reação. *Veja*, São Paulo, n. 30, p. 61, 27 jul. 2005b.

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. O resultado. *Veja*, São Paulo, n. 30, p. 64-65, 27 jul. 2005c.

RIBEIRO, Renato Janine. Cem dias de Lula. O mundo Português, Nova Iorque, n. 44, mai. de 2003. Disponível em: <<http://www.renatojanine.pro.br/Divulgacao/lula.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

RODRIGUES, Fernando. Nova era, novo Lula. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2810200205.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo e UOL.

ROSSI, Clóvis. Lula prega mudança 'com coragem e cuidado'. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0201200307.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2008. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo e UOL.

ROTHER, Larry. Brazilian Leader's Tippling Becomes National Concern. The New York Times, New York, 09 mai. 2004. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C04E7DA153CF93AA35756C0A9629C8B63&scp=264&sq=Luiz+In%E1cio+Lula+da+Silva&st=nyt>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Mídia e Política no Brasil. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1999.

RYDLEWSKI, Carlos; MARTINO, Victor. O Brasil desarmou a bomba. Veja, São Paulo, n. 37, p. 58-66, 14 set. 2005.

SABINO, Mário. Muito barulho por nada. Veja, São Paulo, n. 26, p. 76-77, 29 jun. 2005.

SANTOS, Loraine. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vevilajunqueira@hotmail.com> em 14 abr. 2008.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. Journal of Communication, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O estado espetáculo: Ensaio sobre e contra o star system em política. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

SEMETKO, Holli A.; VALKENBURG, Patti M. Framing European politics: a content analysis of press and television news. Journal of Communication, v. 50, n. 2, p. 93-109, jun. 2000.

SHAW, Eugene F. Agenda-setting and mass communication theory. In Gazette (International Journal for Mass Communication Studies), v. 25, n. 2, 1979.

SILVA, Vevila Junqueira da. O mensalão inserido na teoria dos escândalos políticos midiáticos de Thompson. In CARDOSO, Clodoaldo M. (Org.) Diversidade e igualdade na comunicação - coletânea de textos do Fórum da Diversidade e Igualdade: cultura, educação e mídia. Bauru: FAAC/Unesp, SESC, SMC, 2007. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/22.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

SOARES, Murilo César. Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2006. in: GOULART, Jefferson O (Org.). Mídia e democracia. São Paulo: Annablume, 2006. p. 79-92.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2006b.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de jornalismo impresso. Porto: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

SOUZA, Romoaldo de. Lula: “Caso superado”. Jornal do Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 set. 2004. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2004/09/24/jorbra20040924005.html>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

TEMPOS sombrios. Veja, São Paulo, n. 30, p. 56-57, 27 jul. 2005.

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993, p.258-262.

TRAUMANN, Thomas. Lula 2 – a missão. Época, São Paulo, n. 370, p. 30-34, 20 jun. 2005.

TRAUMANN, Thomas; KRIEGER, Gustavo. Perigosamente perto. Época, São Paulo, n. 377, p. 38 43, 08 ago. 2005.

TRAUMANN, Thomas; MEIRELES, Andrej; MENDONÇA, Ricardo. Dinheiro sujo abasteceu PT. Época, São Paulo, n. 375, p. 30-34, 25 jul. 2005.

TRAUMANN, Thomas; ULHÔA, Raquel. A reeleição de Lula corre riscos. Época, São Paulo, n. 369, p. 34-38, 13 jun. 2005.

TRINTA, Aluizio Ramos; POLISTCHUCK, Ilana. Teorias da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TUCHMAN, Gaye. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993, p.258-262. Reedição de: TUCHMAN, Gaye. Telling Stories. Journal of Communication, v. 26, n. 4, 1976.

TUCHMAN, Gaye. Making News: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

ULHÔA, Raquel. Sinais de reação. Época, São Paulo, n. 371, p. 36-38, 27 jun. 2005.

UMA vitória da parceria tucano-petista. Veja, São Paulo, n. 1, 05 jan. 2005 Disponível em: <http://veja.abril.com.br/050105/p_044.html>. Acesso em: 12 ago. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WEBER, Luiz Alberto. Na cozinha da CPI. CartaCapital, São Paulo, n. 352, p. 18-24, 27 jul. 2005a.

WEBER, Luiz Alberto. Sob fogo cerrado. CartaCapital, São Paulo, n. 347, p. 26-32, 22 jun. 2005b.

WEBER, Luiz Alberto; DIAS, Mauricio. Rastros na lama. CartaCapital, São Paulo, n. 354, p. 30-33, 10 ago. 2005.

WEBER, Luiz Alberto; LIRIO, Sergio. A sombra do mensalão. CartaCapital, São Paulo, n. 346, p. 26-30, 15 jun. 2005a.

WEBER, Luiz Alberto; LIRIO, Sergio. A sombra do Mensalão. CartaCapital, São Paulo, n. 346, p. 26-30, 15 jun. 2005.

WEBER, Luiz Alberto; LIRIO, Sergio. Faltam os nomes. CartaCapital, São Paulo, n. 355, p. 20-29, 17 ago. 2005b.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 5 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

ANEXO

Relação das matérias analisadas

CARTACAPITAL 1 15/06/2005

1) A SOMBRA DO MENSALÃO (p.26)

WEBER, Luiz Alberto; LIRIO, Sergio. A sombra do mensalão. CartaCapital, São Paulo, n. 346, p. 26-30, 15 jun. 2005a.

CARTACAPITAL 2 22/06/2005

2) SOB FOGO CERRADO (p.26)

WEBER, Luiz Alberto. Sob fogo cerrado. CartaCapital, São Paulo, n. 347, p. 26-32, 22 jun. 2005b.

CARTACAPITAL 3 29/06/2005

3) COM GOSTO DE SANGUE (p.34)

DIAS, Mauricio. Com gosto de sangue. CartaCapital, São Paulo, n. 348, p. 34-36, 29 jun. 2005b.

CARTACAPITAL 5 13/07/2005

4) O FATOR REELEIÇÃO (p.24)

DIAS, Mauricio. O fator reeleição. CartaCapital, São Paulo, n. 350, p. 24-28, 13 jul. 2005a.

CARTACAPITAL 7 27/07/2005

5) NA COZINHA DA CPI (p.18)

WEBER, Luiz Alberto. Na cozinha da CPI. CartaCapital, São Paulo, n. 352, p. 18-24, 27 jul. 2005a.

CARTACAPITAL 9 10/08/2005

6) RASTROS NA LAMA (p.30)

WEBER, Luiz Alberto; DIAS, Mauricio. Rastros na lama. CartaCapital, São Paulo, n. 354, p. 30-33, 10 ago. 2005.

CARTACAPITAL 10 17/08/2005

7) FALTAM OS NOMES (p.20)

WEBER, Luiz Alberto; LIRIO, Sergio. Faltam os nomes. CartaCapital, São Paulo, n. 355, p. 20-29, 17 ago. 2005b.

CARTACAPITAL 11 24/08/2005

8) UMA PRECE SILENCIOSA (p.36)

AULER, Marcelo. Uma prece silenciosa. CartaCapital, São Paulo, n. 356, p. 36-37, 24 ago. 2005.

CARTACAPITAL 13 07/09/2005

9) LULA, O PT E A SAÚVA (p.30)

LIRIO, Sergio. Lula, o PT e a saúva. CartaCapital, São Paulo, n. 358, p. 30-32, 07 set. 2005.

CARTACAPITAL 14 14/09/2005

10) O PT NO LABIRINTO (p.20)

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. O PT no seu labirinto. CartaCapital, São Paulo, n. 359, p. 20-27, 14 set. 2005.

ÉPOCA 1 13/06/2005

1) A reeleição de Lula corre riscos (p.34)

TRAUMANN, Thomas; ULHÔA, Raquel. A reeleição de Lula corre riscos. Época, São Paulo, n. 369, p. 34-38, 13 jun. 2005.

ÉPOCA 2 20/06/2005

2) Lula 2 – a missão (p.30)

TRAUMANN, Thomas. Lula 2 – a missão. Época, São Paulo, n. 370, p. 30-34, 20 jun. 2005.

ÉPOCA 3 27/06/2005

3) Sinais de reação (p.36)

ULHÔA, Raquel. Sinais de reação. Época, São Paulo, n. 371, p. 36-38, 27 jun. 2005.

ÉPOCA 5 11/07/2005

4) Era uma vez o PT (p.30)

MENDONÇA, Ricardo; BRUM, Eliane. Era uma vez o PT. Época, São Paulo, n. 373, p. 30-35, 11 jul. 2005.

ÉPOCA 7 25/07/2005

5) Dinheiro sujo abasteceu PT (p.30)

TRAUMANN, Thomas; MEIRELES, Andrei; MENDONÇA, Ricardo. Dinheiro sujo abasteceu PT. Época, São Paulo, n. 375, p. 30-34, 25 jul. 2005.

ÉPOCA 9 08/08/2005

6) PERIGOSAMENTE PERTO (p.38)

TRAUMANN, Thomas; KRIEGER, Gustavo. Perigosamente perto. Época, São Paulo, n. 377, p. 38-43, 08 ago. 2005.

ÉPOCA 10 15/08/2005

7) A conexão Bahamas (p.36)

MACHADO, Matheus; ULHÔA, Raquel. A conexão Bahamas. Época, São Paulo, n. 378, p. 36-38, 15 ago. 2005.

ÉPOCA 11 22/08/2005

8) SEXO, MIMOS E PODER (p.38)

MACHADO, Matheus; MENDONÇA, Ricardo. Sexo, mimos de poder. Época, São Paulo, n. 379, p. 38-42, 22 ago. 2005.

ÉPOCA 13 05/09/2005

9) A turma do acordão de mexe (p.26)

KRIEGER, Gustavo; MEIRELES, Andrei. A turma do acordão se mexe. Época, São Paulo, n. 381, p. 26-31, 05 set. 2005.

ÉPOCA 15 19/09/2005

10) ESQUEÇAM DA GENTE (p.34)

KRIEGER, Gustavo; LOYOLA, Leandro. Esqueçam da gente. Época, São Paulo, n. 383, p. 34-38, 19 set. 2005.

ISTOÉ 1 15/06/2005

1) DESENCANTO PETISTA (p.26)

COSTA, Florência; CUNHA, Luiz Cláudio. Desencanto petista. Istoé, São Paulo, n. 1861, p. 26-36, 15 jun. 2005.

ISTOÉ 2 22/06/2005

2) DECLARAÇÃO DE GUERRA (p.26)

COSTA, Florência. Declaração de guerra. Istoé, São Paulo, n. 1862, p. 26-30, 22 jun. 2005a.

ISTOÉ 3 29/06/2005

3) QUEROSENE NA FOGUEIRA (p.30)

CUNHA, Luiz Cláudio. Querosene na fogueira. Istoé, São Paulo, n. 1863, p. 30-34, 29 jun. 2005dl.

ISTOÉ 5 13/07/2005

4) PUNHALADAS (p.31)

COSTA, Florência. Punhaladas. Istoé, São Paulo, n. 1865, p. 31-33, 13 jul. 2005b.

ISTOÉ 7 27/07/2005

5) A HORA DO PÂNICO... ..DO PESADELO... ..DO DESECONHECIDO. (p.26-33)

RIBEIRO JR, Amaury; FILGUEIRAS, Sônia. A hora do pânico... ..do pesadelo... ..do desconhecido. Istoé, São Paulo, n. 1867, p. 26-29, 27 jul. 2005.

ISTOÉ 9 10/08/2005

6) GUERRA DE PALANQUE (p.26)

CUNHA, Luiz Cláudio. Guerra de palanque. Istoé, São Paulo, n. 1869, p. 26-32, 10 ago. 2005a.

ISTOÉ 10 17/08/2005

7) LULA REFORÇA A BLINDAGEM (p.26)

CUNHA, Luiz Cláudio. Lula reforça a blindagem. Istoé, São Paulo, n. 1870, p. 26-32, 17 ago. 2005b.

ISTOÉ 11 24/08/2005

8) LULA ENCOLHEU (p.26)

CARVALHO, Ana. Lula encolheu. Istoé, São Paulo, n. 1871, p. 26-29, 24 ago. 2005.

ISTOÉ 13 07/09/2005

9) O FIO DA NAVALHA (p.27)

CUNHA, Luiz Cláudio. O fio da navalha. Istoé, São Paulo, n. 1873, p. 26-30, 07 set. 2005c.

ISTOÉ 14 14/09/2005

10) EDUCAÇÃO É A SAÍDA (p.44)

CÔRTEZ, Celina; FILHO, Francisco Alves. Educação é a saída. Istoé, São Paulo, n. 1874, p. 44-47, 14 set. 2005.

VEJA 1 15/06/2005

1) O PT ASSOMBRA O PLANALTO (p.52)

CABRAL, Otávio. O PT assombra o planalto. Veja, São Paulo, n. 24, p. 52-63, 15 jun. 2005g.

VEJA 2 22/06/2005

2) NOCAUTE (p.46)

CABRAL, Otávio. Nocaute. Veja, São Paulo, n. 25, p. 46-53, 22 jun. 2005e.

VEJA 3 29/06/2005

3) O ASSALTO AO ESTADO (p.58)

CABRAL, Otávio. O assalto ao Estado. Veja, São Paulo, n. 26, p. 58-67, 29 jun. 2005f.

4) MUITO BARULHO POR NADA (p.76)

SABINO, Mário. Muito barulho por nada. Veja, São Paulo, n. 26, p. 76-77, 29 jun. 2005.

VEJA 5 13/07/2005

5) A maioria acha que ele sabia (p.60)

MAIORIA acha que ele sabia. Veja, São Paulo, n. 28, p. 60-63, 13 jul. 2005.

VEJA 7 27/07/2005

6) Tempos sombrios (p.56)

TEMPOS sombrios. Veja, São Paulo, n. 30, p. 56-57, 27 jul. 2005.

7) A chantagem (p.58)

CABRAL, Otávio. A chantagem. Veja, São Paulo, n. 30, p. 58-60, 27 jul. 2005a.

8) A reação (p.61)

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. A reação. Veja, São Paulo, n. 30, p. 61, 27 jul. 2005b.

9) A farsa (p.62)

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. A farsa. Veja, São Paulo, n. 30, p. 62-63, 27 jul. 2005a.

10) O resultado (p.64)

RIBEIRO, Antonio; PERES, Leandra; DUAILIBI, Julia. O resultado. Veja, São Paulo, n. 30, p. 64-65, 27 jul. 2005c.

11) Fábrica de fraudes (p.66)

OLTRAMARI, Alexandre. Fábrica de fraudes. Veja, São Paulo, n. 30, p. 66-73, 27 jul. 2005b.

VEJA 9 10/08/2005

12) As cores da crise (p.56)

OLTRAMARI, Alexandre. As cores da crise. Veja, São Paulo, n. 32, p. 56-59, 10 ago. 2005a.

VEJA 10 17/08/2005

13) Choque de realidade (p.56)

CHOQUE de realidade. Veja, São Paulo, n. 33, p. 56-57, 17 ago. 2005.

14) Duda: A verdade que arrasa (p.58)

CABRAL, Otávio. Duda: A verdade que arrasa. Veja, São Paulo, n. 33, p. 58-64, 17 ago. 2005c.

VEJA 11 24/08/2005

15) Palocci na linha de tiro (p.60)

AITH, Marcio. Palocci na linha de tiro. Veja, São Paulo, n. 34, p. 60-68, 24 ago. 2005.

VEJA 13 07/09/2005

16) Morte da ética em Severino (p.56)

CABRAL, Otávio. Morte da ética em Severino. Veja, São Paulo, n. 36, p. 56-58, 07 set. 2005d.

VEJA 14 14/09/2005

17) O BRASIL DESARMOU A BOMBA (p.58)

RYDLEWSKI, Carlos; MARTINO, Victor. O Brasil desarmou a bomba. Veja, São Paulo, n. 37, p. 58-66, 14 set. 2005.

18) A CRISE É MENOR VISTA DE FORA (p.66)

RIBEIRO, Antonio. A crise é menor vista de fora. Veja, São Paulo, n. 37, p. 66, 14 set. 2005.

19) A pátria mandou recado (p.84)

CABRAL, Otávio. A pátria mandou recado. Veja, São Paulo, n. 37, p. 84-85, 14 set. 2005b.

VEJA 15 21/09/2005

20) DA UTOPIA AO CAOS (p.44)

CARNEIRO, Marcelo; LINHARES, Juliana. Da utopia ao caos. Veja, São Paulo, n. 38, p. 44-51, 21 set. 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)